



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

VIRGINIA FERNANDES DE ARAÚJO

**EXPERIÊNCIA DE SER JOVEM EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA
EM MEIO ABERTO**

Recife
2019

VIRGINIA FERNANDES DE ARAÚJO

**EXPERIÊNCIA DE SER JOVEM EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA
EM MEIO ABERTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima de Souza Santos

Recife
2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

A663e Araújo, Virginia Fernandes de.
Experiência de ser jovem em cumprimento de medida socioeducativa
em meio aberto / Virginia Fernandes de Araújo. – 2019.
104 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima de Souza Santos.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2019.
Inclui referências e apêndices.

1. Psicologia. 2. Juventude. 3. Pobreza. 4. Experiência. 5.
Representações sociais. 6. Medida socioeducativa. I. Santos, Maria de
Fátima de Souza (Orientadora). II. Título.

150 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2020-073)

VIRGINIA FERNANDES DE ARAÚJO

EXPERIÊNCIA DE SER JOVEM EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM
MEIO ABERTO

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia da Universidade
Federal de Pernambuco, como requisito parcial
para a obtenção do título de mestre em Psicologia.

Aprovada em: 28/02/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima de Souza Santos
(Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa.^a Dr.^a Sibelle Maria Martins de Barros
(Examinadora externa)
Universidade Estadual da Paraíba

Prof.^a Dr.^a Renata Lira dos Santos Aléssio
(Examinadora interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho aos jovens que participaram do estudo, que me contaram suas histórias, que investiram nos momentos das entrevistas, que contribuíram no meu processo de amadurecimento como pessoa e pesquisadora. Dedico a todos e todas que colaboraram, diretamente ou indiretamente na construção deste trabalho que nada mais é que uma produção coletiva.

AGRADECIMENTOS

Ao término deste trabalho a autora agradece, em especial, às seguintes pessoas e instituições que colaboraram significativamente para a realização desta pesquisa:

À minha orientadora, Profa Dra Maria de Fátima de Souza Santos com quem tive uma relação de extrema cordialidade e respeito durante todo o curso do mestrado e com quem tive uma das melhores experiências na universidade, na pesquisa e na vida. Agradeço pelo total apoio e incentivo, pelos conhecimentos compartilhados, pelos ensinamentos, pela paciência, pelo profissionalismo e verdadeira postura ética de uma educadora. Minha mais profunda gratidão por compartilhar sua sabedoria e me permitir aprender com ela.

À FACEPE, pelo investimento.

À Instituição do CREAS envolvida no estudo e aos jovens entrevistados que se dispuseram a colaborar com esta pesquisa, agradeço pela receptividade, pela abertura e pelo incentivo que me deram durante todo processo de realização do estudo e pela troca, pelo aprendizado em cada minuto de entrevista com vocês.

À Renata Lira dos Santos Aléssio por aceitar fazer parte da banca, contribuindo na qualidade deste trabalho, além de toda força e amizade nesses anos todos em que trabalhamos juntas. Gratidão, Renata, por tudo que você foi e é pra mim, como mestra e amiga.

À profa Dra Sibelle Maria Martins de Barros por aceitar fazer parte da banca, contribuindo para o aperfeiçoamento deste trabalho, pelo desprendimento e investimento em fazer parte desse momento.

Ao LABINT por todas discussões que tivemos, pelas orientações e leituras.

Aos amigos e amigas que ao longo desta experiência me ajudaram, se dispuseram de todas as maneiras, me incentivaram durante a caminhada para que hoje este trabalho pudesse se concretizar. Obrigada à todos vocês, por absolutamente tudo, desde uma referência compartilhada até os abraços quando o cansaço parecia vencer: Juliana Villacorta, Caricelma Albuquerque, Marina Cursino, Camylla Sales, Laís Claudino, Fernanda Vasconcelos, Raíssa Soares, Magda Albuquerque, Cristiana Gomes, Duda Noronha, Eglinne Galdino, Antônia Pinheiro, Samira Fabrício, Janicleide Souza, Alexandre Loiola, Ana Carolina Souza, Ana Carolina Gama Pereira (você foi tanta sorte, que nem sei!).

À minhas amigas de infância: Maria Gariela e Thuany Alves, não sei nem como agradecer por tudo que passamos juntas e por toda força que vocês me deram. Eu dedico a vocês esse trabalho.

Gratidão à minha analista, Zélia Santos! Nem sei o que seria de mim...(risos).

À amiga e mais que amiga, minha irmã, de formação, de mestrado, de coração, de alma, de apartamento: Mariana Sobral que esteve comigo durante os momentos mais difíceis desde 2011. Por ter compartilhado comigo os momentos mais felizes, de mais aprendizado e amadurecimento, por todo encorajamento, por acreditar que eu seria capaz, pelo companheirismo, por ser luz na minha vida:

obrigada, amiga. Eu amo você! Gratidão pela parceria que fizemos nesses anos de academia, que chegam ao fim, mas que deram um dos frutos mais lindos que foi a nossa amizade.

À Kleber Braga que, junto com Mari, formavam o grupo mais descolado, amado, afetivo, problematizador, engraçado, que é ômega, que é o fim, o fechamento de toda parceria acadêmica, nesse momento, e que fechou comigo faz muito tempo, topando o atravessamento de muitas fronteiras físicas e imaginárias! Obrigada, amigo. Amo você!

À Danilo Henrique Santos, por todo suporte e cuidado que você foi nos últimos tempos, pelas palavras de carinho e encorajamento, nos momentos em que eu mais precisei você sempre esteve lá (e aqui). Eu não me esquecerei! Não me esquecerei! Dedico com muito carinho cada linha desse trabalho à parceria que fizemos. Gratidão!

Aos meus pais, Walter e Margarida, e aos irmãos, Vivianny e Vinícius, que sempre torceram por mim, me ofertaram possibilidades para que chegasse até aqui. Obrigada por tudo e por cada momento que passamos juntos, especialmente nos últimos dois anos em que as coisas pareciam que iam desabar, vocês estavam aqui! Obrigada por serem o meu sustento, obrigada pelos abraços e as palavras de amor quando a gente não tinha o que dizer, mas sentir: estamos juntos. Amo vocês, obrigada por tudo.

À minha comunidade Diante do Altar, especialmente nas pessoas de Paulo Henrique e Larissa Galindo: vocês não sabem o quanto devo a vocês pra estar onde estou hoje. Gratidão pelo sim de vocês e pelas vezes em que oraram por mim, por terem sido canal do agir de Deus na minha vida. Hoje consagrada, consagro ao meu Senhor tudo que sou e tenho. Pertencem à Ti!

Por fim e não menos importante, quero agradecer à uma pessoa que foi um dos companheiros mais importantes nessa jornada. Meu incentivador, apostou e acreditou em mim quando eu já nem acreditei. Pelos investimentos, pelas vezes em que foi sucinto nas palavras, mas muito carinhoso ao dizer-me “você vai conseguir”. Eu sou extremamente grata à nossa história, à tudo que aprendi com você. Eu não poderia terminar tudo isso sem te dizer o quanto eu agradeço aos céus por você ter cruzado meu caminho, Cristiano Albuquerque. Obrigada por tudo! Eu devo isso a você.

À Jesus, meu Senhor e meu Deus, que me deu novos sonhos pra recomeçar quando vi os meus desmoronar, pelo seu amor fiel e infinito. “És vida reluz que me acende, és força perene que habita em mim”. Por Ele e para Ele são todas as coisas! Que poderei retribuir ao Senhor Deus por tudo aquilo que ele fez em meu favor? Salmo 115.

“A conduta antissocial é um grito de desespero para o sujeito que reivindica do social aquilo que lhe foi prometido” (WINNICOTT, 1978, p.14).

RESUMO

Esta dissertação teve por objetivo analisar as experiências de ser jovem em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Para isso, teve como suporte teórico a Teoria das Representações Sociais e o conceito de Experiência, conforme proposto por Moscovici e Jodelet, respectivamente. À luz deste referencial teórico foi possível debruçar-se sobre a experiência de ser jovem a partir das narrativas dos entrevistados, acompanhados pelo serviço de Centro de Referência em Assistência Social (CREAS) da cidade de Recife/PE. Participaram deste estudo 5 jovens, identificados com o gênero masculino, com faixa etária entre 14 e 19 anos em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade. O instrumento utilizado para construção dos dados foi a entrevista semiestruturada. Os dados foram analisados baseados na Organização e Interpretação de entrevistas a partir de uma perspectiva fenomenológica. Foi possível identificar, nesse processo, núcleos de sentido comuns entre as narrativas dos jovens entrevistados como: pobreza, suas implicações e o desejo de ascensão social; juventude e perspectiva de futuro e, as relações com as instituições sociais. Sobretudo a experiência de ser jovem, para os entrevistados, é a experiência de ser jovem pobre, em que o trabalho se apresenta como uma forma de ascensão e mudança de vida, encontrando na profissão de jogador de futebol a melhor opção para saída do contexto de pobreza e para satisfação do desejo de consumo. Os jovens demonstraram ainda um sentimento de descrença no tocante às instituições sociais e as figuras de autoridade, sendo a família, representada na figura da mãe, a entidade que ainda conserva credibilidade para os jovens. Espera-se que o presente trabalho contribua para ampliar a discussão no tocante à temática da infração juvenil e seus elementos, bem como na garantia de direitos dos sujeitos envolvidos, colaborando na construção de intervenções políticas e sociais direcionadas para este público.

Palavras-chave: Juventude. Experiência. Representação Social. Infração juvenil. Medida socioeducativa.

ABSTRACT

This Master's thesis aims to analyze the experience of being young in the fulfillment of socio-educational measures in open environment. It uses the theoretical support from the Theory of Social Representations and / or the concept of Experience, as proposed by Moscovici and Jodelet, respectively. From this theoretical reference framework it was possible to look at the experience of being young by the narratives of the interviewees, accompanied by the Centro de Referência em Assistência Social (CREAS) of the City of Recife / PE. The subjects of this research consisted in 5 young people that identified themselves as belonging to the male gender, with ages between 14 and 19 years, in compliance with the socio-educational measure of services to the community. The instrument used to construct the data was a semi-structured interview. The data was analyzed based on the Organization and Interpretation of interviews from a phenomenological. It was possible to identify, in this process, as the common nuclei senses in the narratives the young people interviewed: poverty, its implications and / or desire for social ascension; youth and future perspectives, and relations with social institutions. Above all, the experience of being young, for the interviewed, is the experience of being a poor young person, and the work is presented as form of social ascension and life changing, being the work as a professional football player the better option to withdrawn from the context of poverty and to be able to archive the satisfaction of the desire of consumerism. The young people also showed a sense of disbelief in social institutions and its figures of authority, being the family, represented in the figure of the mother, the only entity that still retains credibility for them. It is expected that this Master's thesis contributes to expand the discussion related to juvenile infraction and its elements, as well to ensure the legal rights to the subjects involved, collaborating in the creation of politic and social interventions directed towards this public.

Keywords: Youth. Experience. Social Representation. Delinquency. social-educative measures.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CENIP	Centro de Internação Provisória
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COTEL	Centro de Observação Criminológica e Triagem Professor Everaldo Luna
CREAS	Centro de Referência em Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNDAC	Fundação da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LABINT	Laboratório de Interação Social Humana
PAIFI	Proteção e Atendimento Integral à Família e Indivíduos
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PSC	Prestação de serviço à comunidade
RPA	Região Político Administrativa
RS	Representação Social
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TALE	Termo de Assentimento Livre e esclarecido
TCLE	Termo de consentimento livre e esclarecido
TRS	Teoria das representações sociais
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEORICA.....	21
2.1	ADOLESCÊNCIA OU JUVENTUDE.....	21
2.2	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA).....	26
2.3	ATUALIZAÇÃO DO ECA.....	31
2.4	TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E EXPERIÊNCIA.....	32
3	OBJETIVOS.....	39
3.1	GERAL.....	39
3.2	ESPECÍFICOS.....	39
4	PERCUSO METODOLÓGICO.....	40
4.1	LOCAL.....	42
4.2	PARTICIPANTES.....	43
4.3	PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DOS DADOS.....	44
4.4	PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	45
4.5	ASPECTOS ÉTICOS.....	47
5	RESULTADOS.....	48
5.1	HISTÓRIA DE VIDA DOS PARTICIPANTES.....	48
6	DISCUSSÃO.....	62
6.1	POBREZA, SUAS IMPLICAÇÕES E O DESEJO DE ASCENSÃO SOCIAL.....	62
6.1.1	A experiência de ser jovem é de ser jovem pobre.....	62
6.1.2	Consumo.....	64
6.1.3	A violência do cotidiano.....	65
6.1.4	Exclusão social (território – restrito).....	68
6.1.5	Desejo de ascensão social.....	70
6.1.6	Sentimento de privação de liberdade.....	72
6.2	JUVENTUDE E PERSPECTIVA DE FUTURO.....	73
6.2.1	Similaridades e discrepâncias entre ser jovem e ser adulto.....	73
6.2.2	Presença do adulto nas infrações.....	75
6.2.3	Perspectiva de futuro normativa.....	77
6.2.4	Projeto social <i>versus</i> projeto de vida.....	78

6.3	RELAÇÃO COM AS INSTITUIÇÕES SOCIAIS.....	80
6.3.1	Descrença nas instituições e suas figuras de autoridade.....	80
6.3.2	Família e a figura materna.....	83
6.3.3	Visibilidade da infração cometida como fator de arrependimento.....	85
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
	REFERÊNCIAS.....	93
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA RESPONSÁVEL LEGAL PELO MENOR DE 18 ANOS).....	97
	APÊNDICE B – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	101
	APÊNDICE C - ASSENTIMENTO DO MENOR DE IDADE EM PARTICIPAR COMO VOLUNTÁRIO.....	103
	APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	104

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno da violência juvenil tem sido alvo de estudos nas diversas ciências humanas e sociais, não sendo diferente na Psicologia e suas áreas, além de ser pauta de discussão nos diversos setores da sociedade. A violência é um tema que mobiliza muitas discussões e intervenções, possibilidades e formas de combate entre os atores sociais, ganhando relevância especial quando relacionada ao público jovem, tomando estes sujeitos ora como vítima, ora como atores de atos violentos.

Em alguns casos, a psicologia, de maneira especial, é convocada para se posicionar quando os jovens são os atores da violência, propondo-se a explicar o que levam os sujeitos a serem violentos, agressivos ou adentrarem na criminalidade tão cedo. Algumas correntes desta ciência psi lançam mão de explicações individuais e particulares para tentar justificar as demandas que a sociedade faz acerca do assunto.

Recentemente as instituições responsáveis pelo exercício da psicologia como ciência e/ou profissão, se posicionaram contrariamente à proposta de redução da maioridade penal como intervenção possível para diminuição da taxa da violência praticada por jovens menores de 18 anos, apesar das conquistas e frutos dos movimentos em defesa dos Direitos Humanos das crianças e adolescentes, como a promulgação do ECA, em 1990.

A demanda que alguns grupos fazem acerca do encarceramento dos jovens infratores parece não considerar os resultados desta ação quando na ocasião de “liberdade” destes sujeitos, ao serem novamente reinseridos na sociedade. As estatísticas mostram o fracasso das instituições prisionais no Brasil, que terminam por se configurarem por locais em que a conduta infratora é estimulada e disseminadora de práticas criminosas. Por outro lado, não há comprovação factual de que o rebaixamento da idade penal reduz os índices de criminalidade juvenil.

A ciência psicológica sinaliza que a reversão do comportamento infrator envolve o investimento em práticas educativas que atentem para elevação da autoestima e a preparação dos jovens para o bom convívio com seus pares e normas sociais que não devem ser transgredidas. Neste sentido, na medida em que se constata a negligência de cuidados parentais para com esses sujeitos e o risco social em que vive grande parte da população brasileira, precisa-se abandonar a ideia reducionista e simplista de sujeitos predispostos a cometer delitos e reconhecer que em algum momento, a família e Estado falharam na sua obrigação de assegurar os direitos da criança e do adolescente.

Isto posto, nota-se que a discussão sobre a infração juvenil circula sobre os diversos setores da sociedade, a partir de um conjunto de repertórios sociais esperado a respeito dos jovens que pode não estar sendo atendido, considerando a peculiaridade da fase do desenvolvimento em que se encontram. Expectativas essas que circulam desde os magistrados e operadores do direito até à população inconformada com as supostas taxas de violência juvenil que crescem em progressão geométrica. Esse é um tema que circula e mobiliza as pessoas envolvidas no sentido de questionarem-se “esses meninos têm jeito?”.

Diante deste questionamento, grande é a relevância de estudos como esse que se ocupam de compreender as perspectivas dos jovens a respeito de fenômenos vivenciados, especialmente no que se refere a temática da violência e o cumprimento de medidas socioeducativas, visando sua reinserção na comunidade, possibilita conhecer as perspectivas de mundo para os jovens entrevistados, além da promoção da realização de atividades efetivas com base nos objetivos pretendidos (ressocialização).

À vista da máxima “os jovens são o futuro do país”, cabe investigar como estes jovens, em situação de desenvolvimento, experimentam sua juventude e, em que medida, as atividades socioeducativas impactam na relação com os pares, na sua vida cotidiana, se é que impactam e de que forma. Com isso, é possível conhecer suas realidades de vida, expectativas e projetos para o futuro e quais ações podem ser tomadas acerca de intervenções sociais e institucionais para que a experiência de ser jovem, neste contexto, não seja marcada por violação de direitos.

Diante deste contexto a presente pesquisa tem o objetivo de analisar as experiências de ser jovem, a partir das perspectivas de jovens que estão em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, considerando as representações sociais de juventude que estão subjacentes à essa vivência. Para apreender o debate proposto e dar conta dos objetivos pretendidos, este trabalho foi dividido em 4 capítulos:

O primeiro capítulo deste trabalho dispõe sobre a discussão teórica acerca da juventude, adolescência e o aparato jurídico direcionado à este público, compreendendo o debate sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ato infracional, medida socioeducativa e o serviço do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), local onde os jovens são acompanhados no cumprimento da medida em meio aberto.

O segundo capítulo dispõe sobre a Teoria das Representações Sociais e sua articulação com a temática da experiência, foco da discussão desta dissertação, compreendendo que as Representações Sociais compartilhadas entre os sujeitos interferem na forma como vivenciam

o momento atual de suas vidas. Há um subtópico neste capítulo que refere-se ao porquê da escolha do meio aberto que se justifica pela articulação das teorias selecionadas para análise do fenômeno.

O capítulo sobre o Percurso metodológico expõe a caracterização do estudo realizado, os procedimentos utilizados na construção e análise dos dados encontrados, dos instrumentos utilizados, bem como do local de realização da pesquisa, dos participantes envolvidos e dos aspectos éticos.

O capítulo referente aos Resultados e Discussão contém a apresentação e discussão dos resultados encontrados com a realização das entrevistas realizadas com os participantes, sendo inicialmente mostrados as histórias de vida dos jovens em formas de narrativas, seguido da análise das experiências vividas no tocante aos elementos compartilhados, mas também aos elementos idiossincráticos.

Encerrando este trabalho, temos as considerações finais e referências utilizadas na construção da dissertação e dos apêndices.

A partir dos objetivos traçados no processo de construção do projeto, foi realizada uma revisão de literatura, dividida em dois momentos, com base nas palavras-chaves que se relacionassem com a temática em questão. O primeiro momento da revisão de literatura utilizou os seguintes descritores: jovem infrator; medida socioeducativa; violência e juventude; adolescente em conflito com a lei, que tinham por objetivo fazer um levantamento mais geral a respeito dos trabalhos que estavam sendo produzidos a partir do jovem infrator.

No segundo momento, optou-se por fazer um cruzamento destes descritores já apresentados, no entanto, acrescidos à temática da Teoria da Representação Social e da Representação Social, como objeto.

A decisão de realizar este segundo levantamento deveu-se à ausência de trabalhos encontrados, no primeiro momento, que relacionassem a temática da juventude infratora com a teoria das representações sociais, teoria de interesse para análise do fenômeno em questão. Nos dois levantamentos utilizou-se três bancos de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o portal de periódicos em Psicologia (Pepsic) e o Scielo. Por se tratar de um tema que decorre da legislação brasileira, no caso, o Estatuto da Criança e do Adolescente, foram privilegiados os bancos de dados de trabalhos acadêmicos realizados prioritariamente no Brasil.

Todos os critérios de inclusão e exclusão pensados foram aplicados nos dois momentos de revisão da literatura, a diferença consistiu na escolha das palavras-chaves conforme interesse investigado, como dito anteriormente. Para que a pesquisa fosse mais

precisa acerca dos trabalhos que poderiam trazer contribuições na construção do projeto, foram estabelecidos os critérios de inclusão de recorte temporal, com intervalo do ano de publicação de 2012 a 2017; trabalhos publicados em revista brasileira e no idioma português, além de disponibilizados na íntegra.

A justificativa de recorte temporal dos anos de 2012 a 2017, deu-se considerando que no ano de 2015, a Câmara dos deputados reacendeu o debate em torno da redução da maioria penal de 18 para 16 anos com mais uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC)). Discussão iniciada desde 1993 com a PEC 171, embora, até o momento presente, a PEC não tenha sido aprovada.

Mesmo sem essa aprovação, entre os magistrados, especialistas, veículos de comunicação (mídia) e na própria população circulam falas e posicionamentos favoráveis ou contrários à redução, evidenciando como este tema possui relevância para a sociedade brasileira. Por esta razão, foram selecionados trabalhos publicados nos anos de 2012 a 2017, objetivando fazer um recorte temporal que abrangesse o período anterior e posterior à questão referida.

A opção por trabalhos publicado em revista brasileira justifica-se pelo fato da temática em questão (jovens em cumprimento de medida socioeducativa) e os desdobramentos desta dizerem respeito a um cenário local particular, no caso, neste país. Apesar de considerar que esta política existe em outros países, as formas de manejo, bem como as produções científicas sobre este tema são específicas de cada local e cultura. O mesmo acontece pela opção de trabalho com idioma português brasileiro.

No primeiro momento de levantamento, após a aplicação desses critérios e leituras dos títulos e resumos dos trabalhos (artigos, dissertações e teses), foram selecionados 46 trabalhos (15 artigos, 23 dissertações e 8 teses). Já para o segundo momento foram encontradas 2 produções (1 dissertação e 1 tese – nenhum artigo apareceu nesta pesquisa).

Os trabalhos encontrados foram organizados numa planilha do Excel em que foram elencadas as informações básicas de cada trabalho, como: base de dados em que foi trabalho encontrado (SciELO, Pepsic ou BDTD); descritor utilizado para encontrar o trabalho; tipo de publicação (artigo, dissertação ou tese); título do trabalho; ano de publicação; autores; local de produção dos trabalhos e área de conhecimento.

Após a realização de toda pesquisa com os descritores nos bancos de dados citados, com os recortes especificados, e tendo em vista os objetivos desta pesquisa, optou-se por selecionar os trabalhos que mais se aproximasse da perspectiva da experiência dos jovens

(temática da minha pesquisa), isto é, produções que atentaram para o ponto de vista destes sujeitos.

Assim, selecionaram-se os trabalhos que tivessem por sujeitos da pesquisa jovens, considerando suas perspectivas e em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, visto que um dos objetivos específicos da pesquisa é identificar as representações sociais de jovem/juventude compartilhadas por eles, quer dizer, buscava-se analisar o que esses sujeitos compartilham em torno do que é ser jovem, nesta condição (cumprimento de medida socioeducativa).

Acredita-se ainda, que o fato de estar inserido na comunidade durante o cumprimento da medida – e não recluso, como em privação de liberdade – pode provocar impactos nas concepções dos mesmos, uma vez que continuam em contato com outros que não estão na condição de cumprimento de medida.

Dentre as 46 produções encontradas, no primeiro levantamento realizado, pode-se perceber que os trabalhos estão divididos entre níveis de análise do fenômeno (infração juvenil) privilegiando ora a explicação individual como determinante da violência e da criminalidade, ora numa leitura mais societal. De um lado a perspectiva de análise do fenômeno e/ou as explicações produzidas acerca da infração estão baseadas, por vezes, no nível do sujeito, do indivíduo, apoiados em teorias mais individualizantes, como atributos de personalidade, estruturas individuais (MALVASI & ADORNO (2014); GUERRA, et al. (2014); JOST(2016); SILVA (2015); GOMES(2012); CASTRO (2013); TRESOLDI (2015); FOGAÇA (2015)).

Por outro lado, estão as produções em que se respaldam em hipóteses de caráter estrutural, isto é, que trazem para o foco questões econômicas, culturais, políticas que atravessam a temática em questão (MOURA, et al. (2015); CASER, LOUZADA & SILVA (2015); CAMPOS (2017); FRANÇA (2014); KONRATH (2013); MACHADO (2015); VIDAL (2014); SANTOS (2016); TONON (2014); ALMEIDA (2014)). Mas há ainda, trabalhos que tinham por foco o contexto de inserção dos jovens, bem como os ambientes em que foram realizados os estudos (ex. escolas) e sua relevância para o cometimento ou não da infração (BRAGA & DELL'AGLIO (2012); SANTOS et al. (2012); BASTOS & RABINOVICH (2012); AVILA (2013); COSTA (2016); ASSIS (2016); BRAMBILLA (2012); FERREIRA (2013); GREGORACCI (2012); SILVA (2015)).

Com isso, apesar de a maioria dos trabalhos trazer em seu bojo uma discussão sobre as medidas socioeducativas, ato infracional, etc., os objetos são bastante diversificados. Algumas produções atentam para os sentidos atribuídos pelos jovens, seja do ato infracional cometido,

do cumprimento da medida ou das relações com os mais próximos, além de alguns estudos contarem com a entrevista de jovens egressos, isto é, aqueles jovens que já cumpriram sua medida socioeducativa e estão fora do sistema fazendo agora uma avaliação desse momento vivido (GOMES & CONCEIÇÃO (2014); SENTO-SÉ & COELHO (2014); COELHO & ROSA (2013); SCHMITT, NASCIMENTO & SCHWEITZER, LUCAS (2016); ALMEIDA ET AL. (2014); VIEIRA (2013); SILVA (2014); GIL (2017); DELGADO (2013); JACQUES (2015); ARAÚJO (2015)).

A família e a escola apareceram como fortes espaços entrelaçados na discussão, além de serem apontados os efeitos sentidos por essas duas instituições com a presença de um jovem infrator ou em cumprimento de medida, seja pela falta de adaptação das escolas e dos currículos escolares em receber esse público, seja pelos laços familiares que foram esgarçados diante do contexto vivenciado pelos jovens.

Os artigos encontrados no processo de revisão de literatura apresentaram, em sua maioria (40), estudos de caso e relatos de experiência. Os trabalhos encontrados, neste caso, além das perspectivas individual e societal em que os autores circularam, variavam no sentido de protagonismo do jovem no contexto de violência: ora como vítima, ora como autor.

No segundo momento de levantamento, com as palavras-chaves: adolescente em conflito com a lei, medida socioeducativa, teoria das representações sociais e representações sociais, foram encontradas apenas 2 produções, duas dissertações de mestrado, intituladas de Adolescente em conflito com a lei: uma análise dos discursos dos operadores jurídico-sociais em processos judiciais, de Vitória-ES, de 2007 e Uso de drogas e ato infracional: representações sociais de adolescentes em conflito com a lei, de João Pessoa-PB, de 2015.

A dissertação intitulada Uso de drogas e ato infracional: representações sociais de adolescentes em conflito com a lei tem por objetivo analisar as representações sociais acerca do uso de drogas entre os adolescentes em conflito com a lei e a existência de relação com o ato infracional cometido. Os sujeitos participantes deste estudo estavam em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado (internação). Este trabalho tem uma perspectiva de análise sócio-interacionista, como proposto pela TRS e de metodologia qualitativa. A autora salienta ainda a importância da família, como contexto importante enquanto objeto de proteção e aconselhamento.

O outro trabalho encontrado, Adolescente em conflito com a lei: uma análise dos discursos dos operadores jurídico-sociais em processos judiciais tem por objetivo analisar os discursos dos operadores jurídico-sociais que acompanharam 5 processos judiciais das varas da infância e juventude. Os participantes da pesquisa foram juiz, promotor de justiça,

advogado ou defensor público e assistente social, tendo por referencial teórico a questão social e a construção histórica dos direitos do adolescente em conflito com a lei.

A autora da dissertação identificou que na fase inicial do processo judicial as expressões da questão social foram ocultadas, prevalecendo a questão jurídica. Não se considerou a situação de violação de direitos dos adolescentes e nem as circunstâncias sociais de envolvimento destes na prática de infração e nem foram acionadas a proteção aos adolescentes, através de medidas protetivas.

Por fim, destacou falta de atenção às necessidades sociais dos adolescentes e de suas famílias e a consequente ausência de inserção destes em programas de inclusão social, implicando no uso da medida com forte caráter punitivo. Exemplificando o discurso da reinserção social do adolescente lançando mão dos contextos escolares e do trabalho. Concluiu, por fim, que o conteúdo da questão social foi enunciado de forma despolitizada, quando da individualização e culpabilização do adolescente, sendo este e sua família responsabilizados sozinhos pela situação de infração.

Com base nos resultados encontrados, em ambos momentos da revisão de literatura, foi possível observar a considerável discrepância entre a quantidade de dissertações em comparação à quantidade de artigos publicados. O número de dissertações encontradas foi muito maior do que a quantidade de artigos publicados, com os mesmos descritores, nas duas bases de dados de artigos (SCIELO e PEPSIC), o que pode indicar que apesar de finalizadas e defendidas as dissertações, o produto final não tem sido revertido em artigos que possibilitem o acesso mais amplo das análises realizadas.

Este indício pode ser mais bem investigado posteriormente, visando identificar possíveis dificuldades que impedem esse processo, uma vez que a transformação das dissertações e teses em artigos pode proporcionar maior acesso e difusão das produções dentro da comunidade acadêmica, de maneira geral, e com isso, uma ampliação do conhecimento científico.

Foi possível observar que muitos dos trabalhos encontrados tratavam das medidas socioeducativas em meio fechado (semiliberdade e privação de liberdade), os quais não foram selecionados por não caracterizarem a amostra de trabalhados desejada. Além do mais, no tocante às medidas socioeducativas em meio aberto, nenhum trabalho foi encontrado com meninas infratoras. Todas, sem exceção, as produções, sem exceção, encontradas em meio aberto eram com jovens homens.

A combinação dos descritores violências e juventude, nas pesquisas iniciais foi o que reuniu a maior quantidade de trabalhos, no entanto, muitos dos que apareceram não

relacionavam esta temática à medida socioeducativa, mas sim à violência de uma forma mais ampla, como por exemplo, os jovens como vítima de violência (situação de abuso sexual). Por esta razão, houve uma grande redução na quantidade de trabalhos, com essas palavras-chaves, desde as primeiras buscas até a seleção das obras finais.

Foi possível identificar também grande quantidade de produções que visavam identificar e analisar os discursos que circulavam entre os demais autores envolvidos nos contextos da medida socioeducativa, como os profissionais de psicologia, serviço social, operadores do direito, etc. No entanto, como justificado anteriormente, estes trabalhos não foram selecionados.

Dentre os resultados finais da revisão de literatura os trabalhos citados estão divididos em diferentes áreas do conhecimento, sendo a maior quantidade de produções encontrada na área da psicologia, com 24 trabalhos, seguida do serviço social e educação, ambas com 7 produções, 3 produzidas no campo da saúde pública/coletiva, 2 trabalhos na área das ciências sociais e apenas 1 trabalho nas áreas de antropologia, enfermagem e história.

No tocante aos locais de produção dos trabalhos, o estado de São Paulo apresentou o maior quantitativo de trabalhos, no entanto, vale salientar que, comparado aos outros estados do país, São Paulo abriga uma maior quantidade de universidades e faculdades que possuem um programa de pós-graduação já consolidado, sendo, inclusive, o único estado que possui um programa de Mestrado profissional em adolescentes em conflito com a lei. Neste recorte realizado, o nordeste do país segue representado pelos estados da Bahia, Rio Grande do Norte e o Ceará.

Ainda no processo de levantamento da literatura produzida no país, levantou-se uma questão a respeito de qual terminologia seria mais adequada para tratar a fase da vida em que os sujeitos da pesquisa se encontram: adolescência ou juventude. Por se tratar de uma temática bastante discutida na psicologia e, em algumas discussões, serem tomadas como divergentes, optou-se por fazer uma breve exposição de ambos os conceitos.

Por fim, vale pontuar que ao utilizar como descritores a Teoria das Representações Sociais e seu objeto de estudo, a Representação Social pouquíssimos trabalhos foram encontrados a partir da utilização deste filtro, o que leva a supor que tais palavras não estão sendo utilizadas como palavras-chaves nos trabalhos publicados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção serão apresentados os fundamentos teóricos da pesquisa.

2.1 ADOLESCÊNCIA OU JUVENTUDE

Alguns trabalhos sobre a temática da adolescência e/ou juventude trazem esses conceitos ora como diferentes, ora como sinônimos. Percebe-se que, de modo geral, o que há de comum nos dois termos é a necessidade de conceituar um momento específico da vida dos sujeitos e que possuem subjacentes elementos indicadores que demarcam, muitas vezes, o lugar de onde se fala a partir do termo escolhido.

A adolescência, tal como definida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, é um período compreendido entre os doze e dezoito anos de idade, o que se associa ao momento da puberdade, e, neste sentido, parece apoiar-se em uma leitura biológica. Algumas críticas são feitas ao uso do termo Adolescência quando sua interpretação é feita baseando-se apenas na ideia de um desenvolvimento linear, progressivo, compreendido como uma passagem da infância para a vida adulta em que a rebeldia e os conflitos de diferentes ordens são predominantes. Para além disso, vale a reflexão no tocante à ênfase dada para esta questão cronológica da idade sobre a delimitação e construção de uma etapa da vida.

No entanto, apesar da adoção deste termo, não implica dizer que o Estatuto se limite à esta interpretação no tocante ao público jovem referido, baseando-se exclusivamente no critério da faixa etária para sua construção e operacionalização. A proposta principal e fundamental do ECA está na premissa de que as crianças e adolescentes são, acima de tudo, sujeitos de direitos. Considerando ainda que a passagem da infância para a adolescência e desta para a vida adulta não é um processo linear, ao contrário, é um processo dinâmico em que o sujeito vivencia ganhos e perdas e que, vai se constituindo na sua relação com seus pares, com seus elementos culturais, materiais e até mesmo históricos (VIEIRA, 2008); (ALMEIDA, CUNHA & SANTOS, 2004).

Dentro do campo teórico da Psicologia o termo Adolescência, assim como outros termos como identidade, personalidade, possui diversas maneiras de conceituação a depender do autor que se propõe a estudar a temática, baseada na perspectiva que o mesmo adota. Dessa forma, existem autores que definem o conceito de adolescência como um momento de transformação em direção ao ápice (adulterez) com um marcador fortemente biológico, como autores que utilizam o mesmo termo para falar de um momento (ainda que de grandes

mudanças físicas) como outro qualquer da vida, com especificidades, crises, crescimentos e aprendizados (DAYRELL, 2003).

Braga, Molina e Figueiredo (2010) são autores que sinalizam essa questão da adolescência como um período ou fase de desenvolvimento, que implica em transformações biológicas e psíquicas, arrançadas por crises de identidades e de sexualidade, associadas a sofrimento e crises. Entretanto, vale salientar que os momentos de crises vivenciados ao longo da vida não são exclusivos do adolescer, mas são próprios da natureza social na qual o ser humano faz parte, acometendo todas as fases de sua vida.

Há outros autores importantes como Ariès (1981); Erikson (1972) e Calligaris (2000), que consideram a adolescência como uma criação histórica do homem, enquanto representação e fato social e psicológico, e que, a depender da cultura, tem interpretações e modos de subjetivação diferentes. Neste sentido, a adolescência está para além da delimitação de idade, sendo necessário considerá-la como constituída na inserção histórico-estrutural e simbólica do sujeito adolescente (BRAGA, MOLINA & FIGUEIREDO, 2010); (MARTINS, TRINDADE & ALMEIDA, 2003); (DAYRELL, 2003); (OZELLA, 2002).

Um outro termo tem sido usado para nomear esta fase específica da vida: juventude. Ora utilizado como sinônimo de Adolescência, ora como termo mais amplo que o primeiro, a depender de quem utiliza, como dito anteriormente. Juventude, conforme apontado por Peralva (1997) *apud* Dayrell (2003) compreende simultaneamente uma condição social e um tipo de representação, pois, segundo o autor, ainda que haja uma transformação (referente ao corpo, processo de subjetivação, etc) do indivíduo numa determinada faixa etária enquanto processo universal, suas formas de expressão e interpretação são bastante diferenciadas em cada sociedade, variando também em função do momento histórico vivenciado e do grupo social de pertença dos sujeitos em questão.

Por esta razão, há uma diversidade de vivências referentes a esse momento que chamamos de Juventude com base nas condições sociais, culturais, geográficas e de gênero, dentre outros aspectos (DAYRELL, 2003). Dessa forma, a juventude – assim como a adolescência para alguns autores – não é entendida como uma etapa com um “objetivo final” a ser alcançado ou superado com a chegada da vida adulta, muito menos como momento de preparação.

Dessa forma, Dayrell (2003) afirma que a juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem. Ela possui uma importância em si mesma sendo fortemente influenciada pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. Apoiado por uma definição de Charlot (2000), o

autor situa os jovens enquanto sujeitos sociais singulares, marcados por uma origem familiar, ocupando determinado local social e inserido em relações sociais específicas, constituído e constituidor de uma história que o mesmo interpreta e dá sentido seja ao mundo ao seu redor, seja a posição que ocupa nele e às relações que estabelece.

O jovem enquanto sujeito social, nesse sentido, é ativo, age no e sobre o mundo, sendo, ao mesmo tempo, moldado por ele, se constituindo nas relações sociais na qual se insere (DAYRELL, 2003). Diante dessa pluralidade de possibilidades de ser jovem, compreende-se que o termo Juventudes, no plural, seja mais adequado para discussões dessa natureza, que concebem que se seguirá por abarcar uma leitura considerando sua pluralidade social, histórica e temporal.

Neste trabalho, os termos adolescência e juventudes serão utilizados como sinônimos por compreender que as duas terminologias são capazes de conceber o sujeito jovem como ativo no processo de construção da realidade e de participação na dinâmica social, considerando as diversas formas e maneiras de viver a juventude com seus atravessamentos sociais.

Tendo em vista todas estas pontuações, um aspecto que parece comum à adolescência e/ou juventude é o imaginário compartilhado de que os sujeitos que estão nessa fase da vida estão, inevitavelmente, marcados pela incompletude, imaturidade, irresponsabilidade, inclusive lhes sendo atribuídos uma lista de “problemas sociais” como típicos desta fase, como: consumo de drogas, problemas na escola e com os pais, gravidez precoce, inserção na violência (SPOSITO, 1993).

Nos trabalhos de Paixão, Almeida e Lima (2012), identificaram uma estreita ligação entre jovens e transgressão, conexão realizada pelos próprios jovens entrevistados. Os participantes compreenderam “o adolescente” como uma pessoa que vivencia um momento marcada pela “curtição”; sendo a rebeldia como uma das marcas da juventude, presente de maneira certa e incisiva na vida destes (PAIXÃO, ALMEIDA & LIMA, 2012).

Há, de acordo com as mesmas autoras, uma representação socialmente arraigada em que há perigo iminente de envolvimento com as drogas, ressaltando ainda a importância de duas instituições sociais na prevenção da manifestação de tal problema nessa fase: a escola e a família. Concluem ainda, com esse estudo, que o adolescente “é um indivíduo que precisa ser ‘domado’ para assumir as suas responsabilidades e, futuramente tornar-se um adulto” (p.287).

De maneira semelhante Cruz, Rosa e Coutinho (2016) apontam que por um lado é esperado que o jovem com trabalho e estudo, adquira responsabilidades, no entanto, em

contrapartida, a violência e a irresponsabilidade continuam a surgir como marca, ratificando características negativas difundidas no imaginário.

Vale ressaltar que esta ideia diz respeito a uma noção de juventude periféricas difundida em nossa sociedade há muito tempo, em que os contextos de violência e criminalidade são postos como subjacentes a estes sujeitos, definindo-os como problemas ou potenciais problemas sociais de maneira recorrentes, estando assim na base da construção das concepções dos próprios jovens acerca da população juvenil (CRUZ, ROSA & COUTINHO, 2016).

Apoiados ainda pelo reforço dado pelos meios de comunicação, em que os aspectos negativos são acentuados (MENANDRO, TRINDADE E ALMEIDA, 2003), pode-se compreender como é comum que os adolescentes conservam, em certa medida, características que tradicionalmente marcam a adolescência sem perder características que eles também consideram próprias da juventude, como o momento de buscar o seu lugar no mundo (CRUZ, ROSA & COUTINHO, 2016).

No tocante à legislação brasileira, o conceito de criança e adolescente, esteve por muito tempo restrito à uma pequena parcela da população que não incluía os jovens pobres, em conflito com a lei ou abandonados, conforme compreensão dos operadores do direito. Para eles o termo utilizado era “menor”. Neste sentido, ser criança ou adolescente estava relacionado a garantia de privilégios, já para estes últimos restava-lhes a privação. Com o advento do ECA, discussão que será pontuada mais adiante, a garantia ao desenvolvimento e amadurecimento dentro dos moldes da lei estava garantido a todo cidadão/ã entre zero e dezoito anos, tornando-se o princípio norteador para todas as políticas públicas para a infância e adolescência (ALMEIDA, CUNHA & SANTOS, 2004).

De acordo com Almeida, Cunha e Santos (2004) no cenário brasileiro, temos encontrado dificuldade na efetivação da garantia de direitos desses sujeitos, apesar de não haver oposição ao preceito legal de que esses sujeitos precisem contar com uma proteção em termo integral. É possível observar que alguns direitos econômicos, sociais e culturais ainda estão distantes para uma boa parcela da população, inclusive para os jovens.

Compreende-se que o estado de vulnerabilidade é maior para o público jovem uma vez que esta fase da vida necessita de cuidados especiais e atenção integral à vista da particularidade que este momento apresenta. Dessa forma, consideramos que a negligência de direitos a essas pessoas tem efeitos ainda mais danosos se comparado aos adultos.

A distinção construída entre a juventude e adultez, da forma como concebemos atualmente, é relativamente recente e também útil, uma vez que fragmentar os diferentes

ciclos da vida pode proporcionar à sociedade a capacidade de perceber o tempo e a noção de que se tem o controle sobre as atividades humanas, além de descrever as mudanças e constâncias observadas em cada etapa do desenvolvimento, com isso, nos tornando capazes de prever ou, pelo menos, supor o que se esperar em cada momento no curso da vida (ALMEIDA, CUNHA & SANTOS, 2004).

De acordo com Almeida, Cunha e Santos (2004) no esforço de descrever cientificamente os processos de transformação ao qual as pessoas estão passíveis ao longo do curso de vida criaram-se teorias psicológicas do desenvolvimento humano que, apoderadas pelo senso comum, ganham um status de realidade social, sustentadas pela cultura hegemônica. Neste sentido, é conferida uma “norma” para cada etapa da vida em que são construídos modos de comportamentos típicos, bem como expectativas em consonância com os valores da sociedade e dos grupos sociais, em que o processo de desenvolvimento é institucionalizado, definindo regras e prescrevendo condutas.

Diante deste cenário, a forma como as pessoas se apropriaram da psicologia do desenvolvimento refere-se à um conjunto de conhecimentos que tendem a normatizar a ideia de que todos os indivíduos passem pelas mesmas etapas, em que as habilidades sociais e cognitivas vão sendo acumuladas, o que a coloca numa perspectiva contrária ao próprio objeto da psicologia quando se atenta as particularidades de cada sujeito e seus modos de vida, compreendendo que o processo de evolução no curso de vida se dá numa relação com os outros e a realidade, em que a negociação é o ponto chave para construção de si e do mundo ao redor.

O que pode-se supor é que há, subjacente a esse entendimento, um compartilhamento entre as pessoas, a respeito de quem são os sujeitos que estão inclusos nessa classe, quais são as suas características, quais os comportamentos esperados, isto é, as ideias compartilhadas entre as pessoas parecem compor uma espécie de conhecimento coletivo produzido na interação entre os pares que orientam as práticas e comunicação dos envolvidos.

Neste sentido, há uma importante contribuição da Teoria das Representações Sociais, aporte teórico utilizado neste estudo, quando pressupõe a superação desta perspectiva normatizadora da psicologia do desenvolvimento, propondo que os sujeitos se constroem e constroem a realidade social mutuamente, numa via de mão dupla.

No tocante à adolescência, associamos às mudanças biológicas, a puberdade, à responsabilidade de crises e conflitos, além do “comportamento rebelde” atrelada a este público como um conjunto de expectativas sociais esperadas. Esta fase de transição entre a infância e vida adulta que chamamos de adolescência, enquanto ciclo da vida, é compreendida

socialmente também como um problema individual, em que seus sucessos e fracassos são de responsabilidade do indivíduo.

Conforme Almeida, Cunha e Santos (2004), o adolescente de maneira geral é concebido como aquele sujeito que se caracteriza pela falta: falta de maturidade, de independência financeira, de responsabilidade, de competência. Para as autoras essa ideia de “falta” aparece na medida em que o adolescente é avaliado tendo como modelo o adulto. Em uma cultura em que a vida adulta é o “ponto optimal” do desenvolvimento todas as outras fases serão avaliadas comparativamente. Assim, o adolescente é aquele que ainda não chegou à vida adulta, por essa razão falta-lhe maturidade, competência, responsabilidade, etc, enquanto os idosos seriam aqueles que perderam as características da vida adulta.

De toda forma, as concepções formuladas pelas sociedades acerca da infância e adolescência estão balizadas pelos valores, normas e visões de mundo vigentes nas sociedades em cada momento histórico e social. Por esta razão, faz-se necessário estar atento ao contexto de produção das explicações socialmente compartilhadas em forma de teoria – chamada por Moscovici (1961) de representações sociais – no qual ela é produzida, visto que o processo de desenvolvimento deixa de ser visto como um processo cognitivo, biológico, para situar, também, a realidade no qual ocorre.

Com isso, nota-se que as concepções construídas a respeito das etapas da vida, foram e continuam a ser modificadas no desenrolar dos tempos. Se hoje os adultos tornaram-se responsáveis pelos cuidados com os mais jovens e tomou força de lei, como regra da sociedade e sendo regida por um estatuto (ECA), nem sempre foi assim. Por isso, é possível esperar que o entendimento acerca dos jovens possa ainda ser modificado e/ou aprimorado ao longo do tempo, a partir da identificação de novos elementos e as particularidades de cada época.

Diante do exposto, supõe-se que a construção do ECA forneça algumas pistas a respeito da concepção que nós, enquanto sociedade, compartilhamos sobre as crianças e adolescentes de nosso país. Para isso é preciso compreender os caminhos trilhados, pelo aparato jurídico, para chegarmos até ao que hoje chamamos de “lei maior” quando o assunto são os nossos jovens e seus direitos.

2.2 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

Até 1927, vigorou no país o “Código de Menores”, fundamentado na doutrina da situação irregular, que tinha por objetivo controlar sujeitos “delinquentes” ou “propensos a delinquir”, representando uma ameaça para sociedade, na qual crianças e adolescentes eram

responsabilizados pela condição de pobreza, com a finalidade de criminalizar este estado de pobreza material e de higienização social. Em 1979, 52 anos depois, o referido código é reformulado e um “Novo Código de Menores” é estabelecido.

Em sua reestruturação, o código visava dar conta das crianças e adolescentes em ‘situação irregular’ ou em risco social, que estavam submetidas a intervenções do Estado (GONTIJO SALUM, 2011). Neste sentido, os códigos até então vigentes tratavam as crianças e os adolescentes pobres como elementos de ameaça à ordem social, valendo-se da repressão e correção dos comportamentos supostamente desviantes por meio da internação em instituições.

Baseada na classificação dos ‘menores’, os códigos anteriores visavam proteger o Estado das crianças e adolescentes pobres, vistas como problemas e perigo para as demais pessoas. Naquela época, os sujeitos que compunham as categorias de vadios, delinquentes e mendigos estavam com seus destinos traçados, se não eram, inevitavelmente se tornariam delinquentes. Com isso, quaisquer possibilidades de levar em conta particularidades entre os jovens eram desconsideradas (GONTIJO SALUM, 2011).

Com o restabelecimento do Estado de Direitos na década de 1980, após um longo período de ditadura, foi promulgada uma nova Constituição no País, que garantia direitos sociais a todos, destacando-se a educação, a saúde e a assistência social. No campo de proteção dos direitos humanos criou-se o Estatuto da Criança e Adolescente, o ECA, por meio da Lei 8.069, sancionada em 1990 que dispõe sobre decisões, apontamentos, etc, referentes à proteção integral de crianças e adolescentes, compreendidos como aqueles sujeitos até seus dezoito anos de idade. Em casos excepcionais, aplica-se o Estatuto as pessoas com idade entre dezoito e vinte e um anos.

O Estatuto concebido na perspectiva dos direitos humanos preconizou a doutrina da proteção integral, que defende a ideia de que crianças e adolescentes, por se encontrarem em fase peculiar de desenvolvimento são sujeitos especiais de direitos e, por isso, devem ter garantidos, prioritariamente, todos os direitos fundamentais e sociais. O ECA chama atenção para o risco que as pessoas em desenvolvimento estão continuamente expostas, ofertando-lhes assistência através de serviços e garantias oriundos de políticas públicas, reduzindo o estado de privação (GONTIJO SALUM, 2011).

Além das garantias de direitos para esses sujeitos, o Estatuto discorre sobre os deveres a serem cumpridos pelos jovens, bem como as sanções previstas em caso de infrações cometidas, chamadas de Ato infracional. De acordo com o Artigo 103 do referido documento,

considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal (ECA, 1990).

De acordo com o ECA, os adolescentes que cometem atos infracionais devem ser responsabilizados por sua prática, no entanto, o tratamento dispensando precisa, necessariamente, ser diferenciado dos adultos imputáveis, sendo justificado através da disposição do art. 228, da Constituição Federal em que justifica-se, dentre outros fatores, em razão de sua condição de sujeitos em desenvolvimento (BRASIL, 2016).

Em resposta aos comportamentos ditos infratores dos jovens, as medidas socioeducativas foram criadas sem perder de vista que os sujeitos em questão vivem uma condição particular, específica de sua trajetória de vida, necessitando que sejam tratados levando em consideração a capacidade de cumpri-la, as circunstâncias em que a infração é cometida, bem como a gravidade da mesma.

Dessa forma, as medidas socioeducativas estão pautadas principalmente numa proposta pedagógica, visando a reinserção social dos jovens que cometeram infrações, com a observação dos valores a serem a serem ressignificados e a reflexão sobre seus comportamentos.

As medidas socioeducativas (6) previstas pelo Estatuto consistem em: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional. As duas últimas modalidades de medida socioeducativa se inserem em um contexto de privação de liberdade e são acionadas objetivando proteger o jovem quando o mesmo comete uma infração mediante grave ameaça ou violência à pessoa; por reiteração no cometimento de outras infrações graves; por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta. Vale salientar que estas medidas são designadas após as demais alternativas terem sido examinadas (ECA, 1990).

Na medida de semiliberdade, o adolescente pode realizar atividades externas durante o dia, independentemente de autorização judicial. Permanece durante a semana sob a responsabilidade da equipe da semiliberdade e, no caso de apresentar uma evolução satisfatória dentro do programa, fica permitido de sair aos finais de semana na companhia de seus responsáveis e em seu local de moradia. No entanto, deve retornar à Unidades de Semiliberdade na hora e no dia convencionados pela equipe executora, sob pena de receber sanções disciplinares. No caso da internação, o jovem fica durante todo o período na unidade de internação. Apesar disso, a medida está sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar do adolescente como pessoa em

desenvolvimento. Sendo obrigatória a realização de atividades de escolarização e profissionalização (BRASIL, 2016).

As quatro primeiras modalidades de medida socioeducativa (advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida) são desempenhadas pelos jovens em meio aberto, isto é, são executadas sem que o sujeito tenha prejuízo na sua liberdade de ir e vir, continuando a circular livremente pelos territórios, neste caso, são acompanhadas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

A proposta de um programa de medidas socioeducativas em meio aberto tem por objetivos ofertar oportunidades de proteção social de maneira efetiva, com a garantia de integração dos jovens junto à sociedade, sem deixar de considerar a dimensão da responsabilização do ato infracional cometido e do papel das medidas socioeducativas neste processo. Neste sentido, conforme o Caderno de Orientações Técnicas sobre o Serviço de Medidas Socioeducativas em meio aberto (BRASIL, 2016), as principais funções das medidas são a responsabilização e a proteção social, de modo que ambas ocorram simultaneamente no tocante ao jovem infrator.

É importante considerar que a política em que estão balizadas as medidas socioeducativas somente foi possível uma vez que se realizou toda uma mudança nas concepções construídas até 1990, acerca das crianças e adolescentes, bem como da condição peculiar de desenvolvimento em que se encontram e da atenção especial que precisam receber. Antes do que hoje conhecemos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, lei maior direcionada para o público em questão, dois outros modelos de códigos orientaram a forma de compreender os direitos e deveres desses sujeitos.

O Brasil conta em seu ordenamento jurídico com dois sistemas para a responsabilização daqueles que cometem crimes ou atos infracionais: o sistema penal, destinado às pessoas com mais de dezoito anos; e um sistema socioeducativo, destinado a responsabilizar por seus atos os adolescentes de doze a dezoito anos de idade.

São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas na lei. Isto quer dizer que as correções aplicadas aos jovens que cometem algum ato infracional são tratadas de maneira específica, tanto a contravenção cometida (termo ato infracional ao invés de crime) quanto a sanção aplicada é tomada considerando o sujeito-autor. Tal justificativa se baseia na condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento, conforme previsto no Art 6^a (ECA, 1990).

O trabalho do serviço de medida socioeducativa em meio aberto é um trabalho socioassistencial desenvolvido a partir das diretrizes e normativas do Sistema Único de

Assistência Social – SUAS e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Juntos, tem por objetivo proporcionar ao jovem que cometeu qualquer infração, responsabilizá-lo pelo ato praticado, mas sem perder de vista a proteção social que lhe deve ser garantida, bem como as particularidades das medidas a serem cumpridas, seja a Prestação de Serviço à Comunidade, seja a Liberdade Assistida, ambas instituídas à luz do ECA (BRASIL, 2016).

O caderno de Orientações Técnicas Sobre Medida Socioeducativa em Meio Aberto elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário¹ em 2016 sinaliza a importância da contextualização das representações sociais e culturais dos jovens que estão em cumprimento de medida em meio aberto; dispõe a respeito da adolescência, da família e de violência na sociedade contemporânea, além das repercussões que essas representações causam em suas vidas, uma vez que faz indispensável para compreensão do processo de responsabilização e proteção social em resposta ao ato infracional praticado (BRASIL, 2016).

Como já afirmado anteriormente, o Estatuto da Criança e do Adolescente, conceitua criança como sendo todas as pessoas que estão na faixa etária de zero a doze anos incompletos, e adolescentes, os que se encontram na faixa entre os doze e os dezoito anos de idade. As medidas socioeducativas, neste sentido, são aplicadas aos adolescentes entre doze e dezoito anos em razão de atos infracionais cometidos e não às crianças. As últimas estão numa condição ainda mais peculiar do que os adolescentes e por esse motivo, se uma criança praticar algum ato infracional, será encaminhada ao Conselho Tutelar e estará sujeita às medidas de proteção previstas no art. 101².

As medidas socioeducativas podem, excepcionalmente, ser cumpridas após os dezoito anos, isto é, entre os dezoito e os vinte e um anos, quando o ato infracional foi cometido pouco antes dos dezoito anos. De acordo com o parágrafo único do art. 2º do ECA (1990) se o ato infracional for realizado pelos(as) adolescentes antes de completar dezoito anos de idade, o cumprimento da medida socioeducativa pode se estender até os vinte e um anos de idade, no entanto, torna-se extinta na data em que o adolescente completa esta idade.

1 Atualmente, Ministério da Cidadania

2 Conforme disposto no artigo 101 do ECA, são medidas de proteção aplicáveis à criança e ao adolescente:

I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II - orientação, apoio e acompanhamento temporários; III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; VII - acolhimento institucional; VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar; IX - colocação em família substituta.

Como dito anteriormente, os sujeitos crianças e adolescentes estão resguardados por um entendimento de que estão numa condição particular do curso do seu desenvolvimento e que por isso exigem cuidados e atenção especiais. Tal premissa está baseada nos estudos científicos realizados no campo da psicologia e áreas afins, sendo incorporado nas práticas sociais e jurídicas.

2.3 ATUALIZAÇÃO DO ECA

Neste ano de 2019, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA), e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) lançaram a nova edição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O referido Estatuto da Criança e do Adolescente passou por alterações em sua redação, em que o governo federal, publicou uma edição oficial atualizada do texto, incluindo as alterações feitas na legislação nos últimos cerca de dois anos, no entanto, sem mudanças em seus princípios básicos.

Nesta nova edição atualizada, destacam-se as alterações dispostas nas Leis: nº 13.798, de 3 de janeiro de 2019 - que instituiu a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência; e nº 13.812/2019, de 16 de março de 2019 que instituiu a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, criou o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e exigiu autorização judicial para viagem de menores sem companhia dos responsáveis.

Da mesma maneira, houve modificação na idade mínima para que uma criança ou adolescente possa viajar sem os pais ou responsáveis e sem autorização judicial, passando de 12 para 16 anos (na mesma lei nº 13.812); e na lei sobre a reeleição dos conselheiros tutelares, que agora podem ser reeleitos por vários mandatos consecutivos, em vez de apenas uma vez - lei 13.824, de 9 de maio 2019.

Como observado nenhuma alteração foi realizado no texto da lei que se refere ao tratamento dispensado quanto aos jovens que cometeram ato infracional, assim como na tipificação das medidas socioeducativas subjacente. Valendo a pena ressaltar tal atualização (única) depois de 29 anos de promulgação.

Considerando toda mobilização social e civil que existe acerca deste público, desde sua definição conceitual, discussões teóricas, construção de um ordenamento jurídico específico, manejo especial e direcionado com estes, podemos dizer que este objeto “Adolescência/Juventude” apresenta relevância social para os cidadãos e com isso mobiliza

discussões a seu respeito, bem como a necessidade de explicá-los. Dessa forma, considera-se que o este objeto está implicado em práticas de diversos grupos sociais, na conversação e comunicação dos membros, devendo ser detectado sistematicamente em comportamentos e interlocuções.

A esta tentativa de explicar os fenômenos sociais a partir da construção de teorias do senso comum, Moscovici (1961) chamou de Representação social e que para estudá-la, formulou um conjunto de conceitos e conhecimentos articulados que comporia uma Teoria, a Teoria das Representações sociais, criada para tentar explicar a forma pela qual as pessoas constroem essas representações.

À luz desse referencial teórico, tudo isso que pensamos, falamos, imaginamos e compartilhamos sobre o jovem e o ser jovem interfere de maneira substancial o modo como esse público vivencia/experimenta sua juventude, uma vez que o sujeito não está apartado deste cenário de construção dessa e de outras representações. Neste sentido, eles também participam de sua construção.

À vista disso, supõe-se que os jovens que se encontram no cumprimento de medida socioeducativa, com toda a expectativa e bagagem do que se desta fase da vida, por não ter seu direito de ir e vir cerceado, considerando o meio aberto de realização da medida, pode, no contato com outros jovens, ter uma vivência particular e diferenciada de sua juventude. Atentando ainda que sua experiência enquanto jovem provavelmente será diferente de boa parte da população jovem no país, visto que tem uma vivência controlada e normatizada pela lei.

2.4 TEORIA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL E EXPERIÊNCIA

O conceito de representação social está relacionado a um conjunto de imagens, ideias, opiniões e crenças, a construção de “teorias do senso comum”, conforme denominado pelo próprio Moscovici (1961) que formam uma espécie de conhecimento cotidiano, construído coletivamente para orientar as práticas e facilitar a comunicação entre as pessoas, participando da dinâmica da realidade social.

Segundo Almeida, Cunha e Santos (2004) conhecer as representações sociais de uma sociedade significa compreender os significados compartilhados, a forma como funcionam e como se constroem enquanto coletivo. A representação social é caracterizada como uma forma de conhecimento espontâneo, social e subjetivo, visto que se constrói marcado pela pertença social dos sujeitos que participam de sua gênese e modulado por experiências pessoais. O que acontece com a representação é que, diferente do conhecimento científico,

obedece à uma lógica própria, diferente sem a necessidade de controle de variáveis, testagem, experimentação, etc.

Esta definição de representação social assenta-se em três aspectos: *comunicação* – uma vez que oferece às pessoas um código para nomear e classificar as coisas e o mundo – *(re)construção do real*, funcionando as RS como guias de interpretação e organização da realidade, permitindo aos sujeitos a construção e reconstrução da realidade cotidiana; e *domínio do mundo* por fornecerem um conjunto de conhecimentos sociais que permitem uma orientação prática ao indivíduo, situando-o no mundo, possibilitando sua manipulação (ALMEIDA, 2005).

As representações sociais viabilizam aos sujeitos compreenderem e explicarem a realidade que os cerca, construindo novos conhecimentos e agregando-os aos anteriores. Conferem ainda aos indivíduos uma possibilidade identitária, quando os situam, juntamente com seus grupos, dentro da dinâmica social. Além desta função identitária, permitem orientar seus comportamentos, práticas, relações, produzindo expectativas uma vez que definem o que é ou não aceitável em dado contexto. Por fim, as representações possuem papel importante na determinação das ações visto que servem aos indivíduos como justificativa para realizá-las (SANTOS, 2005).

A representação social sempre que construída se dá sobre um objeto específico, objeto este que precisa atender alguns “requisitos” para então ser considerado “objeto de representação social”. Para isto, é preciso que ele possua espessura social e relevância cultural, o que nas palavras de Sá (1998) requer que o objeto em questão se encontre implicado em alguma prática do grupo, incluindo sua presença na conversação e comunicação dos membros, devendo ser detectado sistematicamente em comportamentos e interlocuções.

Além disso, é indispensável que estes objetos sejam capazes de aparecer de diferentes formas e maneiras aos sujeitos de uma sociedade, e que por esta razão tenham a necessidade de serem representado. Objetos que circulam por variados grupos e seja passível de significação diversa são considerados objetos polimorfos, segundo Moliner (1996).

Neste sentido, como toda representação, precisa ser construída no e pelo coletivo, ou seja, por um grupo – entendendo grupo, à luz da teoria das representações sociais – como um conjunto de indivíduos que mantêm determinada relação com o objeto de representação, seja porque ele é parte de sua existência, seja porque não têm como ignorá-lo, dessa forma, o objeto em questão é relevante para seus membros, capaz de interferir na relação das pessoas. Assim, alguns grupos possuem representações sociais em torno de determinados objetos que

para outros grupos não há sequer uma definição acerca do mesmo, por não haver relevância para eles (COSTA & ALMEIDA, 1999).

De acordo com Sá (1998), não faz sentido estudar a representação de algum objeto por um dado conjunto social sem que esse fenômeno exista para os sujeitos em questão, isto é, se o grupo selecionado para o estudo simplesmente não tem uma representação do objeto que resolvemos estudar. Segundo o autor, esta é uma condição necessária para que aconteça a construção da representação social.

É sempre de alguém (sujeito) e de alguma coisa (objeto). Por esta razão, segundo Sá (1998) não se pode falar em representação sem especificar de quê e por quem ou quais. Este fenômeno, devido seu caráter coletivo, exige ser necessariamente compartilhado por um grupo, no entanto, as representações sobre determinados objetivos podem divergir de um grupo para outro.

A Teoria das Representações Sociais proposta por Serge Moscovici e apresentada por ele na obra intitulada *A representação social da psicanálise* (1978) preocupa-se primordialmente com a relação sujeito-objeto e como se dá o processo de construção do conhecimento que, segundo ele, é oriundo do senso comum, da sabedoria popular, sendo esse processo de construção individual e coletivo, ao mesmo tempo.

Dessa forma, a Teoria das Representações Sociais apresenta um caráter científico na leitura do conhecimento de senso comum, preocupando-se com o conteúdo das representações e a dinâmica social que faz emergir esse conteúdo. Esta abordagem se interessa em saber como as pessoas e os grupos, de maneira mais ampla, constroem suas representações, como se dá à transformação de um conteúdo novo, não familiar, em um universo conhecido e consensual. Segundo Santos (2005), a TRS oferece um arcabouço teórico capaz de esmiuçar e ajudar a esclarecer o processo de formação e construção das representações sociais.

Vale salientar que a inauguração desta teoria por Moscovici, considerando o contexto vivenciado na época, contribui de maneira significativa com o movimento que já vinha acontecendo, promovido por outros autores como Kuhn e Feyerabend, para ruptura com as concepções de ciência predominantes na psicologia social, com as concepções de realidade, verdade, sujeito e objeto. Moscovici rompe também com a visão da relação sujeito-objeto, frequente na análise dos fenômenos psicossociais e propõe uma visão triádica na qual os fenômenos precisam ser analisados a partir da relação entre sujeito-objeto e o alter. A realidade, conforme apontado por ele, não é estável, mas passível de transformação. Dessa forma, não existe uma verdade que deve ser buscada, o que existe é uma verdade do sujeito

situado e contextualizado social e culturalmente, que por vezes é contraditório, devido à variedade de grupos, contextos, que ele participa (BEN ALAYA, 2011).

A construção das representações sociais envolve dois processos formadores: a ancoragem e a objetivação. A ancoragem corresponde à assimilação de novas informações ou elementos de um dado objeto em categorias úteis e familiares aos sujeitos, disponíveis na memória. Segundo Almeida (2005), o processo de ancoragem permite aos indivíduos incorporar ao seu sistema de valores o objeto de representação de acordo com a ligação que ele mantém com sua inserção social. Dessa maneira, pode-se dizer que um novo objeto é ancorado quando passa a integrar um sistema de categorias previamente estabelecido.

O processo de objetivação se encarrega de tornar concreto o que para o sujeito é abstrato, transformando-o numa imagem mental. Neste caso, faz-se uma seleção de informações acerca do objeto em questão, privilegiando umas em detrimento de outras, por vezes simplificando-o, desvinculando do contexto de surgimento. Certas informações se sobressaem e assumem mais significância que outras, havendo uma seleção e, conseqüentemente, um empobrecimento informativo, compensando em compreensão para os sujeitos (ALMEIDA, 2005).

Concluída esta breve apresentação quanto à representação social enquanto fenômeno e a teoria das representações sociais proposta por Moscovici, realizar-se-á uma sucinta explanação em torno da temática da experiência, conceito proposto por Denise Jodelet (2005) e sua relação com as representações sociais, bem como suas dimensões.

O interesse em relacionar os conceitos de Representações Sociais e Experiência parte da hipótese de que a experiência vivida pelo sujeito está estreitamente relacionada às representações compartilhadas por ele. Uma vez que a realidade construída e partilhada pelos sujeitos serve de guia, de orientação para sua forma de agir no e sobre o mundo, suas práticas e relações com as demais pessoas. Dessa forma, o sentir, proporcionado pela experiência não está apartado das leituras de mundo que fazemos que estão, por sua vez, marcados pelas trocas feitas ao longo da vida, desde os processos de socialização primária e secundária posteriormente.

Enquanto definição, a experiência concebe um enriquecimento da relação dos sujeitos com o mundo que os cerca, implicando duas dimensões: uma dimensão de conhecimento (cognitiva) e uma dimensão da experimentação, da implicação psicológica das pessoas. No entanto, de maneira geral, a experiência está diretamente associada à dimensão do vivido, referindo-se à consciência que o sujeito tem do mundo onde ele vive (JODELET, 2005).

Segundo Jodelet (2005), a experiência vivida versa sobre o modo como as pessoas sentem uma situação, em sua intimidade, e o modo como elaboram, empregando um trabalho psíquico e cognitivo, as repercussões positivas ou negativas, da situação vivenciada e das reações e relações que acionaram durante este momento.

O fenômeno do vivido refere-se a um estado emocional, sentido pelo sujeito, em que são invadidos por uma forte emoção e tomam consciência de sua subjetividade e identidade. Esse momento pode ser vivido no âmbito particular ou compartilhado com outros, correspondendo à situação de multidão ou movimentos sociais. Neste caso, a experiência é compartilhada (JODELET, 2005).

No tocante à experiência em sua dimensão cognitiva, favorece uma experimentação do e sobre o mundo, contribuindo para a construção da realidade social, a partir de categorias socialmente ofertadas. E é neste nível que uma conexão pode ser feita com as representações sociais. Nas palavras de Jodelet (2005):

Os termos nos quais vai ser formulada essa experiência, e sua correspondência com a situação em que ela emerge, vão ser emprestados de pré-construções culturais e de um estoque comum de saberes que vão dar forma e conteúdo a essa experiência; ela mesma constitutiva de sentidos que o sujeito dá aos acontecimentos e situações, objetos e pessoas ocupantes de seu meio próximo e seu mundo de vida. Nesse sentido, a experiência é social e socialmente construída (p.32).

Sendo assim, a experiência só começa a existir a partir do momento em que é reconhecida, compartilhada e confirmada pelos pares; por esta razão a experiência está fortemente atravessada pelas circunstâncias sociais de expressão e comunicação (JODELET, 2005). Quer dizer, a experiência enquanto tal precisa ser validada pelos parceiros sociais, além de, no encontro coletivo, ser atribuída de valores, positivos ou negativos, assim como seus impactos subsequentes.

Se de um lado, a experiência subjetiva só pode ser desvelada a partir da narrativa do sujeito que a vivenciou, testemunhando com seus discursos, por outro lado, a experiência humana também participa da construção do mundo, uma vez que é essencial para a inovação do pensamento social e da ação, ampliando os sentidos compartilhados. Neste ponto, referente à criatividade, a abordagem da experiência pode contribuir no estudo das representações, visto que pode agregar novas práticas e novas representações (JODELET, 2005).

Segundo Jodelet (2005) os sistemas de representação de caráter mais amplo, hegemônicos, podem ter efeitos sobre a forma como os indivíduos elaboram a situação vivida, e ainda nos recortes que eles irão fazer em torno dos conhecimentos disponibilizados em razão de sua pertinência e adequação ao sistema de valores maiores. O sistema global de

representações fornece os recursos e dispositivos para a interpretação daquilo que é experimentado, servindo como um suporte ou referência. Assim, as representações antecedem e dão forma, de modo imaginário, a uma experiência vivida.

Com isso, o estudo da experiência permite aos pesquisadores o deslocamento de suas análises do âmbito coletivo ao singular, do social ao indivíduo, sem desconsiderar o devido lugar das representações sociais construídas e suas formas de funcionamento. Além do mais, as representações podem ampliar a compreensão de como os sujeitos vivenciam suas experiências, uma vez que o conhecimento das primeiras pode levar o pesquisador a se aproximar do “campo de referência” destes, considerando o contexto em que foram produzidas.

Por esta razão, no campo da pesquisa, Jodelet (2005) sinaliza a importância da aproximação do sujeito pesquisador com a complexidade dos fenômenos estudados – nas pesquisas qualitativas – devido à particularidade de cada contexto sociocultural, exigindo um exame mais circunstanciado e cuidadoso dos processos de produção das representações sociais, bem como atentando para as situações em que nascem e como regulam os comportamentos e comunicações.

À guisa de conclusão, a experiência está relacionada à transformação de representações sociais que podem contribuir ou dificultar a mudança social e o enfrentamento das situações adversas. Jodelet (2005) afirma que enquanto função reveladora, a experiência pode conduzir à emergência de novas representações e salienta para a importância de seu estudo, uma vez que ajuda a compreender como o sentido se produz a partir de espaços e contextos particulares, utilizando as representações sociais como recurso interpretativo, visto que essas últimas oferecem códigos e parâmetros específicos para cada grupo, incluído valores e identidades partilhados por seus membros.

Dessa forma, pode-se questionar como é ser jovem num contexto em que se tem um conjunto de características e ideias – Representações – compartilhadas a respeito dessa fase do desenvolvimento que podem ou não ser também compartilhadas pelo sujeito jovem e qual o produto desse jogo de representações. Neste sentido, a investigação que se pretendeu realizar se debruça sobre a experiência dos jovens enquanto tal diante da experimentação de cumprimento da medida socioeducativa, tendo por pano de fundo as representações sociais.

É possível perceber que a discussão social que circula sobre a infração juvenil que, por vezes, clama maiores e mais rígidas ações do Estado para conter a violência, chega até os jovens e compõe o conjunto de informações que ele dispõe sobre o que “esperam dele”, que pode ou não estar sendo atendido. Questionamentos como “esse menino tem jeito?” fazem

parte do cotidiano desses jovens (e de tantos outros), quando muitas vezes, numa pergunta retórica já possuem uma resposta na direção da descrença quanto a seu futuro.

Além disso, considerando que o jovem, do qual se trata aqui, estando em “débito” com a sociedade devido ao cometimento de uma infração, encontra-se num contexto específico e que o cumprimento da medida socioeducativa se dá em meio aberto³, no território de referência dos adolescentes, pergunta-se: em que medida esta realidade influencia (ou não) a vivência de uma juventude?

Conhecer as experiências desses jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, conforme proposto pelo estudo, permite maior aproximação com esses sujeitos que, anterior a este fato, já são muitas vezes marginalizados e estigmatizados, pois é preciso considerar que a maioria dos jovens que compõe essa estatística de “infrator” são de classes menos favorecidas, negros e residentes de favelas.

³ Recorte da pesquisa

3 OBJETIVOS

Nesta seção serão apresentados os objetivos geral e específicos da pesquisa.

3.1 GERAL

Analisar as experiências de ser jovem em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.

3.2 ESPECÍFICOS

- a. Identificar as Representações Sociais de juventude construída pelos jovens;
- b. Compreender os sentidos atribuídos pelos jovens ao ato infracional cometido
- c. Identificar as perspectivas de futuro construídas pelos jovens em cumprimento de medida socioeducativa.
- d. Descrever alcances e limites percebidos pelos jovens acerca do cumprimento da medida socioeducativa vivenciada.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

A abordagem utilizada nesta pesquisa é a abordagem qualitativa. Tal escolha foi realizada considerando o ajustamento dos objetivos da pesquisa qualitativa com os objetivos pretendidos pelo presente trabalho. Visto que a pesquisa qualitativa tem por finalidade, segundo Turato (2005), a interpretação das relações de significados individual ou coletivo dos fenômenos, a partir do que é referido pelas pessoas.

Neste sentido, o interesse dos pesquisadores que se utilizam desta abordagem é na significação que os acontecimentos ganham para aqueles que o vivenciam, isto é, suas representações, a partir da experiência vivida, como também no processo pelo qual são construídos. Assim, buscam estudar o objeto em seu “meio natural”, procurando não provocar (ou provocar minimamente) grandes interferências.

O estudo dos sentidos dos fenômenos apresenta grande relevância no fazer ciência uma vez que tais significados têm função estruturante na vida dessas pessoas e do grupo social, visto que estas se organizam em torno do que as coisas significam, a partir de suas leituras de mundo (TURATO, 2005).

De acordo com Turato (2005), o método qualitativo é marcado como aquele que se ocupa de “como” o objeto de estudo ocorre ou se manifesta; logo, o produto, os resultados finais não recebem a mesma atenção por não atenderem aos propósitos pretendidos. Além disso, o raciocínio indutivo, marcadamente presente neste método, permite a criação de novas teorias com base em estudos aprofundados dos dados produzidos no campo, que por sua vez, são interpretadas na perspectiva do sujeito participante e não do pesquisador. No entanto, é importante sinalizar que o pesquisador não está completamente isento de sua subjetividade no processo de construção e análise dos dados.

Diferente da pesquisa quantitativa, o pesquisador é o próprio instrumento da pesquisa, e com isso, a observação dos sujeitos, seus fenômenos e a escuta dos participantes permitem a produção de dados, na interação entrevistador-entrevistado, mais espontâneos, permitindo a este um maior acesso ao que está subjacente e íntimo da questão de estudo, possibilitando a produção de conhecimentos originais (TURATO, 2005).

Segundo Denzin e Lincoln (2006) qualquer tentativa de definição da pesquisa qualitativa precisa situar o campo histórico de produção da mesma, pois em cada contexto de construção, de reflexão, de aplicação, tem um significado diferente. Estas autoras propõe uma definição genérica acerca dessa perspectiva:

A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste num conjunto de práticas que dão visibilidade ao mundo.

Tais práticas transformam o mundo em representações. [...] Nesse nível, envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, em que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, interpretar os fenômenos em termo dos significados que as pessoas a eles conferem (p. 16).

De acordo com Gomes (2009), a análise e interpretação da pesquisa de perspectiva qualitativa tem como foco a exploração das opiniões e representações compartilhadas sobre o tema que pretendemos investigar. O autor acredita que, apesar da proposta desta perspectiva não abranger a totalidade de expressões possíveis dos sujeitos-participantes, a dimensão cultural que atravessa as falas e narrativas dos mesmos compartilham muitas características e pontos em comum, ao mesmo tempo em que apresentam particularidades próprias de suas biografias.

No entanto, apesar desta ressalva, Gomes (2009) afirma que mesmo havendo diversidades de posicionamentos dentro dos grupos de pessoas estudados, a análise qualitativa deve se empenhar em dar conta dessas variações internas. Para este mesmo autor, o pesquisador e pesquisadora que se propunha em se utilizar deste paradigma precisam caminhar tanto na direção do que se assemelha entre os pares, tanto do que se diferencia.

As pesquisas qualitativas têm em comum, apesar de suas particularidades, o pressuposto de que a realidade é um constructo social, em que diversos atores participam de sua composição (FLICK, 2004). Neste sentido, entende-se que os sujeitos-participantes e o pesquisador são autores do cenário social que se apresenta enquanto pano de fundo dos fenômenos a serem estudados

A realidade não é apenas um dado natural, conforme Berger e Luckmann (1973) apontam, mas uma construção coletiva, sendo esta noção de realidade também “subjetiva”, em que os valores, crenças e normas organizam a dinâmica social e uma vez instituídas ganham um “status” de “quase realidade física” que não são facilmente desconstruídas, mas ganham “vida própria”, ainda que estabelecida pelo conjunto de pessoas.

Nessa relação dialética proposta pelos autores, realidade e sujeito se constituem mutuamente. O homem é entendido como um ser ativo, agente de sua realidade social, sendo concomitantemente produto e produtor dessa realidade. “O processo de tornar-se homem efetua-se na correlação com o ambiente.” (1975, p. 71).

A presente pesquisa ainda se caracteriza pela sua natureza exploratória. Esse tipo de pesquisa é mais utilizado quando se pretende compreender processos sociais, psicológicos, focalizando, por exemplo, os sentidos dados pelos sujeitos a determinados objetos ou acontecimentos.

A pesquisa exploratória permite que se considerem vários aspectos que se referem ao objeto de estudo, observando o que exerce influência sobre o objeto pesquisado, o que irá contribuir na construção de hipóteses provisórias acerca do tema (NEVES, 2006). Este tipo de pesquisa pressupõe menor rigidez em seu planejamento, quando comparado a outros tipos, sendo útil para abordagem de temáticas pouco exploradas, especialmente por isso, prescinde de hipóteses precisas.

O procedimento escolhido para esta investigação é a pesquisa de campo que, segundo Gil (2002), permite ao pesquisador maior profundidade, proximidade e flexibilidade com o objeto de estudo. A pesquisa de campo é marcada por ser realizada no meio próprio em que o fenômeno acontece e/ou encontramos os sujeitos da pesquisa. Diz-se que a coleta é feita “nas condições naturais” de ocorrência do fenômeno pretendido, podendo ser diretamente observado (SEVERINO, 2007).

4.1 LOCAL

O local de realização da pesquisa foi um CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social, localizado na cidade do Recife.

O CREAS⁴ é a unidade pública estatal que tem como papel constituir-se em locus de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos.

Em Recife os CREAS estão distribuídos em RPAs (Região Político Administrativa), RPA 1 – Centro, 2 – Norte, 3 – Noroeste, 4 – Oeste, 5 – Sudoeste e 6 – Sul. Cada RPA é ainda dividida em 3 microrregiões⁵.

- RPAs 1 e 6 - CREAS A
- RPAs 2 e 3 - CREAS B
- RPA 4 - CREAS C
- RPA 5 - CREAS D

⁴ Informações disponíveis no site da prefeitura do Recife, no link: <http://www2.recife.pe.gov.br/servico/centros-de-referencia-especializados-de-assistencia-social-creas>

⁵ Consulta em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pe/r/recife/lei-ordinaria/1997/1630/16293/lei-ordinaria-n-16293-1997-dispoe-sobre-as-regioes-politico-administrativas-do-municipio-do-recife-e-da-outras-providencias?q=14.452>

As RPAs foram definidas para formulação, execução e avaliação permanente das políticas e do planejamento governamentais. Essas regiões ainda estão divididas em Microrregiões, para definição das intervenções municipais em nível local com mais articulação da prefeitura com a população. As RPAs instituídas pela Lei 16.293/97 abrangem os bairros estabelecidos pelo Decreto Municipal 14.452, de 26 de outubro de 1988, para levantamento de informações para o IBGE e para o Sistema de Informações e Planejamento do Recife.

Os serviços ofertados nos CREAS, por intermédio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Indivíduos (PAIFI), consistem em serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as tornam vulneráveis e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

4.2 PARTICIPANTES

Os sujeitos foram pré-selecionados a partir dos critérios de inclusão e exclusão que consistiam em: ser jovens do sexo masculino, em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto que se disponibilizassem a participar do estudo e fossem consentidos pelos pais. Participaram 05 jovens identificados com o gênero masculino, estabelecido com base na adesão dos mesmos.

A partir de então, foi conversado com a equipe técnica do serviço em que foi realizada a pesquisa definindo-se o perfil dos jovens que precisaria ser selecionado. Dessa forma, a equipe fez “indicações” de possíveis jovens que aceitariam participar do estudo. Em datas e horários marcados, explicou-se aos jovens qual era o procedimento, no que consistia o estudo e então foi realizado.

Os participantes do estudo são jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, vinculado ao CREAS selecionado (Tabela 1). Todos os participantes residem e estudam em bairros periféricos/da periferia de Recife.

A princípio, tinha-se como objetivo fazer um recorte de gênero justificando-se pelo maior quantitativo de “jovens infratores” do sexo masculino. Ao chegar no campo, foram convocados cinco meninos para participarem do estudo, considerando a disponibilidade deles. Após o recrutamento, iniciou-se as entrevistas. Antes de iniciá-las, foi pedido que eles

escolhessem um nome fictício para ser usado durante todo o percurso da pesquisa. Quatro dos cinco participantes, escolheram nomes considerados socialmente como masculinos e um deles, denominou-se com um nome feminino (Júlia). Tal sinalização faz-se necessária devido algumas informações que foram trazidas por esse participante, durante o relato de sua experiência, que mobilizou uma discussão de gênero.

Quadro 1. Perfil dos sujeitos entrevistados

Perfil dos participantes do estudo			
Nome escolhido	Idade	Início do cumprimento da medida socioeducativa	Escolaridade
João	14 anos	Fevereiro de 2018	Cursando 1ª ano do ensino médio
Fernandinho	17 anos	Outubro de 2018	Cursando 1ª ano do ensino médio
Hebert	19 anos	Outubro de 2018	Cursando supletivo/pro-jovem
Júlia	18 anos	Abril de 2018	Cursando pro-jovem/supletivo
Jairo	17 anos	Junho de 2018	Cursando sétimo/oitavo ano

4.3 PROCEDIMENTO DE CONSTRUÇÃO DOS DADOS

Os dados só foram coletados após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPE (protocolo, CAAE nº 88173318.7.0000.5208, ver anexo) e o acesso aos sujeitos se deu por intermédio da instituição do CREAS anteriormente citada.

Os encontros foram marcados contemplando os horários disponíveis dos jovens participantes, do funcionamento da instituição e da pesquisadora para que fossem realizadas as entrevistas. As entrevistas aconteceram em dias e horas marcados previamente, de maneira individual, com cada participante. Tais entrevistas foram audiogravadas e transcritas, de acordo com consentimento e assinatura dos participantes de um Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE).

A entrevista realizada contou com um roteiro semiestruturado de perguntas que auxiliaram a pesquisadora na condução com os adolescentes entrevistados. Neste formato, o

entrevistador elabora um conjunto de perguntas sobre o tema a ser abordado, no entanto, há uma flexibilidade no roteiro proposto permitindo que o sujeito-participante fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal.

Para Manzini (1990/1991), a entrevista semiestruturada tem um foco sobre o assunto no qual se quer discutir com algumas perguntas consideradas principais que serão complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Vale salientar que as respostas dadas pelos participantes não estão submetidas à condição de certo ou errado, nem a uma padronização. Além de coletar as informações básicas, como um meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o informante.

A escolha pela entrevista semiestruturada como instrumento se justifica tendo em vista o objetivo pretendido pelo estudo e pela análise dos dados coletados que se sucederá mais adiante, uma vez que o relato do participante é o elemento principal para compreensão da experiência vivida.

4.4 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

O procedimento de análise dos dados utilizado baseia-se na Organização e Interpretação de entrevistas a partir de uma perspectiva fenomenológica proposta por Trindade, Menandro e Gianórdoli-Nascimento (2007), inspiradas por outros autores como Bullington e Karlsson (1984), Giorgi (1989) e Gomes (1989), conforme sinalizado pelas próprias autoras. Trata-se de um procedimento metodológico de base fenomenológica para investigação psicológica que teve como ponto de partida o trabalho de Trindade (1991) sobre as implicações das representações sociais da maternidade e da paternidade no processo de aconselhamento genético.

Em sua produção, Trindade (1991) adota um formato de organização dos dados coletados nas suas entrevistas que servisse de suporte para o manejo dos mesmos, mas também que pudessem ser úteis para intervenções na realidade encontrada. Antes da autora, Bullington e Karlsson (1984) já tinham pensado sobre o desenvolvimento deste método fenomenológico. De maneira geral, o foco desses trabalhos está na compreensão dos significados que as pessoas atribuem as suas vivências e experiências cotidianas, e no “como” isso acontece, isto é, o interesse está no modo como as experiências e seus significados são construídos.

De acordo com Trindade, Menandro e Gianórdoli-Nascimento (2007), o método fenomenológico tem por objetivo norteador buscar a experiência de maneira como ela foi

vivenciada, interessando-se pelo sentido atribuído pelo sujeito ao que significa ter vivido tal experiência. Neste sentido, este método diverge do que é proposto nas ciências naturais, uma vez que estas estão interessadas no “porque” do fenômeno em questão, enquanto as primeiras se debruçam sobre “o que” e “como” (QUEIROS, 2001).

Conforme apontado por Boemer e Ferraz (1990), neste tipo de leitura fenomenológica, o foco está no fenômeno a ser estudado, em que descarta a necessidade de princípios explicativos ou definição a priori. Por esta razão, não se faz obrigatório a formulação de hipóteses. Com isso em vista, ao investigar o fenômeno de interesse, as trajetórias pessoais de cada sujeito devem ser consideradas de maneira a aproximá-lo do que é vivido coletivamente, isto é, que é comum a elas (TRINDADE; MENANDRO & GIANÓRDOLI-NASCIMENTO, 2007).

Vale salientar o que as autoras acima citadas pontuam sobre os tipos de resultados oriundos deste tipo de método. Conforme apontam, o objetivo que se pretende alcançar diz respeito aos “significados psicológicos”, que revelam as estruturas do fenômeno vivido. Isto é, a forma como se organizam esses elementos significativos e permitem uma compreensão mais ampla, profunda e integrada do sujeito-participante (TRINDADE; MENANDRO & GIANÓRDOLI-NASCIMENTO, 2007).

As autoras pontuam que no campo da pesquisa que se apoia no método fenomenológico, o pesquisador não busca responder “hipóteses ancoradas em aportes pré-determinados” (p.81), todavia, é imprescindível que este tenha domínio, em termos de conhecimento teórico e prático, sobre o campo que pretende se debruçar, para que o participante se sinta compreendido, além de auxiliar na condução da interlocução (TRINDADE; MENANDRO & GIANÓRDOLI-NASCIMENTO, 2007).

As entrevistas foram transcritas de forma literal pela própria entrevistadora. De forma a garantir o anonimato e objetivando tornar os relatos mais naturais, os nomes originais dos jovens entrevistados foram substituídos por nomes fictícios. Dessa maneira, uma vez transcritas, as entrevistas foram submetidas a leituras exaustivas para a construção das unidades de significado que são os elementos ou temas significativos considerados mais importantes na fala de cada entrevistado, de acordo com o nosso objetivo pretendido (TRINDADE, 1991 *apud* TRINDADE; MENANDRO & GIANÓRDOLI-NASCIMENTO, 2007). Após a identificação das unidades de significados, as entrevistas foram reestruturadas, respeitando a transcrição literal, distribuindo as falas dos participantes em cada unidade, independente da ordem em que foram expressas.

A partir desta reorganização, os relatos dos participantes foram transformados numa linguagem mais padronizada, ou seja, os conteúdos de fala foram reescritos em terceira pessoa, sintetizando os dados. Por fim, as unidades de significados foram transformadas em “estruturas” (TRINDADE, 1991 *apud* TRINDADE; MENANDRO & GIANÓRDOLI-NASCIMENTO, 2007), articulando os aspectos mais significativos dos fenômenos relacionados à experiência vivida. Neste sentido, um texto foi redigido integrando todos os temas que constituem a experiência de afastamento de cada sujeito. O intuito de construção dessas estruturas está na pretensão de articular as vivências partilhadas pelo grupo selecionado relatadas nas estruturas individuais e coletivas (TRINDADE; MENANDRO & GIANÓRDOLI-NASCIMENTO, 2007).

Este método pressupõe que seja possível identificar o que há de comum nas entrevistas sem perder de vista a particularidade de cada sujeito, buscando identificar o sentido da experiência através da narrativa. Neste sentido, não se busca a “verdade histórica” do que aconteceu, mas como interpretam, quais as negociações consigo mesmo, com os outros e com o cenário social.

Nesta perspectiva a dimensão da vivência é diferente da experiência, visto que a primeira diz respeito ao fato ocorrido e a segunda, ao sentido produzido pelo sujeito, ainda que distanciado no tempo. Busca-se os pontos de convergência e divergência entre as histórias dos sujeitos e porque eles existem, com as narrativas fazem essa passagem do microssocial para o macrossocial, afastando-se de qualquer tentativa normatizadora dos participantes.

4.5 ASPECTOS ÉTICOS

O projeto respeitou a Resolução 510/16 (Substitui a resolução 466/12) do CNS, foi iniciado apenas após a apreciação e aprovação pelo Comitê de Ética da UFPE, protocolo CAAE nº 88173318.7.0000.5208.

5 RESULTADOS

Neste primeiro momento serão apresentadas as histórias de vida de cada participante do estudo, posteriormente serão demonstrados e discutidos os núcleos de sentido que se mostraram comum às suas narrativas.

5.1 HISTÓRIA DE VIDA DOS PARTICIPANTES

JOÃO

“os caras moram num prédio, tem mais oportunidade, tem dinheiro, condições de vida melhor, do que nós quem mora lá”

O jovem, 14 anos, filho mais novo, mora com a mãe e o padrasto, no bairro periférico da zona sul da cidade do Recife desde que nasceu. Tem um irmão mais velho, 20 anos, que mora com a avó. Seus pais estão separados desde quando João ainda era uma criança, apesar disso, conta ter um bom relacionamento com ambos os genitores e seu irmão mais velho.

O participante, no momento da entrevista, cursava o primeiro ano do ensino médio, no turno da manhã, numa escola pública localizada num bairro próximo ao de sua residência. Conta que seu principal meio de transporte até a escola é o ônibus e por vezes, bicicleta. João relata que, apesar de gostar de ir pra escola, *“o ruim são os professores”*, sem dar mais detalhes do motivo pelo qual tem essa percepção.

Nas horas vagas, especialmente depois do horário da escola, como lazer, conta que gosta de jogar bola ou *“mexer no celular”*. Além destas atividades, gosta de circular pelo bairro onde mora e à noite *“fico na rua”*. Refere que não vai às festas realizadas, pelos ‘mc’s’, no seu bairro, visto que seus vizinhos *“são muito malas, não dá pra confiar não”*.

No tocante à relação com seus amigos afirma que tem *“conhecidos”*, pois *“conhecido o cara fala e amigo, sei lá, amigo tá com o cara. Conhecido tem um monte, mas amigo só dois, três”*. Refere, nesse momento, uma relação de extrema confiança com sua mãe *“[contar tudo] só com a minha mãe. Só com a minha mãe eu conto pra tudo”*.

Quando questionado sobre o que é ser jovem, João diz que *“não sei responder direito”*, no entanto, acredita que sua vida mudará de maneira considerável nos próximos dez anos, pois, segundo ele, *“o cara vai ter que ter mais responsabilidade, vai tá de maior. Vai ter mais responsabilidade, procurar um trabalho”*. Neste momento, realça a importância do trabalho para o não cometimento de infração *“o cara rodar de maior não dá não”*, refletindo

sobre as diferenças existentes entre o sistema socioeducativo e penitenciário “os caras passam um tempo do caramba preso, oxe! Tá doido? Eu mesmo não”.

Sobre o ato infracional cometido, João explica que estava com um outro jovem (mais velho que ele) quando “o bicho vacilou, era pra ter jogado o ‘bagui””, referindo-se ao revólver que seu colega portava quando foram pegos pela polícia. Conta que sabia da existência da droga e foi pego de surpresa pela ação da polícia, relatando o sentimento de medo que lhe tomou no momento da abordagem, especialmente quando foi encaminhado ao batalhão de polícia “aí pegou eu e levou para o batalhão, aí eu fiquei com medo! (risos). Quando entrei, tinha muita polícia, pensei: meu deus, agora eu vou apanhar demais”.

Segundo relato do participante, ainda no batalhão de polícia, “colocaram um forjado pra mim”, referindo-se a um celular que o jovem supostamente teria roubado. Apesar disso, nega ter roubado qualquer objeto alheio “eu não roubei, estava só com o ‘bagui’, mas só que eu não fiz nada”. Além deste fato, conta que os policiais também “colocaram uma vítima pra mim”, isto é, que alguém teria prestado queixas. Ainda sobre a conduta policial, afirma “os caras foram lá em casa. Vê só! Que bichos cínicos”. Acredita que a comportamento policial em levá-lo em casa foi descabida uma vez que estes alteraram a cena da infração e estavam falando com sua mãe, “olha só que ‘mizinguento’ esse bicho! Colocou um ‘forjado’ pra mim e ainda veio na minha casa!”.

Com isso, explica que sua relação com seus pais sofreu alguns impactos diante da situação vivenciada, “qualquer coisa eles ficam falando agora, ficam reclamando [...] o cara fala alguma coisa, mas não acreditam não, pensa que o cara tá mentindo, chega dá vontade do cara mentir mesmo”.

No tocante às atividades realizadas no serviço do CREAS, João conta que vai ao serviço “pra conversar com suas técnicas de referência”, menciona que “não gosto muito de tá contando as coisas pra os outros não [...] elas fazem muitas perguntas [...] é só pergunta besta”. O jovem demonstra que tem pouco interesse na realização destas atividades, no entanto, percebe que é importante pra o seu processo de cumprimento da medida que estas atividades se realizem “tem que ir né?, mas queria que eles me soltassem logo, soltasse e já liberasse o cara, mas...eles soltam o cara e ainda colocam coisa pra o cara fazer”. João ainda pontua que o horário em que passa no serviço do CREAS poderia estar fazendo outras atividades, “se não estivesse aqui, acho que estaria em casa, mexendo no celular. Não saio muito de casa, por causa da minha mãe não ficar falando”.

No tocante a sua perspectiva de futuro, conta que tem o desejo de se tornar jogador de futebol, mas, completa “não dá mais não” pois não é mais tão bom quanto antes no esporte,

“passei um monte de tempo sem jogar”. Diante desta impossibilidade percebida de seguir com seu sonho, conta *“tem que estudar né? Pra ser alguma coisa...estudar não é muito bom não, vai fazer uma faculdade de direito, mas acho que eu não posso não...”*. João acredita que por estar cumprindo medida socioeducativa, sua ficha ficará suja *“por causa do meu B.O. aí [...] eles dizem que quando eu ficar de maior vai limpar, mas eu não acredito não [...] todo mundo já sabe”*. O jovem demonstra-se confuso quanto a sua perspectiva de futuro *“sei não o que eu quero ser não, o que der dinheiro, eu vou”*.

Ao relatar sobre a sua experiência de ser jovem, o participante pontua as diferenças existentes na realidade dos jovens de sua localidade e de outros que residem em bairros de luxo, da cidade, *“não tem diferença, não é? Os caras moram num prédio, tem mais oportunidade, tem dinheiro, mais dinheiro, condições de vida melhor, do que nós quem mora lá onde eu moro”*. Complementa: *“lá no meu bairro? [...] oxe, os caras tão ganhando dinheiro por aí, alguns jogam, outros estudam, mas a maioria estão fazendo coisa errada [...] roubando”*.

Neste momento da entrevista, o jovem demonstra preocupação com o destino do conteúdo do que está sendo conversado. Pontua sobre o sigilo e anonimato que os dados recebem. O participante retoma sua fala falando sobre a realidade do território onde reside *“no bairro X o cara vê logo a maloqueiragem na rua. Lá em [bairro nobre], em cima dos prédios assim, vê todo mundo dentro das suas casas. As crianças saem pra brincar uma vez perdida, sei lá, não sei explicar não [...] lá onde eu moro é diferente, a gente fica muito na rua, jogando bola, tomando banho de maré o dia todinho”*.

FERNANDINHO

“to sem tempo pra nada [...] queria mais tempo pra me divertir”

O jovem, 17 anos, filho mais velho de uma prole de dois filhos, mora com os pais e uma irmã mais nova com quem tem bom relacionamento; residem no bairro periférico na zona central da cidade do Recife. Iniciou recentemente um curso de bombeiro civil, no turno da noite. No turno da manhã cursa o primeiro ano do ensino médio, numa escola pública no mesmo bairro de sua residência.

Conta que na escola poucas pessoas sabem do seu cumprimento de medida *“o que aconteceu ninguém sabe, aí é tranquilo [...] eu não fico comentando não, nada da minha vida não”*. Segundo relato do participante, seus pares lhe tratariam de maneira diferente se

soubesse da sua situação “*eu acho que ia [tratar diferente] mas eles não falam não...sei lá [...] eu prefiro não dizer*”.

Na ocasião do cometimento da infração, relata que foi pego em flagrante pela polícia numa situação de assalto, em que estava com mais três adultos “*eu estava dentro da estação do brt, ai cercou*” [...] *tive medo, mas depois eu já...faço isso mais nada*”. Refere sobre a relação com seus pais “*meu pai esqueceu, ele não gosta de comentar essas coisas não, ele só disse que não quer que eu faça mais nada disso, né? Meu pai é crente*”.

Fernandinho analisa que com a obrigação de cumprimento da medida tem pouco tempo para seus momentos de lazer, segundo relata, “*dois dias é prestando serviço e dois dias no curso de bombeiro civil, aí to sem tempo pra nada [...] queria mais tempo pra me divertir*”. Considera que o cumprimento da medida socioeducativa interfere de maneira considerável na sua rotina de vida e nas atividades que gostaria de realizar. O participante avalia que o tempo de cumprimento de medida deveria ser menor “*devia ser menos tempo, mas é lei né? Se é lei, tem que cumprir a lei, eu não posso nem...*” e ainda que “*não é bom está prestando serviço não, mas assim, eu to desenvolvendo outras coisas, mas eu não to gostando de tá indo, ninguém gosta de tá fazendo isso*”.

Apesar de considerar as vantagens do cumprimento da medida aquém da sua expectativa, afirma que mudanças já puderam ser observadas na sua vida “*quando eu me soltei eu já parei de fazer tudo que eu fazia, desses negócios, parei tudo, to fazendo mais nada*”. É interessante perceber que apesar desse discurso, o sentimento de arrependimento por parte do jovem só aparece depois de ter sido pego, uma vez que já tinha cometido outros atos infracionais anteriormente “*já tinha feito antes, mas dessa vez não deu certo*”.

Fala do desejo de se tornar jogador de futebol e ainda da experiência que obteve como jogador profissional “*quando eu era mais pequeno, mas meu avô faleceu, ele que me levava de moto, já tem 8 anos isso. Ainda me lembro*”. Conta que na impossibilidade de seguir seu sonho, deseja encontrar um trabalho e “*melhorar mais*”, “*queria trabalhar numa empresa grande...procurar o melhor, né?*”

Ao falar de questões de trabalho, Fernandinho pontua que as diferenças entre ser jovem e adulto está nas experiências adquiridas com a idade “*tem diferença não, assim, tem um pouco mais de experiência, de tempo, né? Mas, eu acho que não tem. Não é diferente não. Porque tudo que ele pode desenvolver, a gente também novo desenvolve também*”. Apesar dessa ressalva, Fernandinho se percebe como jovem e reconhece, quando faz uma projeção pelos próximos 10 anos, que algumas mudanças aconteceram na sua vida “*vai mudar né? Algumas coisas vão melhorar [...] eu acho que vou ter mais experiência, hoje eu tenho uma*

experiência em administração, posso arranjar um trabalho, um trabalho de menor aprendiz, aí de administração eu já sei um pouco”.

Reflete sobre as experiências de outros jovens de sua idade estão *“se juntando com o que não teve...tem as maiores que se ajunta e muitos ficam chamando, querendo incentivar uma coisa, a pessoa faz sem querer, tá entendendo? Aí muitos fracos, cai. Aí depois vai preso, depois é que pensa”.* O participante observa, por fim, que a realização da medida socioeducativa mudou sua rotina, no sentido que lhe deu uma atividade para desempenhar e ocupar o seu dia *“eu não tava fazendo nada mesmo, só ficava lá com a minha família”.*

HEBERT

“A maioria dos meus amigos passados estão tudo em cadeia de maior ou a maioria morto”

O jovem, 19 anos, filho único, mora com a mãe e o padrasto, no bairro periférico do centro de Recife. Conta que tem bom relacionamento com eles, seu padrasto mora com ele e sua mãe desde 2012. Atualmente, está fazendo um curso de bombeiro civil que acontece duas vezes na semana, à noite. Além deste curso, diz que *“não tenho nada pra fazer, eu não faço nada”.* Quando questionado, explica que faz esta formação e *“faço supletivo”*, no turno da tarde e que nunca teve nenhuma experiência de trabalho.

Explica que a experiência com o supletivo se deu por conta de sua ausência (4 anos) na escola, devido seu envolvimento com o *“crime”*. *“FUNDAC! Na FUNDAC eu não estudava, nunca me interessei, nunca me importei com a escola não”.* Pontua que se dedica para recuperar o tempo perdido *“fico tranquilo, só tentando aprender mesmo o que eu perdi, né? Lá trás. Se eu perder essa oportunidade, eu não vou ter outra”.*

O participante refere um histórico de envolvimento com outros atos infracionais, segundo afirma, *“eu fui preso com 16 anos, depois voltei com 17 e saí agora com 19 anos”.* Na primeira vez em que foi pego, conta que estava fazendo tráfico de drogas, quando questionado sobre a avaliação que faz deste momento de sua vida, refere *“eu vivia nisso, mas vivia naquela loucura né? Mas eu não queria saber, era cabeça dura, teimoso, aturava tudo...até tiro eu já levei da polícia. Graças a Deus eu to aqui, bem, mas o passado é só uma sequência da vida, hoje em dia eu quero mudar, né? Procurar minha melhora, trabalhar, estudar e...viver, porque desse jeito, nessa vida, ninguém vive”.* Reflete ainda *“cadeia é a mesma coisa que está morto, ninguém liga, ninguém vê, ninguém sabe, ninguém lembra, ninguém conversa, ninguém liga...ninguém dá nada, não dá abraço, não diz “oi, to com saudades”, só sofrimento”.*

Com relação à motivação que o levou a infringir, conta “o que me motivou foi que eu queria dinheiro e não podia, tava de menor, ninguém dava trabalho. Não podia trabalhar, tinha que ter carteira de trabalho e ter mais de 18 anos, então...fui pra o mundo, né? Fiz besteiras, mas hoje em dia eu sei que isso não serve pra nada, tudo que eu tenho a perder em menos de um dia, dinheiro, tudo”.

Hebert também relata que durante o cometimento de suas infrações, estava na presença de um adulto “eu, meu tio e uma menina”, “já deu o bote certo, me pegou com 3kg de maconha e 100g de crack”. Explica ainda que, antes de chegar a este serviço, ficou um ano e oito meses cumprindo a medida de Liberdade Assistida, sendo, em seguida, transferido para o CREAS, onde começou a “fazer curso, pra o juiz ver que eu to bem, e me dá a liberdade de vez”.

O participante pontua, ao longo da entrevista, a relação com sua mãe durante os momentos em que esteve em privação de liberdade e também de outros laço afetivos que foram esgarçados “quando eu entrei na cadeia eu vi quem era quem, e só quem estava do meu lado que sempre me apoiou que foi minha mãe, sempre me ajudou. Sempre me deu de comer, me deu roupa, me fez crescer, só ela que estava do meu lado. Mais ninguém! [...] só o que importa é ela”.

Relata que não tem uma rede de contatos tão extensa, perdeu alguns amigos para o mundo do tráfico, em confrontos com a polícia “a maioria dos meus amigos passados estão tudo em cadeia de maior, a maioria morto. Só tem eu e alguns lá agora” [...] isso tudo é uma loucura né? O que precisa mudar não é nada não, o que precisa mudar é o Brasil todo. O Brasil que é o ladrão, os políticos, os prefeitos, se eles não mudarem, nada muda não. Eles que estão no controle de tudo, de delegado, de juiz, tem gente que vai preso e não tem nada a ver. Eu mesmo já vi um monte! Ser preso por nada, ‘olha tu ta preso’. Chega lá na delegacia ‘tá preso porque?’ ‘por droga’. Por que? O policial botou. Ai não tem como né? Ninguém dá oportunidade. Tanta gente que eu vejo ‘po, to afim de trabalhar e ninguém dá emprego’. Como é po? jovem que quer ter as coisas e não tem. Por isso que a vida é assim mesmo, perde...a luta é grande, tem que esperar a vitória né? Se chegar a vitória...mas enquanto isso, o cara muda não”.

Ao longo de sua narrativa, o participante avalia que sua vida poderia ter tomado um outro rumo caso não tivesse cometido nenhum ato infracional “se eu não tivesse feito as besteiras que eu fiz antes, eu acho que eu tava com a vida melhorzinha, tinha terminado os estudos, tinha a experiência de um trabalho, logo. Mas como? Essa vida que eu levei não me

ensinou nada, só destruição, só maldade, guerra, inimizade, falsidade, olho grande, pior coisa desse mundo é olho grande...no crime, você arranja mais de dez”.

Além disso, compreende que as atividades que desenvolve no CREAS pouco lhe ajudam nesse processo de “resgate do tempo perdido”, como afirma *“o pessoal pergunta como eu to, se eu to estudando, se eu to fazendo isso ou aquilo, mas eu acho que eu to perdendo tempo. É que não tá me ajudando, ficar perguntando o que é que eu to fazendo, vai me ajudar, me levando pra algum canto, pra um curso, me dá um trabalho, dizer ‘olha, tem um negócio ali pra tu, vai embora’ ou ‘vai ali em tal canto’, um concurso, um negócio, mas não... ‘tá bem? to!’, ‘tá estudando? to!’, ‘ta fazendo isso? to!, então vá simhora’ [...] o concurso de bombeiro civil eu que procurei, foi um pastor [...] um amigo meu que tá fazendo medida aqui comigo, o pastor conseguiu pra ele, aí o pastor já me encaixou”.*

Acredita que não há nenhuma vantagem em está realizado esse tipo de atividade, no sentido de agregar algo a sua vida, *“só sei que não gosto disso, gosto disso nada”,* apesar de considerar que a vida do crime também não compensa *“viver no crime, na cadeia, é ruim demais o cara ta aqui” [...]* *“quando acabar aqui eu fico livre de vez, minha ficha vai ficar limpa, eu já pensei que ia ser hoje, pensei que ela (a técnica) ia dizer que vou ganhar extinção, pra eu nunca mais ter que voltar pra esse lugar...”*

No tocante a sua perspectiva de futuro, considera a possibilidade de conseguir um bom emprego, *“ter uma vida boa”,* complementa *“sei lá...nunca trabalhei, nunca experimentei nenhuma experiência. Por mim, na minha vontade, concordo com tudo que vier pela frente, mesmo que eu não saiba, eu vou tentar aprender, pra saber, porque eu sei que vai me ajudar lá na frente. Mesmo que eu não possa passar, mas pelo menos tentar né? Correr atrás”.*

Reflete sobre o modo de vida que outros jovens da sua idade estão vivenciando *“a maioria que eu conheço estão tudo fazendo besteira, alguns presos ainda, que eu nem imaginava...é...de bonzinho assim, 50% só que se livra. Porque o resto...quer oportunidade também e não tem”.* Conclui afirmando que não percebe diferenças entre ser jovem e ser adulto *“não sei. Todos é igual. Não tem. Quem tem que entender isso é que faz as leis né?”,* apesar de identificar que mudanças para melhor poderão acontecer daqui a alguns anos no seu curso de vida, atrelado à expectativa de conseguir um trabalho *“da minha vida eu acho que vai mudar pra melhor né?”.*

Entretanto, no tocante ao contexto geral, não tem boas perspectivas *“o brasil...eu acho que vai virar mais pior ainda. Pra mim, daqui a 10 anos, o brasil vai tá pior do que hoje”,* explica *“o mundo vai tá muito...evoluído, muito grande...muita gente querendo o que não tem...então, daqui pra 10 anos, meu vei...vai tá matando sem piedade, não vai tem nem*

preso...um dia, oxe, um dia eu tenho pra mim que todas as prisões vão explodir e todo mundo vai sair. Porque é muita gente. Muita gente sendo desperdiçado. Por um caminho que não serve. Mas porque não serve? porque ninguém ajuda. Ninguém apoia. Ai faz besteira”.

Hebert encerra a entrevista com a seguinte fala *“todo mundo tem um pedaço de tristeza no meu coração. O mundo é assim. Pra te tornar forte ele derruba quem você mais ama. Uma pessoa. Ele derruba aquilo que você gosta pra você querer ver destruição, pra você ficar ruim. Ele faz isso. [...] Hoje eu me sinto mais calmo. Forte não, mas calmo. Porque eu era muito nervoso. Qualquer coisa eu já queria tá...um negócio ruim mesmo...um inferno, mas hoje em dia...minha mente é calma agora, tranquila, pensa diferente”.*

JÚLIA

“Diz que a gente é jovem e tem uma expectativa de gente ruim, de ladrão, disso e aquilo e só vai por boniteza também”

Jovem, 18 anos, mais velha de uma prole de cinco filhos, mora com uma companheira há um ano e dez meses. Conta ter boa relação com mãe e irmãos, mas não tem contato com seu pai. Iniciou recentemente os estudos, no pro-jovem, em agosto. Refere que sua rotina se resume a *“só faço comer e dormir. E...jogar bola”*. Pontua que já teve experiências de trabalho, informal, anteriormente *“já trabalhei de garçom, mas foi só um lance [...] por duas semanas”*, mas não conseguiu dar seguimento.

Sobre seus momentos de lazer, diz que gosta de ir a praia, jogar bola, jogar vôlei e *“perturbo na rua...fico tocando a campainha dos outros”*, no entanto, muito restrito ao bairro onde mora. Relembra que foi na companhia de alguns amigos (adultos) que cometeu o ato infracional que lhe trouxe até o serviço do CREAS. Segundo narra, *“eu tava com umas pessoinhas aí, aí bateu na cabeça de assaltar, vei. Mas eu nem assaltei, mas quem tava junto assaltou [...] o pirralha que tava comigo que roubou e saiu correndo, né? Aí eu corri também, mas aí veio um carro branco, já tinham abordado ele [...] aí eu fiz a bondade de devolver o celular ao cara [...] desde esse dia que eu fico na mágoa, vei, porque eu fui presa sem fazer nada, entendesse? Aí por isso que eu perturbo agora”.*

Júlia, refere que *“foi a primeira vez que eu fui presa, mas eu já tinha aprontado algumas vezes por aí, mas não de chegar e fazer isso, de devolver. Fui tomar a decisão na hora, tomei a decisão errada”*. A participante se revolta com o fato de ter usado de boa fé, diante da vítima do assalto, mas não foi recompensada, avalia *“eu poderia ter ido embora e ter ficado com o telefone pra mim e hoje eu não tava aqui”*.

A participante ressalta que sua mágoa está ainda direcionada a todos os policiais, pelo fato de não ter sido recompensada pela sua atitude *“desde esse dia que eu fico na mágoa, tenho mágoa deles, o que eu puder fazer pra prejudicar, eu prejudico” [...] eu sigo a minha vida, me divirto, mas fico com isso [...] não acreditaram, quando chegaram na delegacia, eles ficaram perguntando se eu era virgem, seu eu não era...se tinha relação sexual com homem [...] perguntei ‘isso vai pra o papel é? O juiz vai tá perguntando isso, é?’, ele respondeu ‘fique na sua, você só tem direito de responder’ [...] deram uma tapa da minha cara”*.

Sobre a sua passagem pelo CREAS, acredita que o serviço poderia conseguir um trabalho ao invés de serviço comunitário *“a gente tá trabalhando de graça porque os dias que estão vagos, não colocam a gente pra trabalhar, pra receber, ganhar um dinheiro...aí por isso que muitas vezes eu nem vou [...] vou duas vezes por semana prestar o serviço, mas já tem duas semanas que eu não vou [...] nem pago depois”*. Avalia que o cumprimento da medida, no final das contas, atrapalha mais do que ajuda, visto que *“eu poderia estar no trabalho né? Porque tem muitos aí, fixo, (atendente e zelador) né? Que chama, mas eu não posso porque tenho que faltar dois dias, aí eles não aceitam”*.

A participante reflete com pesar as mudanças ocorridas em sua vida *“só desgosto. Desânimo pra tudo. Só magoa na vida. Só magoa”*. Tem o desejo de, com o término do cumprimento da medida, sair do país e encontrar um bom emprego. Seu padrasto mora na Suíça e faz planos para que morar lá um dia. Conta ainda que tem o desejo de tornar-se jogadora de futebol, mas acredita que *“tá muito longe, daqui pra lá...qualquer coisa...se eu não conseguir, vou virar ‘palhaço’ [...] matador de polícia”*.

Sua percepção quanto ao ser jovem diz respeito a uma fase em que muitos tem comportamentos diversos a depender quando estão diante de seus pais e responsáveis ou não *“finge ser um donzelo na frente da mãe, mas quando a mãe não tá, pinta misera também, faz coisa pior do que eu faço [...] é da fase da gente, porque quando a gente é de menor a gente não pensa muito no que faz não, mas quando a gente pega esse cargo de 18, 19, 20 anos, de maior, a gente sabe que vai pra outro canto que é pior do que onde você já tava, você já fica com um pé na frente, outro atrás de fazer. Ainda pensa, entendesse? Mas, poxa, depois que a pessoa se acostuma, já passou por vários presídios, depois não quer saber de nada, faz mesmo, pronto e deu”*.

Quando questionada sobre as diferenças existentes entre juventude e adultez, responde que não sabe explicar e que *“não me sinto jovem, eu não sei [...] me sinto um nada!”*. Completa *“a gente quer trabalhar e não consegue, po. Porque diz que a gente é jovem e tem*

uma expectativa de gente ruim, de ladrão, disso e aquilo e só vai por boniteza também, então...não sei não...eu não sei explicar não, não sei conversar muito não...”

Ao avaliar sua vida depois do episódio de infração e situação de cumprimento de medida, Julia esclarece *“porque muita coisa eu perdi, podia tá num trabalho bom, eu fui apenas fazer um favor, po”*. Apesar de achar que fez uma benfeitoria, arrepende-se do comportamento tomado *“não...era melhor ter pegado teu objeto e ter ficado pra mim...”*

Julia entende que a vantagem encontrada em cumprir a medida é ter seu nome “limpo”, *“acho vantagem porque depois que eu terminar essa, essa temporada o meu nome limpa, mas, se eu não cumprir ou cumprir, pelo que eu to entendendo, na verdade, meu nome vai ficar ali sujo, eu acho melhor também, to vendo o mais fácil pra mim, se der pra mim eu faço, se não, eu não faço. To assim agora”*. Ainda assim, confessa que tais acontecimentos já marcaram sua vida de maneira definitiva *“já atrapalhou em muitos aspectos...aí...hoje em dia não faz diferença pra mim mais não”*.

JAIRO

“A primeira vez que eu atirei com arma foi uma doze, eu nem sabia [...] eu tinha uns 12 anos”

O jovem, 17 anos, mora no bairro periférico na zona central da cidade de Recife, com uma irmã de 15 anos. Possui outros três irmãos, sendo ao todo são três meninas e dois meninos. Refere ter bom relacionamento com seus familiares, exceto com sua irmã, com quem mora. Segundo conta *“ela quer namorar demais [...] ela quer ficar com os pirraias lá dentro de casa...”*. Ao ser questionado sobre seus outros irmãos e seus pais, conta *“cada um tem sua casa. Mainha mora do lado, meu irmão que tá preso, a casa dele tá lá, parada. Minha irmã, mais velha, mora lá em cima e eu moro do lado[...] é um primeiro andar, três casas em cima e duas embaixo”*.

Refere estar frequentando a escola no turno da tarde, cursando o sétimo/oitavo ano. A escola está localizada no mesmo bairro onde reside. Diz que *“perturbar um pouquinho”* na escola, mas também *“faço quase nada, só fico lá sentado”*. Tem poucos amigos neste ambiente, de acordo com seu relato, *“os meninos são tudo sebozo”*, explica. Está recentemente no serviço do CREAS, onde, à época da entrevista, iniciaria a medida de prestação de serviço à comunidade. Parecendo ansioso para o início das atividades.

Jairo traz na sua fala um histórico de cometimento de outras infrações, anteriores a esta última que praticou (roubo), conta *“eu estava roubando [...] já fui preso três vezes”*.

Explica que estes outros atos infracionais cometidos pelo jovem foram por motivos de tráfico de drogas, a pedido de seu irmão mais velho *“foi por causa dele, eu não tinha nada a ver não, ele saía e deixava as coisas lá”*. Na última ocasião, *“eu fui pegar três mil conto, cinco cordão de ouro e uma arma lá [...] numa loja, no marco zero. [...] Estava com mais dois, de maior”*. O jovem também aponta a presença de outros adultos durante o cometimento de sua infração e fala do destino diferente que eles seguiram por esta condição (adulto) *“estão ferrados no COTEL, mas meu irmão é chaveiro de lá [...] arranhou uma cela mais tranquila pra eles [...] meu irmão mesmo já faz 19 anos que tá lá, pegou 25 anos em regime fechado”*.

Neste momento, Jairo fala das visitas que faz a este irmão que está preso e, comenta de maneira surpresa, sobre os recursos que seu irmão dispõe dentro da prisão *“quando tem coisa de aniversário lá, os cara bota até rádio. Eu não sei como entra aquele rádio não [...] é televisão, é geladeira, a cela dele é assim, só mora ele, sozinho, aí aqui é a cela dele, aqui tem uma televisão, um ventilador, fogão duas bocas [...] ele ainda vende pipoca, salgadinho, cerveja de lata. Parece uma casa! Não sei como entra aquelas coisas lá não, acho que os policiais mesmo que bota pra dentro”*.

Conta ainda que quando pego em flagrante pela polícia, sofreu violência por parte dos agentes e que esta ação aconteceu após *“nós ter trocou tiro com eles, por isso que eles...”*. Além deste episódio, Jairo refere ao longo da entrevista, ocasiões em que a postura policial foi abusiva nas suas abordagens, na comunidade em que mora *“ele [o policial] passa por mim me chama de capetinha. Aí eu pego e falo: eu devo o que a tu, não sou traficante, só puxo a minha... [...] chamam ele de quebra osso, o bicho bate, fode os pirraias tudinho”*.

O participante estava com uma arma de fogo durante o acontecido e que seu irmão mais velho que ensinou como manuseá-la *“em casa era tanta da arma, meu deus do céu [...] a primeira vez que eu atirei com arma foi uma doze, eu nem sabia, coloquei aqui, tá vendo que esse lado aqui meu é lascado? Repara bem, repara bem, nesse olho aqui [...] ele fica lacrimejando...eu botei a arma assim, eu tinha uns 12 anos, coloquei a arma aqui e fui atirar, chega eu caí. O sopapo da doze fez um buraco do caramba na porta (risos). Meu irmão tava dormindo, eu não sabia que tava carregada, eu pequeno! Apertei, aí na porta: bum! Que tiro! Ele saiu doidinho pensando que era polícia, saiu pulando tudo. Apanhei que só, dele, da minha mãe, aí passei dois dias na rua. Falei: é? Tu vai ver o que eu vou fazer...chamei a polícia pra ele e disse ‘ele tá armado’. Depois que eu voltei pra casa, levei um cacete da poxa, só que eu disse que ia chamar e chamei mesmo! Aí ele foi morar em outro canto [...] depois eu peguei uma arma, um revólver velho, dele, vendi e comprei um cavalo pra mim”*.

Jairo nega quaisquer medos ou receio pelo que possa acontecer com a sua vida *“tem medo de morrer não [...] já levei um tiro...numa brincadeira [...] Ai eu peguei um monte de palitinho, coloquei assim na lata. Abri a lata, essas latas de leite ninho, da grande, aí abri assim, já pra fazer a zuada do revolver. Aí peguei botei uns cinco palitinhos assim e acendi. Os cara tudinho lá no beco. Coloquei lá no foco mesmo. Aí iam tudo voltar, mas não voltaram não...ficaram tudo com medo. Ai eu peguei assim, o palitinho e pa pa pa pa pa pa, os caras pensaram que eram “os cara” e começaram a atirar, ai levei um tiro de raspão. Eu dei uma carreira da porra, ai já começaram a me esculhambar...”*.

Apresenta alguma dificuldade em identificar suas atividades de lazer quando questionado, mas refere que gosta de estar com os amigos, jogar bola. Conta que circula bastante por alguns pontos culturais da cidade, como o Marco Zero, para lazer. Sobre sua relação com seus amigos, diz que tem alguns colegas que também estão em cumprimento de medida neste mesmo serviço, no entanto, seu contato com eles por um tempo não foi possível devido divergências entre as lideranças de suas comunidades *“agora os caras ficam indo pra o outro lado, porque antigamente não podia não. Por causa só de divisão, aqui é o campo do 11, aqui é A-D-I. Só por conta dessa divisão da pista”*.

Sobre o cumprimento da medida, avalia *“eu tenho que fazer né? Eu não fiz coisa errada? Agora tenho que pagar o que eu fiz”*. Demonstra-se disponível em aprender as atividades que precisa desenvolver, procurou informar-se de como elas aconteceriam *“meu tio, que eu considero como meu tio, ele trabalha lá no balcão que eu vou trabalhar, prestando serviço, ele falou que a pessoa só varre, as vezes lava os pratos, lava o banheiro, as vezes ele manda até fazer comida, eu sei fazer comida...não vai ter nenhum aperreio. Aí ele disse que vai, varre assim o lado de fora pra não ficar sujo, ai pega e varre e fica sentado, ai depois, de meia horinha, quando os meninos tem um recreio, aí ele coisa, varre de novo, pega os pratos bota na pia, e manda a mulher lavar”*

Sobre o acompanhamento que recebe no serviço, com os técnicos *“acho ruim não, melhor do que tá lá, na favela”*. Avalia que o fato de estar no serviço, lhe afasta de desentendimentos que pode ter com os vizinhos de comunidade *“ontem eu me invoquei com um pirraia que lá, tava lá em casa, porque eu moro sozinho, aí ela foi lá em casa. Disse: teu irmão te mandou levar isso ali [bolsa de maconha]. Eu: Que? Vai timbora com isso daqui...vai timbora daqui”*. Explica que seu irmão pediu que este vizinho fizesse uma entrega de drogas e este encaminhou para que Jairo o fizesse.

Jairo analisa ainda as mudanças vivenciadas na sua rotina depois do início do acompanhamento da medida *“mudou muita coisa [...] só falta mudar o vício em cola [...]*

cola. Mas eu to parando mais. Oxe tava mais. Se tu visse tava tão magro, tão magro...eu já to melhor...to parando mais. Parei né? [...] vai fazer umas 5 semanas já...to mais dentro de casa, antigamente, sem eu ser preso, tava de mais... aí eu tive essas duas quedas, aí essa terceira agora...eu não isso mais pra minha vida mais não...”

No tocante a perspectiva de futuro, espera conseguir um emprego onde vai realizar sua prestação de serviço “*eu vou...eu vou tentar ficar lá, né? Trabalhando...pra ganhar meu trocado...e o bom lá é que o pessoal que trabalha lá, tudinho me conhece. Aí vai ficar mais fácil pra mim que eu vou perguntar umas coisas que eu não souber, eu vou chegar assim no meu tio e...que eu considero como tio que me ajuda”*”.

Acredita que os outros jovens de sua idade “*muitos estão traficando, outros roubando, uns evangélicos, uns trabalhando, no Força Jovem. Tem uns meninos aí que estão trabalhando, outros usando droga, eu mesmo tava usando droga. Deus ta cada vez mais me libertando, to indo pra igreja, que eu odiava. Falava mesmo: quero saber de igreja...não sei o que. Agora: fui preso, aprendi, e não quero mais isso pra minha vida né? To de boa”*”.

Quando compara a juventude com a vida adulta, observa que “*o adulto ele tem mais responsabilidade do que o jovem. O jovem, um exemplo, se o adulto...eu vejo muitos né? La na rua de casa, tem um senhor lá que ele quer ser o que não é. Ele é policial aposentado. Aí as ruas são largas. Aí a gente bota duas barras, e fica bem na porta dele. Só porque ele é policial já...é...aposentado, aí quer tomar conta da rua. Aí nos pega e se invoca. Aí tem uns meninos que já começa a esculhambar ele, já pega e sai. Aí qualquer coisa quer tá atirando em nos. Nós já denunciou ele um monte de vezes, mas tem muitos adultos que não quer saber não. Só porque são jovem...agora tem uma galera também que não obedece os adultos. Foi isso”*”.

A partir das leituras e análises realizadas das entrevistas produzidas, foi possível identificar três grandes núcleos de sentido ou temas centrais subjacentes às falas dos participantes. São eles: *Pobreza, suas implicações e o desejo de ascensão social; Juventude e perspectiva de futuro e Relações com as instituições sociais*. Dentro de cada núcleo foi ainda possível identificar unidades de sentido que emergiram dos temas maiores.

O núcleo *Pobreza, suas implicações e desejo de ascensão social* compreende as unidades de sentido que articulam a experiência de ser jovem sinalizada pelos participantes como uma experiência fortemente atravessada pela pobreza, mas também retrata a necessidade de consumo pelos jovens; da violência do cotidiano que os acompanha; da exclusão social (noção de território - acesso restrito à cidade); do desejo de sair da pobreza e do trabalho como via de possibilidade para o engajamento e reconhecimento social e, por fim,

do sentimento de privação de liberdade, ainda mais fomentado com o cumprimento da medida socioeducativa.

O núcleo *Juventude e perspectiva de futuro* discute a relação de similaridades e discrepâncias entre ser jovem e ser adulto; sobre a presença, unânime, nos casos a serem discutidos, do adulto nas infrações; das perspectivas de futuro “normativas” compartilhadas pelos jovens e da imprescindibilidade de existência de um projeto social bem articulado como condição *sine qua non* para a estruturação de um projeto de vida promissor.

Por fim, o núcleo de *Relações com as instituições sociais* aborda a relação de descrédito dos jovens com as instituições por onde ele passou e suas figuras de autoridade; as violências sofridas por agentes institucionais; a família como entidade que ainda guarda respeito, especialmente representada na figura materna e da visibilidade pelos pares da infração cometida como fator de arrependimento.

6 DISCUSSÃO

Nesta seção será apresentada articulação dos aspectos teóricos que fundamentam este trabalho e os resultados encontrados na construção dos dados. Segue discussão:

6.1 POBREZA, SUAS IMPLICAÇÕES E O DESEJO DE ASCENSÃO SOCIAL

Nesta seção serão esmiuçados em subtópicos elementos que embasam a discussão sobre a pobreza, suas implicações e repercussões na realidade de vida do jeito bem como, desejo narrado pelos participantes da pesquisa, no que se refere a mudança de sua camada social.

6.1.1 A experiência de ser jovem é de ser jovem pobre

A partir das leituras das entrevistas realizadas com os jovens, foi possível observar desde os primeiros momentos, com a identificação de seu perfil sociodemográfico até o relato de suas experiências e histórias de vida, como a pobreza participa de suas narrativas como marcador bastante importante. Todas as falas dos participantes situam, em algum momento, o fato de serem pobres, desde o lugar em que moram, estudam até o acesso a bens de consumo material e imaterial, como as opções de lazer, por exemplo.

Como dito anteriormente, os jovens selecionados para a realização da entrevista tiveram que atender aos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos previamente e o recorte de classe evidenciado não era um critério a ser atendido, *a priori*. No entanto, esse aspecto foi bastante assinalado nas narrativas de todos os participantes. Obviamente, vale destacar que as nuances das realidades encontradas são consideradas, compreendendo que o estado de pobreza não é exatamente o mesmo para todos, isto é, dentro de uma situação de poucos recursos financeiros e materiais disponíveis, é possível observar que cada participante os acessa de maneiras diferentes.

Os subtópicos a seguir são complementares a esta reflexão inicial, tendo em conta que a dificuldade de acesso aos bens de consumo, o acesso restrito a determinados lugares da cidade, apesar de públicos, as modalidades de lazer, o sentimento de exclusão, decorrem do reconhecimento que fazem desta condição.

Entende-se ainda que “o que faz de alguém pobre” não é só obtenção ou não de dinheiro, em termos de renda, mas também as formas de conduta, vestimenta, linguajar, que funcionam como elementos identitários, uma vez que os sujeitos compartilham e se

reconhecem a partir deles, não só entre os seus iguais, mas entre os diferentes, visto que os jovens identificam esses marcadores e se orientam a partir daí.

Do mesmo modo, esses elementos funcionam também como estigmas, considerando que as características apresentadas pelos jovens estão relacionadas a um *status* pouco prestigiado, colado à pobreza que os marcam e os acompanham aonde forem, conforme relato. Assim, se a pobreza é um estigma, esses elementos são identificadores do estigma.

O participante João, por exemplo, sinaliza que enquanto vivência de juventude há diferenças na maneira de se vivê-la a depender do bairro em que reside na cidade “*não tem diferença, não é? O bairro Y com bairro Z? Os caras moram num prédio, tem mais oportunidade, tem dinheiro, mais dinheiro, condições de vida melhor, do que nós quem mora lá no bairro Y*”. Complementa: “*lá no meu bairro? [...] a maioria está fazendo coisa errada, roubando*”. Com esse trecho percebe-se que esta é uma forma de vivenciar juventude que não é comum para a maioria dos jovens que dispõem de melhores recursos e condições financeiras.

No entanto, o que se coloca em questão com a fala dos jovens não são apenas as diferenças existentes entre o pobre e o não-pobre, mas as desigualdades de acesso a recursos e às privações vivenciadas por aqueles que não dispõem de capital. Longhi (2008) discute a construção histórica da negatividade atribuída aos sujeitos considerados pobres, percebendo o homem jovem pobre como “a personificação de toda a negatividade de seu grupo social” (p. 62). Antes de tudo, o pobre infrator parece estar sendo condenado não pelo crime ou ato infracional cometido, mas a partir do julgamento feito pelos pares. Neste sentido, segundo a referida autora o pobre é culpabilizado e punido, antes de tudo, pela sua pobreza.

A noção de pobreza ainda está muito ligada ao negativo e à falta. Segundo Longhi (2008), as relações que as instituições públicas estabelecem com os pobres, o papel da mídia e o imaginário popular, compreendem que estar desprovido de condições econômicas necessárias para o seu próprio sustento está diretamente ligado à incapacidade do sujeito de cuidar de suas próprias vidas por não dispor de recursos cognitivos para tal.

Assim, é importante ressaltar que a escassez de recursos, sem dúvidas, pode limitar as condições de existência do sujeito, no entanto, o que se quer chamar atenção é para o risco recorrente desta afirmação ser usada como fundamento para reduzir a autonomia de uma parcela da população. Neste caso, o que parece haver é uma generalização da pobreza, que é financeira/monetária, para uma pobreza de dignidade, capacidade intelectual e/ou cognitiva.

Corroborando com a ideia acima descrita, Paugam (2014) aborda o conceito de desqualificação social como uma expulsão gradativa dos indivíduos em direção à margem da

sociedade, correspondendo a uma das possíveis formas de relacionamento entre os ditos pobres e os ‘não-pobres’. O autor ainda pontua que a realidade de desqualificação contribui de maneira significativa para fragilização dos vínculos sociais, seja com a família, amigos, agentes públicos e do Estado, uma vez que estão adstritos fisicamente e simbolicamente da comunidade de maneira mais ampla.

Conclui, dessa forma, que o conceito de pobreza diz respeito a um processo e não a um estado estático, imutável em que o sujeito se encontra. Além do mais, a utilidade de tal conceito diz respeito ao intuito de agrupar pessoas, de realidade heterogêneas, num mesmo conjunto, massificando-as e ignorando suas especificidades e origens diversificadas (PAUGAM, 2014).

6.1.2 Consumo

A temática do consumo foi levantada pelos jovens como justificativa para a infração, apontando que a impossibilidade de consumir está limitada ao desprovimento de uma renda, recorrendo a infração para ter seu desejo atendido. Os jovens sentem os impactos que a “possibilidade de consumo reduzida” causa às suas vivências de juventude, uma vez que tem acesso limitado aos locais, bens materiais, relacionados ao preconceito vivido diariamente acabam por violar seus direitos.

Os cinco jovens entrevistados trouxeram em suas falas, como justificativa primária ou secundária para infração, a necessidade de ter seu próprio dinheiro, além da falta de oportunidades para o trabalho, seja pela pouca instrução, seja pela maioria ainda não alcançada.

O participante Herbet aponta na sua fala a sua motivação para o cometimento do ato infracional *“eu queria dinheiro e não podia, tava de menor e ninguém dava trabalho. Não podia trabalhar, tinha que ter carteira de trabalho e ter mais de 18 anos, então, eu fui pra o mundo, né? Fiz besteira...”*. Complementa pontuando *“ninguém dá oportunidade! Tanta gente que eu vejo afim de trabalhar e ninguém dá emprego. Jovem quer ter as coisas e não tem!”*.

Neste sentido, o cometimento do ato infracional entra como alternativa ao entrave que se apresenta na busca por uma fonte de renda. O jovem Fernandinho relata que muitos jovens de sua idade infringem mesmo *“sem querer [...] Aí depois vai preso, depois é que pensa”*. Em sua fala sinaliza que é por falta de opção que se entra no mundo da criminalidade.

Segundo Abramovay (1999) a violência também se apresenta como forma legítima de ação diante da injustiça sentida pelos jovens por não terem seu direito de consumo alcançado,

por exemplo, além de outras necessidades e do desemprego. Deste modo, a criminalidade exercida muitas vezes de maneira violenta, se apresenta como cenário possível de reinvidicação.

A participante Júlia acredita que a dificuldade em conseguir um trabalho está também baseada em critérios de beleza e estética nos quais ela não se enquadra “*a gente quer trabalhar e não consegue. Porque diz que a gente é jovem e tem uma expectativa de gente ruim, de ladrão, disso e aquilo e só vai por boniteza também, então...não sei não...eu não sei explicar não, não sei conversar muito não*”. Neste ponto podemos fazer o resgate do que chamamos anteriormente de elementos da pobreza, como características daqueles que se considera pobre e que, por esta razão, não contempla os critérios do empregador. Vale pontuar que a ausência de trabalho e com isto de renda, se apresenta, por vezes, como justificativa para infração, atendendo o desejo de consumo.

Os jovens pontuaram com igual importância o desejo de sair da pobreza e de ascender socialmente - conteúdo que será abordado mais adiante - com isso, encontram na ampliação da capacidade de consumo uma forma de fugir da identificação de pobres, a partir da aquisição de alguns bens “de valor” que são indicadores de status social, , como roupas “de marca”, telefones celulares de última geração, etc.

O valor e o status dos objetos são também atribuídos àquele que os possui. Assim, possuir certos objetos é ser valorizado socialmente. Neste sentido, o movimento realizado pela sociedade de consumo é conferir aos objetos subjetividade e valor de sujeito. Os jovens entrevistados não são apartados dessa lógica e compartilham também do desejo de credibilidade a partir bens que possui.

A indústria cultural, tecnológica fomenta esse encadeamento criando novos estilos e formas de ser direcionadas a um público específico, fabricados especialmente para eles. Por vezes, o acesso à mídia faz parecer que a aquisição é acessível e democrática, mas não é o que acontece na realidade compartilhada pelos jovens em questão. Dessa forma, em suas narrativas, de maneira contrária ao que está sendo proposto pela mídia, os jovens sinalizam que querer não é poder.

A necessidade de consumo não é uma característica exclusiva dos jovens aqui entrevistados, mas todos os que compartilham os ideais de uma sociedade construída e voltada para tal finalidade. Dentre a amostra maior da população, os jovens, das mais variadas classes, desejam se sentir incluídos nesta dinâmica, para que, ao menos dentro desse contexto (de consumo), sejam vistos e reconhecidos como sujeitos que são.

6.1.3 A violência do cotidiano

A abordagem policial cotidiana durante as rondas pelas comunidades, os chamados “baculejos” quando nas situações de denúncias de tráfico de drogas nas redondezas, segundo relato dos participantes, são sempre cheias de muita violência e do sentimento de impotência que lhe tomam diante desta realidade, os fazem naturalizar a “violência de cada dia”. Júlia refere o episódio em que foi conduzida à delegacia para prestar esclarecimentos sobre o ato infracional cometido e foi surpreendida pelos questionamentos que os agentes policiais lhe fizeram no ato da entrevista, relacionados a sua vida pessoal e íntima. Conta que se recusou a responder por entender que aquelas perguntas não cabiam àqueles, por esta razão, foi agredida em seu rosto pelo policial, afirmando “*fique na sua, você só tem direito de responder*”.

De acordo com Abramovay (1999), é possível perceber tratamento assimétrico por parte das instituições em relação aos indivíduos a depender da condição social que estejam, esta realidade toma forma bastante definidas nas narrativas que os jovens apresentam. Como visto ao longo dessa discussão, é recorrente a violência policial nas falas dos entrevistados, chegando a tornar-se corriqueiro às violações sofridas.

O participante João relata seu percurso desde o momento do flagrante da ação até seu encaminhamento a delegacia “*aí pegou eu e levou para o batalhão, aí eu fiquei com medo! (risos). Quando entrei, tinha muita polícia, pensei: meu deus, agora eu vou apanhar demais*”. Apesar da sua preocupação, João afirma que não foi agredido, mas seu colega sim, segundo ele, sob a justificativa de que ele era “de maior”. No entanto, o que é interessante observar é que essa era a expectativa do jovem, a ação violenta. Compreendo que faz parte de seu repertório de experiência com os agentes que seja assim.

O participante Jairo refere ao longo de sua narrativa ocasiões em que a postura policial é bastante abusiva na comunidade em que mora “*tem um policial que chamam ele de quebra-osso, o bicho bate nos pirraias tudinho*”. Conta ainda que, mesmo “*sem ter feito nada*”, os policiais o destratam, relata “*os caras quando vão lá...tem um que me conhece, passa por mim e me chama de capetinha, aí eu pego e falo: ‘eu devo o que a tu, não sou traficante, só puxo a minha...’*”.

João ainda complementa “*os caras foram lá em casa. Vê só! Que bichos cínicos*”. Acredita que a atitude policial em levá-lo em casa foi descabida uma vez que estes alteraram a cena do crime e procuraram sua mãe para contar o que havia acontecido “*olha só que ‘mizinguento’ esse bicho! Colocou um ‘forjado’ pra mim e ainda veio na minha casa!*”. O tempo todo a ação policial está sendo desacreditada pelo jovem.

O sentimento de descrença compartilhado por Hebert refere-se a uma mudança no cenário nacional “*o que precisa mudar não é nada não, o que precisa mudar é o Brasil todo. O Brasil que é o ladrão, os políticos, os prefeitos, se eles não mudarem, nada muda não. Eles que estão no controle de tudo, de delegado, de juiz, tem gente que vai preso e não tem nada a ver. Eu mesmo já vi um monte! Ser preso por nada, ‘olha tu estas preso’. Chega lá na delegacia ‘tá preso porque?’ ‘por droga’. Por que? O policial botou. Ai não tem como né?’*”. Nota-se o descrédito generalizado por parte dos participantes direcionado à diferentes instâncias e figuras institucionais jurídicas.

Júlia faz o relato de sua chegada à delegacia quando foi pega em flagrante “*não acreditaram, quando chegaram na delegacia, eles ficaram perguntando se eu era virgem, seu eu não era...se tinha relação sexual com homem [...] perguntei ‘isso vai pra o papel é? O juiz vai tá perguntando isso, é?’*, ele respondeu *‘fique na sua, você só tem direito de responder’ [...] deram uma tapa da minha cara*”.

A violência sofrida pelos jovens por parte dos agentes institucionais aparece como mais um fator de fomento ao sentimento de descrença para com as instituições, uma vez que o adulto responsável pela representação do Estado no exercício de sua profissão, surge muitas vezes na fala desses jovens, como o algoz. Em última análise, identifica-se a descrença na figura do adulto – outro generalizado – como figura de proteção, conforme pontuado anteriormente quando o adulto está presente em todas as condições de infração referidas neste trabalho ou nas ocasiões de violência, quando deveria estar a proteger o público mais vulnerável.

O participante Hebert refere que perdeu boa parte de sua rede de amigos para violência, seja por envolvimento com tráfico, entre os líderes das facções nas comunidades onde moram, seja pela ação policial “*boa parte dos meus amigos passados estão tudo em cadeia de maior, mas a maioria tá morto*”. Complementa, em outro momento da entrevista, que “*a maioria dos que eu conheço estão fazendo besteira, alguns presos ainda*”, sinalizando como a rotina de crime, violência e prisão fazem parte do seu repertório de relações e tornou-se para ele comum, sem, muitas vezes, dar-se conta do cenário que lhe cerca.

Dentro desse contexto de violência cotidiana, o participante Jairo tem uma particularidade na sua história de vida referente a seu histórico familiar de envolvimento no crime, como seu irmão mais velho que há muitos anos comanda o tráfico na comunidade em que mora, mesmo estando preso. Inclusive relata que este seu irmão o ensinou a manusear armas de fogo e por muitas vezes participou do comércio de drogas a pedido deste. O participante conta com muita naturalidade as visitas que faz ao irmão na cadeia, acompanhado

de sua mãe, e de como se surpreende com a quantidade de recursos que este dispõe, mesmo em privação de liberdade.

Com isso, pode-se notar que, assim como Hebert, Jairo tem muita proximidade com a realidade do tráfico, prisão, sendo esta realidade algo comum em suas vidas, uma vez que não há um estranhamento deste contexto e por vezes se esboça até como uma possível realidade de vida dos mesmos. Vale pontuar que estes dois participantes são os que apresentam maior quantidade de cometimento de atos infracionais e cumprimento de medidas socioeducativas anteriores. Nestes casos, os jovens parecem estar “acostumados” com a violência, ainda que seus papéis ora sejam de vítimas, ora de algoz.

A pobreza e seus elementos aparecem também, como dito anteriormente, como um marcador e orientador nas relações, uma vez que, conforme relatado pelos jovens, o fato de serem jovens e pertencerem a uma classe social específica os coloca, independentemente de sua conduta, numa posição suspeita, culpados de algo, como “bodes expiatórios”. Neste sentido, percebe-se que o fato de ser pobre, torna “natural” as sucessivas violações e privações de direitos a que esses sujeitos estão submetidos frequentemente.

As experiências de violência vividas são bastante difusas, considerando o lugar de onde parte: sejam pelos vizinhos de comunidade, pelos adultos que o cercam ou pelos agentes públicos. Os participantes falam de episódios cotidianos de violação de direitos, inclusive, entre seus pares, familiares, como discutido anteriormente, dentro de seu território, não só por parte dos agentes institucionais. Foi pontuado, durante as entrevistas, a realidade de brigas entre as facções na disputa pelo monopólio do tráfico nas redondezas, o que impede a livre circulação dos jovens entre uma comunidade e outra, além do contato com alguns amigos.

6.1.4 Exclusão social (território – acesso restrito)

Os relatos dos jovens trouxeram uma discussão bastante marcante das suas experiências que diz respeito à circulação dos mesmos nos bairros e locais da cidade onde moram. De maneira geral, referem um raio de circulação muito restrito, limitado ao bairro onde moram e, por vezes, às ruas próximas ou as suas próprias casas. Com isso, refletem também o sentimento de exclusão social que decorre desta realidade e do desconforto de estar em outros lugares que não seja o “seu”, o que, mais uma vez, limitam o seu acesso à cidade.

João percebe as diferenças na realidade dos jovens de sua localidade quando comparados aos jovens de outros bairros da cidade. Se dá conta que as condições de acesso as oportunidades estão marcadas também pela territorialidade, interpretando que seu local de

pertença influencia sua dinâmica de circulação pela cidade, criando condições propícias para o sentimento de exclusão, ainda que “sutil”.

A rede de contato desses jovens também fica limitada ao bairro onde moram, especialmente porque estão situados em locais de divergência entre as facções, que restringem o acesso às comunidades vizinhas por uma disputa de território e proteção interna do próprio grupo. O participante Jairo afirma *“agora os caras ficam indo pra o outro lado, porque antigamente não podia não. Por causa da divisão, aqui é o [nome da localidade onde reside], aqui é [nome da localidade rival] (faz um gesto com as mãos). Só por conta dessa divisão da pista”*.

A noção de pertença a determinado espaço geográfico também imprime uma marca e características particulares aos seus conterrâneos. Sendo este espaço, um espaço caracterizado pela pobreza, pela redução de recursos, inclusive de higiene e saneamento, muitas vezes, tais atributos ganham um tom negativo e se estendem, como dito anteriormente, ao sujeito que participa daquele contexto. João afirma *“no bairro Y o cara vê logo a maloqueiragem na rua. Lá no bairro Z, em cima dos prédios assim, vê todo mundo dentro das suas casas. As crianças saem pra brincar uma vez perdida, sei lá, não sei explicar não”*.

Percebe-se, neste trecho de fala de como estas características que o participante chama de “maloqueiragem” interferem na circulação pela cidade, há algo que marca os sujeitos de determinados bairros e os distingue dos demais que pode estar presente nas roupas, no modo de falar, na relação com os amigos. Neste sentido, os mesmos aspectos que os identificam também são vistos como marcadores para discriminação (ABRAMOVAY, 1999).

A participante Júlia faz a mesma pontuação *“tem uma expectativa de gente ruim, de ladrão, disso e daquilo, só vai por boniteza”*, entendendo que há um padrão de estética/beleza a ser atendido no qual não se incluem e que interfere na conquista de um emprego, servindo-se deste argumento como justificativa atrelada a sua pertença territorial.

As experiências de discriminação são vividas, segundo relato dos jovens, de maneira mais intensa a cada vez que se afastam dos seus locais de moradia, do seu “raio de circulação”, uma vez que as diferenças “visuais” dos habitantes de outros bairros são mais nítidas, sendo, muitas vezes, objetos de abordagens policiais mais frequentes e enérgicas. Conforme relato dos participantes, suas condutas parecem estar sempre sob suspeita.

É importante salientar que o espaço social onde estes jovens vivem e interagem estão cotidianamente sendo palco de atividades violentas e/ou criminosas. Um espaço que muitas vezes se caracteriza por frequentes manifestações de violência rotineira somado à omissão das instituições pública de segurança cria-se a condição ideal de exclusão social da população que

circula por esse espaço (ABRAMOVAY, 1999). A violência faz parte do cotidiano, das formas de relações entre os moradores, inclusive, da polícia quando nas abordagens.

O jovem João reflete, apesar do sentimento de exclusão social, que o espaço da rua é mais ocupado por pessoas do seu bairro quando compara aos bairros “nobres” sua cidade. Relata que a realidade do seu bairro é bastante particular “*a gente fica muito na rua, jogando bola, tomando banho de maré o dia todinho*”. Neste trecho, identifica-se a evocação da noção de público e privado, e de como esses espaços são ocupados ou não a partir de uma leitura de classe, quando João exemplifica que no seu bairro as opções de lazer são diferentes do que ele observa em outros bairros de classes mais abastadas. Neste sentido, o espaço da rua serve de palco para a convivência dos menos favorecidos, no entanto, pelo mesmo motivo, está imbuído de negatividade, mais uma vez, sendo atribuída de características de risco e criminalidade (LONGHI, 2008).

Apesar de sinalizado pelos participantes que suas opções de lazer estão mais no domínio público do que no privado (no espaço da rua e não de suas casas) seu raio de alcance está muito limitado às fronteiras de sua comunidade. Em seus trechos de fala, pode-se observar que não se sentem bem-vindos em outros lugares da cidade e suas opções de lazer, consequentemente, também são muito restritas.

Este fato fica evidente quando são questionados sobre a dinâmica de suas rotinas. Suas atividades ao longo da semana se resumem a ir à escola, encontrar com os amigos pelo bairro, jogar bola e acessar às redes sociais. Neste sentido, a exclusão social se dá quando esses sujeitos são impedidos de acessar alguns direitos que são básicos e comum a todos – como direito ao lazer e de circulação pela cidade onde moram –, no sentido de promover, minimamente sua qualidade de vida e oportunidade de participação nos espaços públicos.

6.1.5 Desejo de ascensão social

Como projeção para o futuro, no tocante à temática do trabalho, todos os participantes entrevistados assinalaram o desejo de tornarem-se jogadores de futebol, como primeira opção para aquisição de uma fonte de renda, indicando esta possibilidade como uma via de ascensão social e, portanto, saída da pobreza sem que seja necessário a formação acadêmica para realizá-lo, visto que há uma dificuldade pontuada pelos participantes no tocante à trajetória escolar.

O trabalho funciona ainda, para esses jovens, como uma alternativa para não infringir, visto que a conquista de um emprego coloca os jovens numa outra condição, de acordo com seus relatos, no sentido de inseri-los numa posição de responsáveis por um ofício, além do

usufruto de uma renda mensal que, a princípio, os dispensa da necessidade de lançar mão de formas outras de conseguir dinheiro. O participante Fernandinho refere que ao fim da medida tem o desejo de conseguir um trabalho para “*melhorar mais*”, “*queria trabalhar numa empresa grande, procurar o melhor, né?*”. Neste sentido, o trabalho funciona como a alternativa mais promissora como projeto de futuro.

Vale pontuar que o trabalho ocupa um lugar de grande centralidade na vida das pessoas, especialmente dos homens, considerando um recorte de gênero, visto que o espaço público, fora de casa, historicamente foi destinado a eles. Além disso, a condição de trabalhador, por outro lado, está fortemente ligada à identidade de “ser homem” e como fator “dignificante” para honra e formação do caráter do sujeito, especialmente quando nas classes mais populares, bem como o prestígio que o papel e a identidade profissional ocupam no mundo globalizado, capitalista em que vivemos.

De acordo com Santos (1990), o trabalho é colocado desde cedo como parâmetro para vida ser considerada “normal” e produtiva, entendido como o curso natural, a sequência lógica a ser seguida pelo sujeito. Isto pode ser observado nas crianças que iniciam cada vez mais cedo a carreira escolar e mais tarde nos adolescentes quando precisam escolher, ainda bem jovens, qual profissão seguirá pelo resto de suas vidas. Assim, é possível observar como as etapas e fases da existência são definidas a partir da preparação, inserção e saída do trabalho (DEBERT, 2010). Evidenciando como o trabalho demarca fases da vida. Neste caso, o trabalho inaugura a entrada na fase adulta.

Apesar do exposto acima, a imprescindibilidade de um trabalho para o participante João aparece como a noção de emprego conforme sinalizada por Lazzareschi (2007) no sentido de configurar-se como relação contratual de trabalho em que a realização e o foco está na remuneração da força de trabalho empregada e onde há pouco investimento na finalidade de realização pessoal, quando o participante afirma “*não sei o que eu quero ser não, o que der dinheiro eu vou*”. Neste caso, como pontuado anteriormente, a necessidade esboçada está em ‘ter dinheiro’ e a oportunidade de consumo a partir deste artifício.

Para o participante Jairo, a realização da Prestação de Serviço à Comunidade pode funcionar como uma porta de entrada para o mercado de trabalho. Tem o desejo e acredita que se fizer um bom trabalho no local conseguirá engajar-se para formar um vínculo empregatício “*eu vou tentar ficar lá, né? Trabalhando pra ganhar meu trocado*” [local da prestação de serviço]. Sinaliza que apenas gostaria que a oportunidade lhe fosse dada, pois “*quero aprender*”.

Foi possível perceber também, na fala de Hebert, que na falta de um trabalho, o crime atua como maneira viável de sair da pobreza, na escassez de possibilidades de realização pessoal, considerando que o contato com outras pessoas que obtiveram “sucesso” na criminalidade pode ter influência nas suas escolhas *“conheço muitos que estão se juntando com o que não teve. A maioria fica chamando, querendo incentivar um a coisa, a pessoa faz sem querer [...] aí muitos fracos, cai. Aí depois vai preso é que pensa”*. O crime, neste sentido, conforme Abramovay (1999) também funciona como forma de sair da pobreza, mecanismo de subsistência.

A participante Júlia ao falar de seus planos para o futuro, situa o futebol como caminho para a realização de um sonho e para manutenção de seu próprio sustento, apesar disso desacredita de que irá alcançá-lo, pois *“tá muito longe, daqui pra lá...qualquer coisa...se eu não conseguir, vou virar ‘palhaço’ [...] matador de polícia”*.

Há dois pontos neste trecho de fala da participante que vale salientar. O primeiro diz respeito ao desejo de ser jogador de futebol, como pontuado também por outros participantes, como possibilidade unânime de ascensão social, deixando claro que a ideia compartilhada por muito jovens é de que esta é uma carreira bastante promissora, seja em termos de fama, prestígio, reconhecimento e acima de tudo poder aquisitivo. Assim, esta carreira se apresenta como um “atalho” para saída da pobreza sem que seja necessário, o enfretamento dos estudos.

No entanto, Júlia conta com a possibilidade de não alcançar seu objetivo, pois pode exigir muito tempo de espera e dedicação. A participante chega a cogitar a possibilidade de fazer outra atividade como emprego, mas mais uma vez desconfia de que terá êxito e prontamente declara que voltará para o mundo da infração, dessa vez direcionada a um público específico: os policiais, como assinalado anteriormente.

Sua insatisfação está direcionada à abordagem policial realizada no momento em que foi pega. Segundo seu relato, não efetuou o assalto, ato infracional no qual foi acusada, mas estava presente no momento e chegou a devolver o objeto furtado pelo colega, no entanto, se sucedeu todo processo de abertura de inquérito e etc, apesar de sua boa intenção em devolver o mesmo. Desde então, refere um intenso desejo de vingança orientado à figura dos agentes da polícia que não acreditaram em sua versão *“desde esse dia que eu fico na mágoa, o que eu puder fazer pra prejudicar, eu prejudico”*.

6.1.6 Sentimento de privação de liberdade

Este tópico de sentimento de privação de liberdade foi pensado a partir dos relatos que os jovens faziam em que, parecia não haver distinção entre o cumprimento de medida

socioeducativa em meio aberto ou fechado, no tocante à liberdade, ao sentir-se livre para circular pela cidade ou de estar desobrigado de realizar quaisquer atividades. É preciso salientar que esta demanda realizada pelos jovens não se limita, apenas, ao momento após a instituição da medida, mas antes, quando – antes do cometimento de qualquer infração – tem sua circulação pela cidade limitada aos bairros de suas residências, conforme discutido anteriormente.

O participante Hebert conta que não há nenhuma vantagem no cumprimento da medida socioeducativa *“não agrega nada na minha vida [...] só sei que não gosto disso”*. No entanto, avalia que a vida do crime também não se apresentou muito vantajosa *“viver no crime, na cadeia, é ruim demais o cara tá aqui [...] quando acabar aqui eu fico livre de vez, minha ficha vai ficar limpa, eu já pensei que ia ser hoje, pra eu nunca mais ter que voltar aqui”*. Nota-se que apesar do cumprimento da medida acontecer em meio aberto, o referido jovem relaciona esta experiência à experiência vivenciada no meio fechado, neste caso, o sentimento de privação de liberdade prevalece, ainda que aconteça de modo “simbólico”.

O participante João refere que seus momentos de lazer estão limitados ao acesso às redes sociais, internet, futebol com os amigos ou *“ficar na frente de casa conversando”*. Inclusive, pontua que após o cometimento da infração, tem evitado sair de casa pra *“minha mãe não ficar falando”*. Segundo relato, sua relação com seus pais ficou abalada após o acontecido, referindo que sempre há um sentimento de desconfiança por parte deles e de temor que esta situação volte a acontecer.

João ainda demonstra que tem pouco interesse na realização destas atividades, no entanto, percebe que é importante pra o seu processo de cumprimento da medida que estas atividades se realizem *“tem que ir né?”*, *“queria que eles me soltassem logo, soltasse e já liberasse o cara, mas...eles soltam o cara e ainda colocam coisa pra o cara fazer”*. O participante Fernandinho faz uma fala bastante parecida *“se é lei, tem que cumprir, né? Eu não posso nem...”* *“não é bom está prestando serviço não, mas assim, eu to desenvolvendo outras coisas, mas eu não to gostando de tá indo, ninguém gosta de tá fazendo isso”*. Referem-se ao cumprimento da medida apenas por um sentimento de obrigação e com isso sentem-se limitados a realizar tarefas que não gostariam ou que não fazem sentido para eles.

6.2 JUVENTUDE E PERSPECTIVA DE FUTURO

Nesta seção serão discutidos a noção de juventude anteriormente apresentada e as projeções que os jovens fazem acerca do seu futuro, considerando que muitas vezes atrelamos a essa fase da vida o momento propício para idealização de projetos pessoais.

6.2.1 Similaridades e discrepâncias entre ser jovem e ser adulto

Abramovay, em 1999, considerava que a passagem da juventude para adultez se dava de maneira mais prolongada quando comparada à momentos anteriores da história. Relaciona este fato com o processo de maturação que se inicia cada vez mais rápido devido fatores da cultura, meios de comunicação e tecnologia. Neste sentido, as oportunidades de trabalho e emprego começaram a exigir cada vez mais preparo por parte dos jovens que estivessem interessados em ocupar esses lugares.

Apesar de passados quase vinte anos da afirmação da autora esta continua a ser uma consideração pertinente, no entanto, considerando que a realidade de estudos mais prolongada e o “atraso” na entrada do mercado de trabalho não acontece de maneira igualitária para todos os setores da população. Visto que alguns jovens iniciam tarefas e atividades consideradas da vida adulta desde muito cedo como trabalho, cuidados com os afazeres da casa, cuidados dos irmãos mais jovens, entre outras, eles avaliam que estão num outro momento que não a “adolescência”, mas sim na vida adulta. Vale pontuar que esta realidade “precoce” está majoritariamente inserida nos contextos em que os recursos materiais e financeiros são mais escassos.

Os jovens participantes desse estudo relataram alguma dificuldade em perceber as diferenças existentes entre a fase atual de suas vidas e com a vida adulta que os espera. Apesar disso, fazem uma projeção de futuro em que consideram mudanças consideráveis em suas vidas, relacionadas ao fato de se tornarem adultos. O participante Hebert refere que não percebe diferenças, acreditando que ambos – jovens e adultos – possuem direitos iguais. O participante também não visualiza discrepâncias entre as fases da vida referidas, no entanto, acredita que daqui há uns dez anos muita coisa irá mudar em sua vida, acreditando que “*vai ter mais responsabilidade, procurar um trabalho*”.

A temática do trabalho é um elemento que aparece fortemente atrelada à vida adulta, como uma condição de passagem de uma etapa à outra, como um marcador fundamental de entrada na vida adulta, conforme sinalizado anteriormente. De acordo com Monteiro (2014), o trabalho mantém sua função de integração social, considerado pelos jovens como aspecto viabilizador da vida adulta e referência identitária enquanto tal.

É possível que os participantes se percebam não mais como adolescentes, quando fazem uma avaliação geral de suas vidas, especialmente no tocante à necessidade de possuir um trabalho e uma fonte de renda para o seu sustento, uma vez que não se identificam com as representações de adolescência que são hegemonicamente compartilhadas. É relevante supor

que há, durante alguns momentos das entrevistas, uma dificuldade na identificação, pelos jovens, de que fase da vida estão.

O participante Fernandinho pontua de maneira bastante interessante a leitura que faz entre adolescência e vida adulta, acreditando que as divergências entre as duas fases estão relacionadas, exclusivamente, ao histórico de experiências profissionais *“tem diferença não. Assim, tem um pouco mais de experiência, de tempo, né?”*. Além desta avaliação, afirma que se sente na capacidade de desenvolver quaisquer tipos de atividades que o adulto *“tudo o que ele pode desenvolver, a gente novo desenvolve também”*.

A diferença mais significativa que os participantes ressaltam entre a fase da adolescência e vida adulta é o tratamento dispensado aos sujeitos quando o cometimento de infrações, uma vez que, apesar de insatisfeitos com o cumprimento da medida, acreditam que poderia ser pior caso fossem presos já adultos *“cadeia de maior não dá não [...] o cara fica um monte de tempo preso [...] os que seguiram por esse caminho estão ferrados no COTEL”* (Jairo).

A participante Júlia destaca que a juventude está marcada pela irresponsabilidade e inconsequência, quando relata *“quando a gente é de menor a gente não pensa muito no que faz não”*, sendo, a princípio a principal distinção entre as fases da vida mencionadas. No entanto, ao ser pega pela polícia, se deu conta das diferenças de tratamento no tocante as sanções aplicadas *“quando a gente pega esse cargo de 18, 19 e 20 anos, de maior, a gente sabe que vai pra outro quanto que é pior do que onde você já estava”*. Esta mesma participante, apesar do seu trecho de fala, complementa que não sabe explicar direito e que *“não me sinto jovem, eu não sei [...] me sinto um nada”*.

Pode-se notar que as experiências vivenciadas por esses jovens parecem ter deslocado suas experiências de juventude para uma experiência de “adulter precoc”, visto que na confluência entre as representações de juventude que compartilham e suas experiências vividas, parece colocá-los numa outra perspectiva a respeito de suas vidas.

6.2.2 Presença do adulto nas infrações

Todos os jovens participantes deste estudo ao referir o episódio de infração, pontuaram a presença de um ou mais adultos durante a ação. Sendo apenas um dos entrevistados, a participante Júlia, ter sido a primeira vez em que cometeu uma infração penal. Os demais, já tinham cometido contravenção penal, no entanto, não foram descobertos até a ocasião de suas privações de liberdade.

Apesar do exposto acima, os jovens também relatam que em suas experiências anteriores estavam sempre acompanhados de adultos. Esta realidade assinalada pelos participantes nos faz pensar a negligência dos adultos no tocante ao cuidado e responsabilidade dispensados aos adolescentes em questão e de tantos outros que se encontram numa mesma realidade, no sentido da proteção e da garantia de direitos. Neste sentido, evidencia-se mais uma situação de violação de direitos desses jovens.

Ao falar da presença de adultos nos momentos de cometimento de infração pelos jovens faz-se indispensável situar a discussão sobre a proposta de redução da maioridade penal levantada por muitos segmentos como via pertinente para redução da violência urbana. A proposta de redução supõe que a taxa de violência cometida por adolescentes tem crescido de modo considerável e que uma medida urgente para solucionar este problema seria a possibilidade de encarceramento de uma população juvenil e da imputabilidade dos mesmos conforme o regimento dispensado aos adultos infratores.

No entanto, o que se percebe, a partir da prática dessa pesquisa, em todos os casos entrevistados neste trabalho, os adultos lançam mão da presença dos jovens nas práticas de crimes/atos infracionais como álibi, acreditando que as penas dispensadas aos adolescentes são mais brandas e vantajosas.

O participante Jairo, por exemplo, afirma que aprendeu a usar arma de fogo com seu irmão mais velho – no momento, está em privação de liberdade, respondendo por tráfico, porte de arma de fogo e assalto, segundo relato do jovem. Lá, tornou-se “chaveiro” do seu pavilhão, expressão utilizada para designar o detento mais antigo e que é o líder de outros detentos – Jairo relata *“era tanta arma em casa, meu deus do céu [...] a primeira vez que eu atirei foi com uma doze, eu tinha uns 12 anos, fui atirar, caí”*. Este jovem ainda pontua a realização de diversas atividades junto ao tráfico a pedido do seu irmão, ficando responsável pela comercialização destas e pelo transporte para outros *“foi por causa dele, eu não tinha nada a ver não, ele saía e deixava lá pra eu resolver”*.

Além disso, é possível notar, conforme relato, que os jovens se sentem atraídos em participarem de tais práticas por uma questão de consideração e de respeito aos adultos que lhes convocam, além de ganhos outros como possibilidade de consumo, como discutido anteriormente. Vale ainda destacar que o acompanhamento pelos jovens, quanto ao seguimento diferenciado dado aos adultos envolvidos nas infrações, pontuado durante suas falas (a exemplo de Jairo que acompanha o cumprimento da pena do seu irmão, condenado a 25 anos de regime fechado), foi importante para leitura que fazem a respeito da fase da

juventude e adultez. Este é um fator marcante para eles no tocante às diferenças entre o adolescente e o adulto considerando às sanções aplicadas a cada um deles.

Interessante notar que a parcela da população que defende a redução da maioridade penal no país revela uma mentalidade que privilegia a punição e a segregação em detrimento à proteção social e à garantia e defesa de direitos. Neste sentido, se encobre as violações que foram cometidas sobre os direitos desse público, simplificando a questão e reduzindo-a a uma questão.

Estes dois últimos tópicos discutidos apresentam uma relação bastante interessante para análise dos resultados encontrados, visto que parece haver uma identificação dos jovens com os adultos que os convocam para realização das infrações, considerando a afinidade que possuem entre si. Na maior parte das vezes, estes adultos são pessoas que tem o respeito dos jovens e com quem estabeleceram uma relação de confiança. Dessa forma, ao que parece, o jovem ao comungar da mesma prática do adulto, ganha a sua admiração, além de lhes dá o sentimento de capacidade e potência para realizar o mesmo, por esta razão, os participantes deste estudo se reconhecem, na maioria das vezes, como adultos.

6.2.3 Perspectivas de futuro “normativas”

Quando questionados sobre suas perspectivas de futuro, os participantes trouxeram, de maneira geral, projetos muito semelhantes ao que se espera, hegemonicamente, dos adolescentes de mesma faixa etária: maior investimento nos estudos e preparação para entrada no mercado de trabalho formal. Neste sentido, os jovens parecem compartilhar de uma representação social acerca da juventude como a etapa da vida de preparação, como um reflexo, conforme apontado por Almeida, Cunha e Santos (2004) do crescente processo de industrialização da sociedade, no tocante à formação e capacitação.

No entanto, as mesmas autoras ressaltam que apesar da vida estudantil ser significado de uma adolescência prolongada, esta forma de compreender esta fase não se aplica aos jovens das camadas mais populares que precisam suspender a carreira escolar muitas vezes para adquirir um trabalho, ainda que informal. Quando a questão da formação escolar/academia aparece, relaciona-se como uma forma socialmente aceita de atingir uma profissão que lhe possibilite ascensão social.

O participante João demonstra não estar convencido de assumir o mesmo projeto como pensado por outros participantes, no entanto, acredita que não há outra possibilidade de ascensão social que não seja por essa vida de estudos e trabalho *“tem que estudar né? Pra ser alguma coisa...estudar não é muito bom não”*.

O participante Hebert tem bastante expectativa no seu processo de superação e reinvenção de sua trajetória *“o passado é só uma sequência da vida, hoje em dia eu quero mudar, né? Procurar minha melhora, trabalhar, estudar, porque desse jeito, nessa vida, ninguém vive”* [...] *“nunca trabalhei, não tenho nenhuma experiência, mas eu vou tentar aprender, correr atrás...queria um bom emprego, ter uma vida boa [...] se eu conseguir um emprego, minha vida vai mudar pra melhor, né?”*

O jovem refere ainda que tem se dedicado aos estudos, considerando o tempo em que esteve fora da escola devido cometimento de atos infracionais e que agora *“fico tranquilo, só tentando aprender mesmo o que eu perdi, né? Lá trás. Se eu perder essa oportunidade eu não vou ter outra”*. Neste trecho fica evidente como, para Hebert, a possibilidade de retomar os estudos funciona como uma possibilidade de reinserção e engajamento numa perspectiva de futuro que traça para sua vida a partir de agora.

A observação de seus projetos de vida e futuro implica em considerar que apesar de considerados como “jovens infratores” e “fora da lei”, também foram capturados pela normatividade de um planejamento para suas vidas dentro dos moldes que compartilhamos, enquanto sociedade, isto é, buscam uma inserção na lógica oficial do trabalho. Sendo necessário atentar para o pano de fundo em que se desenha esse projeto de vida, se há respaldo, em termos macrossociais para que ele se concretize efetivamente.

6.2.4 Projeto social versus projeto de vida

A ausência de um projeto social que respalde a possibilidade de vislumbrar uma ascensão no tocante a um projeto pessoal de vida, provoca nos sujeitos um sentimento de impotência individual, levando, por vezes a crer que o “insucesso” justifica-se na falta de aptidão ou competência do sujeito em realiza-lo plenamente. Este sentimento decorre da necessidade de ajustar-se à realidade posta e ao reconhecer que a retribuição pelos pares independe da contribuição do indivíduo (ABRAMOVAY, 1999).

Durante as suas narrativas, especialmente no que se refere à expectativa de futuro, os jovens apresentam um sentimento dual quanto ao que desejam e ao que realmente serão capazes de fazer com suas vidas. Parecem, por vezes, ter esperança de que conseguirão alcanças seus objetivos pessoais, no entanto, por outro lado, identificam os gargalos e as dificuldades que podem encontrar e, em certa medida, o impeçam de prosseguir com seus planejamentos.

Os participantes de maneira geral têm dificuldades em acreditar que conseguirão realizar seus objetivos ou que o futuro, pelo qual aspiram, está muito distante de se realizar. A

participante Júlia diz que tem o desejo de tornar-se jogadora de futebol, mas julga ser muito difícil chegar onde pretende “*tá muito longe, daqui pra lá...qualquer coisa se eu não conseguir, vou virar ‘palhaço’ [...] matador de polícia*”. Refere-se a essa possibilidade como a mais próxima de ser alcançada considerando seu contexto de vida e ao sentimento de mágoa que possui devido a tudo que lhe aconteceu.

João faz planos para fazer um curso de graduação em Direito, no entanto, desacredita de sua capacidade em dar seguimento, além de considerar que sua passagem pelo CREAS já marcou de maneira negativa “sua ficha” e este será um impedimento real para o que pretende “*tenho que estudar pra ser alguma coisa...mas, estudar não é muito bom não, vai fazer uma faculdade de direito, mas acho que eu não posso não. Por causa do meu B.O. aí [...] todo mundo já sabe*”. Neste trecho é possível perceber uma descrença também no sistema socioeducativo em que está inserido e não lhe garantirá o direito de ter seu histórico infracional absolvido. Este tópico será melhor discutido a diante.

O participante Jairo, em sua fala, faz uma análise o de vivência do fenômeno da infração ou não infração como uma trajetória exclusivamente individual e em certa medida meritocrática. Os jovens não fazem referências a programas sociais que devem ser ofertados para auxílio na mudança de paradigma de suas vidas, muito menos à violação de direitos ao qual estão expostos, muitas vezes, desde sua infância. Não interpretam como uma violação de direitos, mas como uma realidade dada e como uma questão individual a ser resolvida.

A maioria dos participantes parece não conseguir atentar, com exceção de Hebert, que a ocasião vivida também está atravessada por uma leitura macrosocial e que implica outros atores sociais que não eles, somente. Jairo, por exemplo, atribui seu processo e o de outros jovens com o envolvimento com a criminalidade, em certa medida, com “a falta de deus”, refere “*Deus está cada vez mais me libertando, to indo pra igreja que eu odiava*”.

Em alguns trechos é possível observar que os jovens acreditam que seu sucesso e o insucesso estão fincados exclusivamente em suas capacidades individuais, visto que, quando conseguem identificar as supostas dificuldades a serem encontradas no processo de inserção do mercado de trabalho, por exemplo, referem-se apenas às suas aptidões particulares. Em seus relatos apontam para o fato de quando responsabilizados pelo ato cometido, seus contextos de vida parecem não ter sido levados em conta, o mesmo se dá quando na ocasião de prescrição das medidas socioeducativas, havendo uma disparidade entre o panorama vivido e a medida indicada.

Nota-se ainda que não é à toa que todos os jovens entrevistados almejam tornarem-se jogadores de futebol, ao que parece, por soar como a via de ascensão profissional mais rápida,

promissora, eficaz e possível de ser realizada dentro dos seus campos de referência e que, teoricamente, depende de uma aptidão exclusivamente individual.

Neste sentido, faz necessário considerar que a competência para o planejamento e estruturação de um projeto de vida está diretamente relacionado às condições e contextos sociais nos quais eles são esboçados, levando em conta a viabilidade de serem ou não realizados. Dessa forma, não se resume à uma competência pessoal, particular, exclusiva, mas o quanto o cenário social é favorável para a sua realização.

Importante considerar, ainda, que estes jovens projetam suas trajetórias de vida a partir de um campo de possibilidades disponíveis e do reconhecimento conquistado, o que os proporciona uma ampliação de suas habilidades (inclusive sociais) para construção de estratégias e novos conhecimentos para a vida.

6.3 RELAÇÕES COM AS INSTITUIÇÕES SOCIAIS

Nesta seção serão discutidos a relação (conflituosa) que os jovens entrevistados possuem com as instituições sociais, bem como suas figuras representativas de autoridade.

6.3.1 Descrença nas instituições e suas figuras de autoridade

Abramovay (1999) destaca, em sua análise, que uma das hipóteses explicativas para relação da violência e juventude reside na “falência dos marcos institucionais e normativos da sociedade moderna” (p.14) e que os desvios de conduta surgem como uma resposta à desigualdade de acesso à recursos e com isso não se consiga atingir metas valorizadas coletivamente posto que a estrutura social não possibilita alguns sujeitos de realizá-las.

Segundo a autora, a fragilização das normas sociais conduz os sujeitos à perda de sua credibilidade, provocando um sentimento de desconfiança e descrença generalizada nas instituições que atinge, inclusive, as agências encarregadas de proteger e operar as próprias normas, como a polícia e o judiciário, explica.

Conforme o relato do participante João, ainda no batalhão de polícia, quando flagrado, refere “*colocaram um forjado pra mim*”, referindo-se a um celular que o jovem supostamente teria roubado. Além deste fato, conta que os policiais também “*colocaram uma vítima pra mim*”, isto é, que alguém teria prestado queixas. É possível prever que a conduta tomada pelos policiais, de acordo com os relatos dos jovens, contribui para a descrença nos policiais como agentes de uma instituição que deveria protegê-los e, por consequência, generalizam com uma descrença em todo sistema judiciário.

Oliveira Lima et al. (2018) observaram ainda que a identidade nacional tem uma correlação positiva com a confiança em todas as instituições políticas, isto é, quando mais desconfiada ou descrente a população estiver em relação às instituições sociais, menor o sentimento de identidade nacional, menor a identificação do brasileiro com o seu país. O mesmo acontece relacionado à instituição policial. Os autores perceberam um sentimento de pouca credibilidade à instituição referida no tocante ao desempenho de seus papéis e funções, o que faz os brasileiros se sentirem menos identificados, levando-os a um desinvestimento na crença de terem seus direitos protegidos.

No caso do participante Jairo, ao longo de boa parte de sua história de vida acompanhou todo o processo de busca e apreensão de seu irmão, bem como de sua estadia na cadeia. Relata sobre as visitas que faz ao parente regularmente, e conta, com surpresa a dinâmica de acesso a bens de consumo por parte do seu irmão, apesar da sua condição de privação de liberdade, mas afirma “*acho que os policiais mesmo que bota pra dentro*”.

Com essa fala, o jovem evidencia as lacunas existente no sistema penitenciário, no tocante à conduta policial que não deveria permitir esse tipo de exclusividade, conta ainda que, devido ao tempo em que está preso, seu irmão tem um tratamento diferenciado, o que pode soar para o jovem como uma vida de vantagens, apesar de sua condição, além da descrença de cumprimento da lei pelo próprio agente de segurança.

O participante Herbert, de maneira particular, tem uma expectativa de piora do cenário atual referente ao país como um todo, em suas palavras “*o Brasil...eu acho que vai virar mais pior ainda. Pra mim, daqui a 10 anos, o brasil vai tá pior do que hoje [...] o mundo vai tá muito...evoluído, muito grande...muita gente querendo o que não tem...então, daqui pra 10 anos, meu vei...vai tá matando sem piedade, não vai tem nem preso...um dia, oxe, um dia eu tenho pra mim que todas as prisões vão explodir e todo mundo vai sair*”.

Uma vez fragilizada essa noção de identidade nacional, conforme proposta por Oliveira Lima et al. (2018), cresce o sentimento de não contemplação quanto aos representantes sociais do povo e ao sentimento de desesperança por uma conjuntura social promissora, o que em certa medida, contribui para a descrença dos jovens quanto às suas perspectivas de futuro e projetos de vida.

Neste sentido, a medida em que decaem o sentimento de confiança nas instituições e da identidade nacional, cresce, por outro lado, o sentimento de anomia, uma vez desconectados de sua estrutura social, os sujeitos estão mais propensos à comportamentos agressivos, além de vandalismo e criminalidade (OLIVEIRA LIMA et al., 2018).

Segundo os mesmos autores, a identidade nacional enquanto sentimento de pertença e ligação a um território, considerando seus elementos culturais e históricos, dependem de maneira direta das crenças e atitudes compartilhadas sobre às instituições que configuram este espaço territorial como uma nação. Dessa forma, a confiança nas instituições perpassa as dimensões cognitivas que dão forma à identidade nacional.

A identidade nacional tem estreita relação com o sentimento de confiança pelos brasileiros nas instituições, se há uma fragilidade nessa identidade, há um sentimento de descrença no tocante à capacidade e credibilidade na proteção dos direitos por parte das instituições responsáveis (OLIVEIRA LIMA et al., 2018).

O sentimento de descrença compartilhado pelos jovens, chega também à instituição do CREAS no qual estão vinculados, mas também ao sentido (ou a falta dele) de cumprir a medida socioeducativa prescrita. O participante Hebert refere *“eu acho que to perdendo tempo. É que não tá me ajudando ficar perguntando o que é que eu to fazendo, vai me ajudar me levando pra algum canto, pra um curso, pra me dar um trabalho”*. O jovem João também faz uma crítica *“me chamam aqui só pra conversar, com perguntas bestas”*. É possível perceber também que há uma desinformação quanto ao papel do CREAS junto aos jovens e com isso uma possível imagem de descrédito visto que expectativa e realidade não correspondem.

No tocante às atividades propostas para medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade, estas parece estar distanciada de uma utilidade futura para os jovens, o que no pensamento de Sposito e Corrochano (2005) diz respeito à lógica *“para pobre qualquer coisa parece bastar”*, conforme o relato deles. Parecendo haver um descompasso entre as expectativas do público-alvo e os técnicos ou projetos de atendimento socioeducativos pensados.

Longhi (2008) salienta para o fato de que ainda que projetos governamentais tenham o objetivo de preparar o jovem para o mercado de trabalho há, em contrapartida, um esvaziamento da noção de cidadania subjacente, uma vez que se trata mais de um *“ensinamento”* do que uma prática da mesma, pois, mais do que entrar no mercado de trabalho é importante permanecer.

O participante João desacredita que o cumprimento da medida trará benefícios futuros, no sentido da quitação de sua pendência com o sistema socioeducativo *“eles dizem que quando eu ficar de maior vai limpar, mas eu não acredito não [...] todo mundo já sabe”*. Este trecho de fala leva a supor que o participante não consegue encontrar sentido na realização da

medida socioeducativa prescrita e na instituição responsável uma vez que “não serve de nada”, pois não acredita na sua absolvição, ainda que tentem lhe convencer do contrário.

Apesar desta pontuação feita pelos participantes, Jairo faz uma fala considerável a respeito do lugar do CREAS para ele, considerando sua realidade de vida, como um espaço de fuga à violência cotidiana ao qual está submetido na comunidade onde mora “*acho ruim não, melhor do que tá lá, na favela*”. Avalia que o fato de estar no serviço, lhe afasta de desentendimentos que pode ter com os vizinhos de comunidade “*ontem eu me invoquei com um pirraia que lá, tava lá em casa*”.

A participante Júlia, numa tentativa mais radical de sair do seu contexto de violência, revela o desejo de sair do país onde seu padrasto reside e “*encontrar um bom emprego*” referindo o sentimento de descrença na perspectivação de um futuro melhor para vida no país, não só nas instituições sociais de maneira geral e seus representantes, mas na relação com seus pares afetivos.

Percebe-se que o contexto político atual em que o país se encontra, como a crise econômica enfrentada, processo de impeachment vivenciado da presidenta eleita democraticamente, em 2016, de maneira bastante articulada pela oposição política do país, além do desmonte de direitos e dos cortes de incentivo às políticas sociais tiveram impacto considerável na confiança pelos brasileiros em função da arbitrariedade dos acontecimentos.

Todos esses eventos contribuíram bastante para o sentimento de descrença nacional que os jovens apresentam no tocante às instituições sociais nas quais estão inseridos, uma vez que os procedimentos utilizados colocaram em suspenso direitos adquiridos, especialmente para as populações mais vulneráveis. Considerando que o sentimento partilhado pelos jovens não se restringe a eles, mas a sociedade brasileira em geral.

Apesar do sentimento de descrença identificado por Oliveira Lima et al. (2018) quanto às demais instituições sociais (nem mesmo a instituição igreja foi digna de confiança pelos sujeitos deste estudo), a instituição família continua a ser a instituição que ainda guarda alguma credibilidade diante da população entrevistada. O mesmo foi possível observar na fala dos jovens entrevistados, quando a relação com o núcleo familiar ainda pode ser responsável pelo arrependimento do cometimento da infração.

6.3.2 Família e a figura materna

Segundo Barreira (1999), a temática da família tem uma particularidade porque toda discussão acontece dentro de um campo de significações já estabelecido, devido à temporalidade dessa instituição e de sua universalidade, sendo passível de múltiplas

configurações e interpretações. De acordo com este autor, o desconhecimento da “história da família”, leva-nos a acreditar numa única modalidade de existência, como o modelo nuclear, que funciona como um símbolo de “como deve ser” a família e não como é, para a maioria das pessoas.

Apesar disso, as configurações familiares dos jovens entrevistados em suas famílias são bastante diversas. Alguns compartilham de um modelo nuclear, mas outros estão completamente fora desta representação imaginária de família e ainda assim, tem suas representações de família formadas conforme suas experiências de vida.

No entanto, apesar das particularidades de cada participante no tocante à sua rede familiar, o papel da mãe, de maneira hegemônica, tem um espaço diferenciado no relato de vida dos jovens entrevistados. Sinalizando como as relações cotidianas ficaram em torno da figura materna, em contrapartida, muito distante da figura do pai, para a maioria.

Longhi (2008) pontua que o tratamento dispensado às classes populares, no tocante ao lugar da mãe-mulher, é diferenciado. Segundo a autora, a administração pública intervém nessas classes com o intuito de cuidar das crianças, entendidas como “crianças abandonadas”.

Apesar disso, percebe-se que mesmo estas instituições não dão conta de impedir os “problemas” gerados por essa população, com isso, lançam mão da maternagem para desempenhar esse papel. Neste sentido, a mãe passe a ocupar um lugar privilegiado no cuidado, respaldado pelo Estado. Dessa maneira, a mulher torna-se gradativamente responsável a tudo que diz respeito ao ambiente particular da casa e dos filhos, conforme relatado pelos jovens em suas narrativas.

Os participantes que falaram da participação de seus pais falam de uma relação distanciada e da posição de uma figura de autoridade que desaprova a conduta dos jovens, mas sem qualquer diálogo. Situação diferente, relatam, acontece na relação com suas mães que parecem estar mais disponíveis para os aconselhamentos e diálogos.

Durante a realização das entrevistas, os jovens demonstram o lugar referencial que suas mães ocupam na dinâmica familiar e nas suas vidas, seja em situações cotidianas ou decisivas. Inclusive, a chegada da notícia da infração cometida pelos jovens até suas mães, relatam, teve grande peso para eles, no que se refere ao arrependimento de ter sido flagrado.

O participante João destaca a relação de extrema confiança que tem com sua genitora, no entanto, lamenta que algo tenha sido perdido ou fragilizado diante do acontecido “*conto tudo só a minha mãe. Só com a minha mãe eu conto pra tudo [...] eu disse a ela a verdade, eu disse que não roubei nada, mas acho que ela não acreditou. Agora eu não saio muito de casa, porque minha mãe fica falando, ela não acredita*”.

O participante Herbert também fala da relação com sua mãe como de grande importância no seu processo de privação de liberdade *“quando eu entrei na cadeia vi quem era quem, e só quem estava do meu lado que sempre me apoiou foi minha mãe, sempre me ajudou muito. Sempre me deu de comer, me deu roupa, me fez crescer, só ela que estava do meu lado, mais ninguém...só o que importa é ela”*. Assim como observado na fala de Hebert, o papel da mãe, nestes contextos, está fortemente atrelado a sucessivos momentos de dedicação e de abdicação pessoal em prol dos filhos, fazendo destas uma “boa mãe”.

Como dito anteriormente, a família parece ser a única instituição ainda digna de credibilidade pelos sujeitos de uma comunidade. À vista disso, vale salientar a narrativa de um participante específico, Jairo, que pontua em sua fala uma história de vida bastante marcada pelo desamparo das figuras de referência; conta não morar com sua mãe na mesma casa, mas com uma irmã de idade próxima. No desenrolar de sua fala, afirma que não tem *“medo de morrer”*, pois, *“não tem nada a perder”*, relacionando aos momentos de confronto com a polícia que já vivenciou. Esta fala de Jairo é muito singular, comparada aos outros jovens, o que provável supor, que a família, para este jovem, não funciona como um “cimento” ou motivação para acreditar na melhora de sua situação de vida, visto que parece compartilhar de laços afetivos muito fragilizados.

Nesse sentido, percebe-se a importância da referência familiar e de vínculos afetivos com outras pessoas – ainda que não sejam do seio familiar –, e que não estejam restritos somente à figura da mãe, para fomentar junto ao jovem uma perspectiva de melhora no tocante ao projeto de futuro almejado, que funcione como uma possibilidade de fortalecimento dos laços afetivos e de promoção desse “cimento social”.

6.3.3 Visibilidade da infração cometida como fator de arrependimento

A parcela da população excluída, segundo Abramovay (1999) não encontra motivos para o exercício de solidariedade com os demais grupos, visto que estes também não se mostram solidários. De acordo com a autora, é possível que o próprio ambiente da exclusão social contribua para limitação da percepção do ambiente como um todo, para além de seu microespaço.

Dessa forma, somado à desconfiança institucional, a fragilidade de um ambiente solidário estimula, as transgressões de normas instituídas e favorece a formação de guetos restritos onde possam circular e estabelecer formas outras de convivência “fora da lei”, servindo, ainda assim, como alternativa à construção de uma nova identidade e pertencimento.

Apesar do sentimento de descrença generalizada assinalado pelos participantes do estudo a respeito das instituições sociais, a família, representado pela figura da mãe, ainda aparece como uma figura responsável pela vinculação mais efetiva por parte dos jovens com as regras sociais. Neste sentido, é importante considerar que o suposto arrependimento apresentado pelos jovens diz respeito ao momento em que tornou-se conhecido por todos a infração que cometeram, inclusive pelas suas mães, suas figuras de referência.

O jovem João explica que a relação com seus pais sofreu os impactos do cometimento da infração *“qualquer coisa eles ficam falando agora...ficam reclamando. O cara fala alguma coisa, mas não acreditam não, pensam que o cara tá mentindo, chega dá vontade de mentir mesmo”*. Relata que a relação de confiança que se estabelecera foi abalada e de como essa situação tem gerado estresse na dinâmica familiar.

Já o participante Fernandinho, conta que a relação de confiança com seus pais manteve-se preservada, no entanto, outras pessoas não sabem o que aconteceu, apenas sua família nuclear (pais e irmã) *“o que aconteceu, ninguém sabe [...] eu não fico comentando o que aconteceu não”*. O jovem acredita que seus pares lhe tratariam de maneira diferenciada, especialmente no espaço da escola, caso soubessem deste evento *“eu acho que ia tratar diferente, mas eles não falam nada não, sei lá...eu prefiro não dizer”*.

O participante ainda refere um sentimento de arrependimento no tocante a realização da infração, após a situação de flagrante *“tive medo, faço isso mais nada [...] quando eu me soltei eu já parei de fazer tudo que eu fazia, esses negócios, eu parei tudo”*. É interessante observar que este, como outros participantes, referiu práticas anteriores de atos infracionais, no entanto, o fato de terem sido descobertos e da necessidade de retratamento, público com o cumprimento da medida socioeducativa, salienta o sentimento de arrependimento pelo acontecido.

O participante Hebert refere mudanças na relação com seus amigos após ter sido pego pela polícia, percebe que muitas pessoas se afastaram durante o período em que esteve em privação de liberdade – antes de chegar ao CREAS onde hoje cumpre medida socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade – queixando-se de ter sido esquecido *“quando eu entrei na cadeia eu vi quem era quem”*. Complementa fazendo uma avaliação desta trajetória *“cadeia é a mesma coisa que estar morto, ninguém liga, ninguém vê, ninguém sabe, ninguém lembra, ninguém conversa, ninguém liga...ninguém dá nada, não dá abraço, não diz “oi, to com saudades”, só sofrimento”*.

Julia conta que esta foi a primeira ocasião em que cometeu um ato infracional *“foi a primeira vez que eu fui presa, mas eu já tinha aprontado algumas vezes por aí, mas não de*

chegar e fazer isso, de devolver [o objeto roubado]”. A queixa dessa participante se situa no sentimento de injustiça quanto à sua questão. Apesar de ter devolvido o objeto furtado, não foi recompensada, isto é, não teve sua sanção amenizada e isso lhe gera uma revolta generalizada “eu poderia ter ido embora e ter ficado com o telefone pra mim e hoje eu não tava aqui”.

Nesse trecho, pode-se identificar que o arrependimento pela ação tomada está na visibilidade da infração e com o desfecho desfavorável da história. O participante Jairo também observa mudanças na sua forma de pensar e agir quando *“eu cai lá dentro, eu aprendi muita coisa né? E não quero mais isso pra minha vida”.*

Este tópico de discussão foi pensado a partir da análise das falas dos jovens entrevistados, observando que quando evocavam o sentimento de arrependimento relacionam à visibilidade que o ato infracional ganhou quando precisaram ser submetidos ao cumprimento da medida socioeducativa e não a uma leitura crítica da ação praticada. Neste sentido, podemos supor que a exposição pública do acontecido tem grande influência sobre a avaliação que fazem atualmente, considerando o fato de terem cometido infrações anteriores e, apesar disso, não ter sido suficiente para levá-los a tal reflexão.

Nessa perspectiva, a ponderação que fazem, de maneira negativa, diz respeito à medida socioeducativa e não ao ato, conforme sinalizado por Júlia, quanto às vantagens e desvantagens desta, afirma *“isso já atrapalhou em muitos aspectos, aí hoje não faz diferença pra mim mais não”.* Isto é, o prejuízo não está em infringir, mas sim, em ter sido pego.

Por fim, foi possível perceber nas falas de alguns participantes que há uma compreensão acerca da função da medida socioeducativa em termos de punição e não como uma medida ressocializantes e pedagógica, bem como da competência do serviço do CREAS. Quando questionada a respeito da prestação de serviço ao qual estava vinculada, a participante Júlia relata *“a gente tá trabalhando de graça! Porque os dias que estão vagos não colocam a gente pra trabalhar, pra receber, ganhar algum dinheiro...”.* A mesma participante ainda avalia que o cumprimento da medida socioeducativa prejudica mais do que contribui na sua vida *“eu poderia estar no trabalho, né? porque tem muitos aí, fixo, que aparece, mas eu não posso porque tenho que faltar dois dias, aí eles não aceitam”.*

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber que as experiências de ser jovem dos entrevistados está fortemente atravessada pela experiência de ser um jovem, acima de tudo, pobre. Privado, em sua maioria, de acesso aos bens de consumo diversos, ao território da cidade onde vive, muitas vezes limitado ao bairro de sua residência, denunciando ainda a presença de uma espécie de marca que o acompanha exposto em suas vestes, corte de cabelo, modo de andar e falar, características corporais classificadas como “inadequadas” ou pouco confiáveis.

As narrativas dos jovens mostram como estão, em alguns momentos, confusos no que diz respeito à fase em que se encontram: adolescência ou adultez. Alguns estudos, como os de Espíndula e Santos (2004) e Camacho (2004) apontam como as representações sociais de juventude estão de maneira significativa atreladas à condição de estudante, aluno, realidade controversa para os jovens entrevistados.

Apesar de todos os participantes ainda estarem na escola não se reconhecem pertencentes àquele lugar, mas se veem obrigados à sua convivência devido ao cumprimento da medida socioeducativa. Em contrapartida, o trabalho, considerado universo dos adultos, funciona como realidade mais plausível seja pela obtenção de renda, seja por se apresentar como uma alternativa à infração.

Segundo Camacho (2004), a escola tem se tornado obsoleta no que diz respeito a seus conteúdos e práticas, uma vez que não vem acompanhando das transformações políticas, culturais, econômicas, adaptada à cenários ultrapassados. No entanto, vale ressaltar que não apenas a escola tem estado em descompasso com “as novidades sociais”, mas também a família, os meios políticos e até mesmo o próprio Estado.

Os jovens participantes do estudo compartilham de escasso recurso financeiro, assumindo por conta própria as vias de acesso aos bens desejados, ainda que seja pela trilha da transgressão. Assim, o cometimento do ato infracional funciona para os jovens como uma alternativa de atendimento ao que desejam: dinheiro e reconhecimento. Dessa forma, nota-se que a juventude é um lugar ou condição do qual eles não participam, uma vez que foram, a partir de elementos como esses, remanejados para o mundo dos adultos.

A descrença nas instituições sociais (Estado, escola, família) por quais passam, representados pela figura do adulto que deveria proteger, se generaliza quando por exemplo, é o canal pelo qual o jovem adentra no mundo do crime ou quando não acredita que será absolvido mesmo após cumprimento da medida.

Segundo Camacho (2004), tem-se uma visão fragmentada do jovem educando, tomando-o como desconexo e desarticulado, impossível de ser concebido, concomitantemente, como aluno e jovem o que existe, por sua vez, adequação das propostas pedagógicas à esta realidade factual. Ademais, há um sentimento de desacreditamento direcionado a si mesmo, visto que os participantes desacreditam de suas capacidades em realizar seus projetos de vida, embora ouçam que “os jovens’ são o futuro da nação”; mas que jovens?

A articulação entre representações sociais e experiência permite explorar a vivência da juventude a partir de um recorte específico que se refere ao cumprimento de uma medida socioeducativa e a tudo que isso implica na dinâmica e rotina do jovem, a partir de então. Considerando ainda suas repercussões, além dos estigmas atribuídos, bem como do pano de fundo em que essas histórias se desenrolam, isto é, o contexto de pobreza definido, traduzido nas histórias pessoais dos participantes. Assim, o objeto da experiência de cumprimento da medida socioeducativa é elaborado na interação das trajetórias individuais e as formas socialmente construídas sobre ser jovem, pobre e infrator.

Ao entrar em contato com os jovens entrevistados, ficou bastante saliente o fator pobreza como marcador importante na construção de suas narrativas, que perpassa suas histórias e precede a ocasião da infração, sendo utilizada como justificativa para o cometimento da mesma, em muitos casos. Do começo ao fim das entrevistas o recorte de classe salta aos olhos e marca as experiências vividas pelos jovens enquanto tal, ainda que, inicialmente este não tenha sido o foco do trabalho.

As narrativas construídas pelos jovens pontuam ainda, de maneira consistente, suas insatisfações a respeito do serviço do CREAS junto aos seus acompanhamentos, mas também no tocante às atividades pensadas para eles. No que se refere ao cumprimento da medida, os jovens pontuam como este fato teve e tem impactos na vivência de sua juventude, inclusive na representação que tem de si mesmo enquanto tal.

Conforme seus relatos, é possível perceber como se sentem adultos, demonstrando uma dificuldade em distinguir essas duas etapas da vida por parecer que vivenciam uma ‘adulter precoce’ em que elementos da juventude e adultez estão presentes, simultaneamente (a partir do que compartilhamos, enquanto representação social, a respeito destes dois objetos, como estudos e trabalho).

É importante salientar que as representações que os jovens possuem de si e do momento em que vivenciam em suas vidas acontece dentro de uma dimensão maior do que a experiência individual ou a relação face a face. Neste sentido, faz-se necessário compreender

o fenômeno considerando as dimensões de nível macro, médio e microsocial, articulando-as. Este é o intuito almejado ao articular a teoria das representações sociais e o conceito de experiência, à luz da psicologia social.

Vale salientar que apesar da existência de trabalhos que articulem as duas temáticas, Teoria das Representações sociais e Experiência – como Trindade (1991), Menandro (1995), Hülle (2006), Gianordoli-Nascimento (2006), entre outros – esta relação teórica ainda exige a realização de mais estudos para ampliação da compreensão entre sujeito e sociedade, do que é socialmente compartilhado e individualmente vivido, além das implicações dessa interseção na vida cotidiana das pessoas, que não se limitam apenas à discussão sobre juventude, mas abrange outros objetos.

Somente se soubermos como os jovens pensam e vivem e porque pensam assim poderemos encontrar uma nova linguagem para tratar às questões que os implicam e proporcionar uma nova forma de atuar os fundamentos dos projetos políticos e sociais, já vigentes, para que assim garantam seus direitos e proteção. Continuar a negligenciar a demanda que os jovens fazem e solicitam às figuras do adulto e às instituições, a exemplo das atividades ofertadas enquanto prestação de serviço à comunidade, nos leva a repetir os mesmos erros, embora com novos instrumentos legais em vigor e reforçando o enquadramento do jovem pobre numa perspectiva limitante acerca de sua capacidade.

Diante dos conteúdos emergidos nesse estudo, vale destacar a necessidade de compreensão das concepções dos profissionais compartilhadas acerca deste fenômeno e dos sujeitos, visto que queixas importantes foram mencionadas pelos participantes referentes às atividades de prestação de serviço à comunidade, considerando que as impressões e representações destes sobre os jovens podem estar subjacentes às propostas de atividades “socioeducativas” que promovem. Assim sendo, vale revisitar tais atividades propostas para que não se perca de vista a sua função pedagógica, mas que também tenham utilidade prática para eles que já estão tão privados de possibilidades outras.

De maneira geral parece haver um entrave e não superação da imagem do adolescente infrator que subsidiava o antigo código de menores, mesmo com o advento do ECA, quando direcionam sua atenção a um público específico (e vulnerável) da sociedade e continuam a considerar o jovem pobre como passível de correções de conduta, desacreditado e estigmatizado o que parece, como antes, não atender à categoria de adolescente, por isso, exigindo tratamento mais severo, sancionatório e falido, como dispensado aos adultos.

Com isso faz-se ainda necessário descolar a ideia de jovem, hegemonicamente compartilhada, como sinônimo de problema, insubordinação, rebeldia e muitas vezes taxado

como “sem jeito” que se liga como uma roupagem a ser assumida. No final das contas, em certa medida, o jovem (também) reage como nós, os adultos, esperamos que ele proceda, sem perder de vista que ele também é construtor da realidade social.

A existência de “crises” de identidade, conflitos que estão atribuídas à juventude são inerentes a toda vida humana, em cada uma de suas etapas, não se restringindo ao adolescente. As nuances que se apresentam em cada fase são motivadas por questões distintas, mas ainda assim mobilizadoras de tensões, seja na infância, vida adulta ou velhice. O que parece haver é a tomada do adulto como parâmetro para avaliação e julgamento do ciclo da vida.

Como pontuado no capítulo do método, a escolha dos sujeitos participantes se deu a partir de indicações feitas pelos próprios técnicos do serviço do CREAS, com base no que chamam de “bom comportamento” e colaboração dos jovens em atividades acadêmicas. Dessa forma, foram selecionados *a priori* quais estariam mais disponíveis para as entrevistas com base nesse critério. Embora possamos compreender a preocupação dos profissionais com esses jovens e com a própria instituição, a escolha realizada por eles de certa forma pode ter influenciado nesses resultados.

Além desta questão, a ocasião da entrevista aconteceu no ambiente do serviço, visto que em um momento posterior ao recrutamento desses jovens foi informado que a participação em práticas como essas (ex. de projetos de pesquisa) contribui positivamente na evolução de sua conduta junto à figura do juiz, bem como da relação de confiança estabelecida entre os familiares e o CREAS. Neste sentido, sair com os jovens do espaço do serviço, quando os jovens foram contatados por eles, poderia gerar um sentimento de descrédito por parte dos responsáveis relacionados à entrevista.

Por fim, a importância de estudar as representações sociais de juventude e os elementos que com ela surgiram nesta pesquisa, como pobreza e infração juvenil, está no fato desse conhecimento servir de base para práticas e formas de pensar os sujeitos jovens e como isso interfere na forma como estes se constituem e atuam no mundo. Almeida, Cunha e Santos (2004) destacam como o pensamento social de determinada geração sobre o público jovem, isto é, as representações sociais de um grupo repercutem nas práticas educativas e nas expectativas acerca do desenvolvimento desta fase da vida.

O reconhecimento social da vulnerabilidade que os jovens pobres se encontram, em sua maioria, faz ampliar a análise deste fenômeno uma vez que há um deslocamento da queixa individual para uma demanda social, exigindo intervenções políticas e sociais. Neste

sentido, é no compartilhamento da experiência entre os sujeitos que os levam a se reconhecerem em suas narrativas, através do sentimento de empatia e alteridade.

Um trabalho que tem a proposta de estudar as experiências de vida dos sujeitos precisa reconhecer suas limitações no tocante à análise da totalidade desse objeto. Uma vez que há nuances e sutilezas que escapam ao olhar do pesquisador, além da variabilidade da leitura da experiência, por parte do próprio sujeito, podendo ser modificada a depender do contexto e temporalidade em que acontece, sendo o tempo um fator importante na construção da narrativa.

Dessa forma, é preciso considerar que há aspectos nas experiências dos jovens entrevistados nesse estudo que não foram abordados ou discutidos, como por exemplo, a discussão sobre gênero, considerando o surgimento de um jovem trans no recrutamento dos participantes. Por outro lado, foi possível observar elementos bastantes interessantes de suas histórias de vida e dos marcadores que dão o tom às particularidades e idiossincrasia de cada sujeito dentro dos seus percursos pessoais antes, durante e depois do cometimento da infração.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam; WAISELFISZ, Julio Jacobo; ANDRADE, Carla C.; RUA, Maria das. Graças. **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. Rio de Janeiro: Garamond/UNESCO, 1999.
- ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira. A pesquisa em representações sociais: proposições teórico-metodológicas. Em M.F.S. SANTOS E L.M. ALMEIDA (Orgs) **Diálogos com a Teoria das Representações Sociais** (pp. 117-160.). Recife: Editora Universitária da UFPE. 2005.
- ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; CUNHA, Gleicimar Gonçalves; SANTOS, Maria de Fátima Souza. Formas contemporâneas de pensar a criança e o adolescente. **Estudos: vida e saúde**, v. 31, n. 4, p. 637-660, 2004.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- BARREIRA, César. **Ligado na galera: juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza**. Brasília, DF: Unesco, 1999.
- BEN ALAYA, Dorra. Abordagens filosóficas e a teoria das representações sociais. Em: Almeida, Angela Oliveira; Trindade, Zeidi Araujo & Santos, Maria de Fátima de Souza. **Teoria das representações sociais. 50 anos** (pp. 261-281). Brasília: Technopolitik, 2011.
- BERGER, Peter Berget; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 1975.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília, DF, 1990.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília (DF): 2016.
- BRAGA, Patrícia Déa; MOLINA, Maria del Carmen Bisi; FIGUEIREDO, Túlio Alberto Martins de. Representações do corpo: com a palavra um grupo de adolescentes de classes populares. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 15, n. 1, p. 87-95, Jan. 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000100014&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Feb. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232010000100014>.
- CALLIGARIS, Contardo. (2000). **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- CAMACHO, Luiza Mitiko Yshiguro. A invisibilidade da juventude na vida escolar. **Perspectiva**, v. 22, n. 2, p. 325-343, 2004.
- CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artemed, 2000.
- COSTA, Wilse Arena da; ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. Teoria das Representações Sociais: uma abordagem alternativa para se compreender o comportamento cotidiano dos indivíduos e dos grupos sociais. **Rev. Educação Pública**. v. 8. n. 13. p. 250-280. Jan/ jun. 1999.

DA CRUZ, Suzyelaine Tamarindo Marques; ROSA, Edinete Maria; DOS SANTOS COUTINHO, Sabrina Mantuan. Representações sociais de universitários sobre jovens e juventude. **Psicologia e Saber Social**, v. 5, n. 2, p. 169-186, 2016.

DEBERT, Guita Grin. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre , v. 16, n. 34, p. 49-70, Dec. 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-4671832010000200003&lng=en&nrm=iso>. Access on 08 July 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832010000200003>.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna. A disciplina e a pratica da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna (orgs). Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

ESPINDULA, Daniel Henrique Pereira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Representações sobre a adolescência a partir da ótica dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei. **Psicol. estud.**, Maringá , v. 9, n. 3, p. 357-367, Dec. 2004 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722004000300004&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Jan. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722004000300004>.

ERIKSON, Erick. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1972.

FLICK, Uwe. Entrevistas semi-estruturadas. In u. Flick, **Uma introdução à pesquisa qualitativa** (pp.89-108). (S. Netz, trad.). Porto Alegre: Bookman, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**./ Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GONTIJO SALUM, Maria José. O adolescente, as medidas socioeducativas e a responsabilização progressiva: ato infracional e suas implicações objetivas e subjetivas. In: **Mitos e Verdades Sobre a Justiça Infanto Juvenil Brasileira: Por que Somos Contrários à Redução da Maioridade Penal?**/ Orgs. José Luiz Quadros de Magalhaes; Maria José Gontijo Salum; Rodrigo Tôrres Oliveira. Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2015.

JODELET, Denise. Experiência e representações sociais. In: Maria Suzana de Stefano Menin & Alessandra de Moraes Shimizu (Orgs.). **Experiências e representações sociais – questões teóricas e metodológicas** (pp. 23-56). São Paulo: Casa do Psicólogo. 2005.

LAZZARESCHI, Noemia. **Análise social**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2007.

MARTINS, Priscilla de Oliveira; TRINDADE, Zeidi Araújo; ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. O ter e o ser: representações sociais da adolescência entre adolescentes de inserção urbana e rural. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre , v. 16, n. 3, p. 555-568, 2003 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722003000300014&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Feb. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722003000300014>.

MARTINS, Joel; BOEMER, Magali Roseira; FERRAZ, Clarice Aparecida. A FENOMENOLOGIA COMO ALTERNATIVA METODOLÓGICA PARA PESQUISA ALGUMAS CONSIDERAÇÕES. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 139-147, Apr. 1990. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62341990000100139&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Feb. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0080-6234199002400100139>.

MANZINI, Eduardo José. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, 1990/1991, p. 149-158.

MENANDRO, Maria Cristina Smith; TRINDADE, Zeidi Araújo; ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira. Representações sociais da adolescência/juventude a partir de textos jornalísticos (1968-1974 e 1996-2002). **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 55, n. 1, p. 43-55, 2003.

MOLINER, Pascal. A estrutura das representações sociais. Trad. Angela M. A Almeida, Carmem Jansen de Cárdenas e Maria Stela de campos França, com a colaboração de Adriana Giavoni. Do original: P. Moliner. La structure des représentations sociales. In: P. Moliner. **Imagens et representations sociales**. Genoble: PUG, 1996. p. 51-78.

MONTEIRO, Renata Alves de Paula. A importância do trabalho na transição para a vida adulta. **Desidades**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 20-29, 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822014000300003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 07 fev. 2019.

NEVES, José Luiz. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. **Cadernos de pesquisas em administração**, São Paulo, v.1, nº 3, 2º sem/2006. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>> Acesso em: 08 de Dez 2017.

OLIVEIRA LIMA, Marcus Eugenio et al. Identidade nacional e confiança nas instituições em contexto de crise no Brasil. **Psicologia e Saber Social**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 205-222, abr. 2018. ISSN 2238-779X. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/33557/23868>>. Acesso em: 22 jan. 2019. doi:<https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2017.33557>

OZELLA, Sergio. Adolescência: Uma perspectiva crítica. In: Koller Silvia Helena, organizador. **Adolescência e Psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de psicologia; 2002. p. 16-24.

PAIXÃO, Divaneide Lira Lima; DE OLIVEIRA ALMEIDA, Angela Maria; ROSA-LIMA, Felipe. Representações sociais da adolescência por adolescentes e jovens. **Psicologia e Saber Social**, v. 1, n. 2, p. 278-294, 2012.

PAUGAM, Serge. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, p. 69-88, 2014.

QUEIROS, Ana. **Investigação qualitativa – A fenomenologia na investigação: características do método fenomenológico aplicado a investigação**, 2001. Recuperado em 07 de abril de 2013, de <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwj3h4HTiJ3TAhWDTJAKHdYCBWwQFggtMAA&url=http%3A%2F%2Fs0881e90856b5237f.jimcontent.com%2Fdownload%2Fversion%2F1378390732%2Fmodule%2F5806900662>

%2Fname%2FINVESTIGA%25C3%2587%25C3%2583O%2520QUALITATIVA%2520%2520Fenomenologia.pdf&usg=AFQjCNEDDzATlhCPaAQarSO8XaqGZZX-IQ&sig2=G7U12CnZb2keXVtz-Uck7Q

RELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , n. 24, p. 40-52, Dec. 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300004&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Feb. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004>.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza. A teoria das representações sociais. In: SANTOS, Maria de Fátima Souza; ALMEIDA, Leda Maria de (Org.). *Diálogos com a Teoria das Representações Sociais*. Recife - PE: Editora Universitária da UFPE, 2005.

SÁ, Celso Pereira de. *A Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais*, Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Identidade e aposentadoria**. São Paulo: EPU, 1990.

SPOSITO, Marília Pontes; CORROCHANO, Maria Carla. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. *Tempo Social. Revista de sociologia da USP*, v. 17, n. 2, p. 141-172, nov. 2005.

TRINDADE, Zeidi Araujo; LEME, Maria Alice Vanzolini da Silva. **Representações sociais da paternidade e da maternidade: implicações no processo de aconselhamento genético**. 1991. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

TRINDADE, Zeidi Araujo; MENANDRO, Maria Cristina Smith & GIANORDOLINASCIMENTO, Ingrid Faria. Organização e interpretação de entrevistas: uma proposta de procedimento a partir da perspectiva fenomenológica. In M.M.P Rodrigues & P.R.M Menandro. (Orgs). **Lógicas metodológicas: trajetos de pesquisa em Psicologia** (pp. 71-92). Vitória: UFES – Programa de Pós-Graduação em Psicologia/GM Gráfica Editora, 2007.

TURATO, Egberto Ribeiro. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo , v. 39, n. 3, p. 507-514, June 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102005000300025&lng=en&nrm=iso>. Access on 28 Apr. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102005000300025>.

VIEIRA, Joice Melo. Transição para a vida adulta no Brasil: análise comparada entre 1970 e 2000. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo , v. 25, n. 1, p. 27-48, June 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982008000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Feb. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982008000100003>.

WINNICOTT, Donald Woods. Introdução. In: **Privação e Delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 1978, pp. 11-16.

**APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(PARA RESPONSÁVEL LEGAL PELO MENOR DE 18 ANOS)**



TERMO DE CONSENTIMENTO

LIVRE E ESCLARECIDO

(PARA RESPONSÁVEL LEGAL PELO MENOR DE 18 ANOS)

Solicitamos a sua autorização para convidar o seu filho _____ ou menor que está sob sua responsabilidade, para participar, como voluntário da pesquisa **Experiência de Jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora **Virginia Fernandes de Araújo**, email: virginiafnds@gmail.com, mestranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Av. da Arquitetura s/n - 7º Andar, Departamento de Psicologia, Cidade Universitária - Recife – PE, CEP: 50740-550, Fone/Fax: (81) 2126 8271 e está sob a orientação da profa. Dra. Maria de Fátima de Souza Santos, telefone: 2126 8271, e-mail fatimasan@uol.com.br.

O/a Senhor/a será esclarecido (a) sobre qualquer dúvida a respeito da participação dele/a na pesquisa, caso este Termo de Consentimento contenha informações que não lhe sejam compreensíveis, as dúvidas podem ser tiradas com a pesquisadora que está lhe entrevistando, quando todos os esclarecimentos forem dados, caso concorde com a realização do estudo pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue e a outra ficará com a pesquisadora responsável. Caso não concorde, não haverá penalização, bem como será possível retirar o consentimento a qualquer momento, também sem nenhuma penalidade.

A pesquisa tem por **objetivo investigar as experiências de juventude por jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto**. Enquanto método de coleta dos dados será realizada uma entrevista aberta. Antes de iniciar a entrevista, a pesquisadora se apresentará e explicará de forma compreensível qual a proposta, além de explicitar o caráter voluntário da participação na pesquisa. Neste momento, será solicitado autorização para **gravação da entrevista**, se você estiver de acordo, a mesma será gravada para posterior

transcrição. Este procedimento será feito apenas **sob sua autorização** e com a garantia de que apenas a pesquisadora terá acesso ao conteúdo das entrevistas.

RISCOS E BENEFÍCIOS

Durante a realização do estudo, o participante pode, eventualmente, apresentar alguma hesitação ou resistência para falar de fatos ou situações de sua vida. Para evitar quaisquer constrangimentos, algumas medidas podem ser tomadas, como a não insistência em determinados assuntos que suscitem incômodo no entrevistado, além de salientar a possibilidade de recusar-se a participar da pesquisa, retirando o consentimento.

Vale ainda frisar a grande contribuição que o sujeito, ao cooperar com estudo, tem a dar no que se refere a uma ampliação e enriquecimento sobre a temática da juventude em situação de vulnerabilidade e violação de direitos. E com isso, proporcionar, a partir dos resultados obtidos, por um lado, subsídios para reflexão dos profissionais envolvidos e da sociedade como um todo, a respeito das intervenções realizadas objetivando promoção e reconhecimento de direitos e cidadania para os sujeitos. E por outro, oportunizar a discussão a respeito do estigma sobre jovens que cumprem medida socioeducativa, desde a reflexão acerca de quem são estes jovens, até a “quitação” do seu débito com a Justiça.

COMPROMISSOS

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre a responsável pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados (gravações e transcrições das entrevistas) ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora no endereço Rua João Alves de Barros, 515, Timbi, Camaragibe, Pernambuco, pelo período de mínimo 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pela pesquisadora (ressarcimento de transporte e alimentação).

A pesquisadora também se compromete a manter em **sigilo** a identidade dos participantes, de forma que os nomes das pessoas envolvidas na pesquisa jamais serão divulgados em publicações ou apresentações de trabalhos. Os resultados obtidos na pesquisa

serão de fins acadêmicos. Por fim, a participação na pesquisa será de caráter voluntário, sem nenhuma recompensa financeira para os participantes.

O contato para qualquer esclarecimento de que necessite será realizado com a pesquisadora pelo endereço: Avenida Professor Moraes Rego, s/n, Cidade Universitária, no Laboratório de Interação Social Humana (LabInt) no Departamento de Psicologia (9º andar-CFCH), da UFPE, pelo email: virginiafnds@gmail.com. O participante ainda poderá contatar o Comitê de Ética para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa, pelo endereço **Av. das Engenharias, s/n. prédio do CCS- 1º andar, sala 4**. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão institucional, com o objetivo de avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, a fim de garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar do(s) participante(s) da(s) pesquisa(s), mas não assegura a inexistência de danos aos pesquisados

Caso concorde com a realização do estudo pedimos que **rubrique as folhas e assine ao final deste documento**, que está em **duas vias**, uma via lhe será entregue e a outra ficará com a pesquisadora responsável.

Assinatura da pesquisadora

CONSENTIMENTO DO RESPONSÁVEL

Eu, _____, CPF _____, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com a pesquisadora responsável, concordo que meu filho ou menor que está sob sua responsabilidade participe do estudo **Experiência de Jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto** como voluntário. Fui devidamente informado (a) e esclarecido pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da participação do mesmo. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento.

Local e data: _____

Assinatura: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Testemunha 1	Testemunha 2
Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura

APÊNDICE B - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos você _____, após autorização dos seus pais [ou dos responsáveis legais] para participar como voluntário da pesquisa “EXPERIÊNCIA DE JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO”. Esta pesquisa é da responsabilidade da pesquisadora Virginia Fernandes de Araújo, email: virginiafnds@gmail.com, mestranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Av. da Arquitetura s/n - 7º Andar, Departamento de Psicologia, Cidade Universitária - Recife – PE, CEP: 50740-550, Fone/Fax: (81) 2126 8271 e está sob a orientação da profa. Dra. Maria de Fátima de Souza Santos, telefone: 2126 8271, e-mail fatimasan@uol.com.br.

Você será esclarecido sobre qualquer dúvida com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via deste termo lhe será entregue para que seus pais ou responsável possam guardá-la e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu. Para participar deste estudo, um responsável por você deverá autorizar e assinar um Termo de Consentimento, podendo retirar esse consentimento ou interromper a sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo.

A presente pesquisa tem por objetivo identificar as representações de juventude. Utilizando-se para isso a realização de entrevistas com os jovens. O tempo de participação será referente ao tempo de duração da entrevista, que será realizada no CREAS Ana Vasconcelos.

É possível que durante a realização do estudo, o participante pode, eventualmente, apresentar alguma hesitação ou resistência para falar de fatos ou situações de sua vida. Para

evitar quaisquer constrangimentos, algumas medidas podem ser tomadas, como a não insistência em determinados assuntos que suscitem incômodo no entrevistado, além de salientar a possibilidade de recusar-se a participar da pesquisa, retirando o consentimento.

Vale ainda frisar a grande contribuição que o sujeito, ao cooperar com estudo, tem a dar no que se refere a uma ampliação e enriquecimento sobre a temática da juventude em situação de vulnerabilidade e violação de direitos. E com isso, proporcionar, a partir dos resultados obtidos, por um lado, subsídios para reflexão dos profissionais envolvidos e da sociedade como um todo, a respeito das intervenções realizadas objetivando promoção e reconhecimento de direitos e cidadania para os sujeitos. E por outro, oportunizar a discussão a respeito do estigma sobre jovens que cumprem medida socioeducativa, desde a reflexão acerca de quem são estes jovens, até a “quitação” do seu débito com a Justiça.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa entrevistas ficarão armazenados no computador pessoal, sob a responsabilidade do pesquisador, no endereço Rua João Alves de Barros, 515, Timbi, Camaragibe, pelo período de mínimo 5 anos, após o término da pesquisa.

Nem você e nem seus pais ou seus responsáveis legais pagarão nada para você participar desta pesquisa, também não receberão nenhum pagamento para a sua participação, pois é voluntária. Se houver necessidade, as despesas (deslocamento e alimentação) para a sua participação e de seus pais serão assumidas ou ressarcidas pelos pesquisadores. Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da sua participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial.

Este documento passou pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE que está no endereço: (Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).

Assinatura do pesquisador (a)

**APÊNDICE C - ASSENTIMENTO DO MENOR DE IDADE EM PARTICIPAR
COMO VOLUNTÁRIO**

Eu, _____, portador (a) do documento de Identidade _____ (se já tiver documento), abaixo assinado, concordo em participar do estudo “EXPERIÊNCIA DE JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO” como voluntário. Fui informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, o que vai ser feito, assim como os possíveis riscos e benefícios que podem acontecer com a minha participação. Foi-me garantido que posso desistir de participar a qualquer momento, sem que eu ou meus pais precise pagar nada.

Local e data _____

Assinatura do (da) menor : _____

Presenciamos a solicitação de assentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do/a voluntário/a em participar. 02 testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Nome
2. Idade
3. Bairro onde reside
4. Escolaridade
5. Rotina
6. Como chegou ao CREAS?
7. Há quanto tempo no serviço?
8. Explicar como é ter que fazer a medida socioeducativa
9. Mudanças na vida pessoal depois do cumprimento da medida
10. Planos para o futuro
11. Como é ser jovem?
12. Tem diferença entre ser jovem e ser adulto?